

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**MILÍCIAS E RELAÇÕES DE PODER NO BAIRRO DE CAMPO
GRANDE, NA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

MAURO LOPES DE AZEVEDO

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MILÍCIAS E RELAÇÕES DE PODER NO BAIRRO DE CAMPO
GRANDE, NA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

MAURO LOPES DE AZEVEDO

Sob a Orientação do Professor
Dr. Marco Antonio Perruso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Abril, 2014

UFRRJ / Biblioteca Central / Divisão de Processamentos Técnicos

981.53

A994m

T

Azevedo, Mauro Lopes de, 1962-

Milícias e relações de poder no bairro de Campo Grande, na zona oeste do município do Rio de Janeiro / Mauro Lopes de Azevedo - 2014.

107 f.: il.

Orientador: Marco Antonio Perruso.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Bibliografia: f. 89-93.

1. Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) - História - Teses. 2. Crime organizado - Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. 3. Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) - Política e governo - Teses. 4. Coronelismo - Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. 5. Clientelismo - Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. I. Perruso, Marco Antonio, 1969-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
BR 465 Km 7 – Seropédica/RJ - TEL: (21) 2681-4850

Ata da Defesa Pública de Dissertação de Mestrado

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala de defesa do CPDA/UFRRJ - Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora, composta pelo professor doutor Marco Antonio Perruso – presidente e orientador, professora doutora Nalayne Mendonça Pinto (DCS/PPGCS/UFRRJ), professor doutor Charles Freitas Pessanha – Titular/externo (UFRJ), a fim de arguirm o mestrando Mauro Lopes de Azevedo, cujo trabalho de dissertação possui o título “Milícias e Relações de Poder no Bairro de Campo Grande na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro: Práticas Clientelistas e Dominação Política”. Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato expor o tema de sua Dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionado pelos membros da Banca Examinadora. Tendo dado as explicações que se fizeram necessárias, o candidato foi considerado Aprovado. Sem mais, encerrou-se a sessão às 16 horas.

Recomendações da Banca:

Trata-se de excelente trabalho, passível de publicações após as devidas alterações que serão entendidas; incremento da conclusão e cruzamento de anexos.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Marco Antonio Perruso (DCS/PPGCS/UFRRJ)

Profª. Drª. Nalayne Mendonça Pinto (DCS/PPGCS/UFRRJ)

Prof. Dr. Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Candidato:

Mauro Lopes de Azevedo

Discente

DEDICATÓRIA

A todas e todos que incansavelmente lutam, de alguma forma, contra qualquer tipo de
opressão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que de alguma maneira fizeram parte dessa caminhada.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Rural, especialmente Gastaldo, Isabel Missagia, Marco Antonio Perruso, Miriam Santos, Nalayne Pinto, Sabrina Parracho, Silvia Fernandes, Vladimyr Jorge e Vivian Paes, pela generosidade em dividir o conhecimento e pela capacidade intelectual.

Ao meu orientador Marco Antonio Perruso, a quem passei a considerar como irmão pela capacidade de interagir enquanto ser humano, pela compreensão e pelo apoio incondicional e constante em todos os momentos, discernindo a questão do ser profissional e do amigo.

A todas as pessoas que contribuíram com as entrevistas, algumas mais próximas, todas torcendo de verdade para a realização da dissertação.

Às minhas diretoras e/ou coordenadoras nas três instituições em que leciono pela compreensão nos momentos mais difíceis e pela força que sempre me deram.

Aos companheiros e companheiras de trabalho, que nunca deixaram de me confortar e sempre me apoiaram. Gestos e palavras que jamais sairão da memória. Apesar de ser chavão, realmente não cito nenhum nome para não cometer injustiças.

Aos amigos e amigas que demonstraram apoio em suas mais variadas formas.

Aos familiares mais próximos, tanto do meu lado quanto os de minha companheira, pela ajuda fantástica e pela paciência em relação à minha ausência.

Às minhas filhas pela preocupação, carinho e apoio.

E, sem sombra de dúvida, à Wilma, minha companheira, que em todos os momentos esteve ao meu lado, dando alento e não me deixando desistir.

RESUMO

AZEVEDO, Mauro Lopes de. **Milícias e relações de poder no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.** 2014. 133 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Este trabalho buscou identificar as relações de poder vigentes no bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro em quadro configurado com base nas práticas políticas clientelísticas associadas às transformações motivadas pelo processo de crescimento intenso pelo qual o bairro vem passando. Atentamos para a existência dessa postura política no contexto da adoção das práticas econômicas do modelo relacionado ao capitalismo neoliberal. Foram utilizados diversos conceitos e categorias indicativas de ação política vinculadas ao debate acerca da aplicabilidade e coerência do termo coronelismo urbano e também em relação à discussão teórica no que concerne à permanência das relações de favorecimento pessoal, mesmo após os processos de modernização e industrialização vivenciado pelo país. Discorreu-se sobre a história do bairro, suas características e a importância política do Grupo do Triângulo, de forma mais acentuada durante o período da República Velha, junto ao Governo Federal e seus desdobramentos. Para melhor compreensão das ações empreendidas no sentido do exercício da cidadania, recorreu-se à cultura política do bairro, citando a trajetória de alguns políticos do bairro. As informações coletadas foram obtidas através de entrevistas, conversas informais e de pesquisa em jornais e revistas locais ou de maior alcance para a população. Estes métodos permitiram identificar a percepção, tanto de quem exerce algum tipo de cargo político ou das pessoas comuns em relação aos diversos aspectos relacionados ao local. O foco principal foi a análise dos grupos paramilitares, as chamadas milícias, que atuam no bairro, sua pretensa condição de preservar a segurança dos moradores, o modo violento de agir no sentido de exercer o controle social, o terror imposto à população, a questão econômica e seu envolvimento com a política local, inclusive exercendo cargos eletivos, levando a acreditar em projeto político de maior alcance, ao menos para garantir o controle nas áreas sob seu domínio. O estudo identificou também a contribuição de pessoas que exercem influência política na região e por isso estão sempre à sombra do poder, atuando de forma silenciosa, mas fundamental, propiciando a existência de redes de poder controlando o bairro.

Palavras-chave: Coronelismo. Clientelismo urbano. Milícias.

ABSTRACT

Azevedo, Mauro Lopes of. **Militias and power relations in the neighborhood of Campo Grande, in the western area of the city of Rio de Janeiro.** 2014. 133 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

This study sought to identify the existing relations of power in the neighborhood of Campo Grande, located in the western area of the city of Rio de Janeiro in box configured based on clientelist political practices associated with transformations motivated by intense growth process whereby the neighborhood comes through. We look at the existence of this policy stance in the context of the adoption of economic practices related to neoliberal capitalism model. Various concepts and categories indicative of political action linked to the debate about the applicability and consistency of the term urban coronelismo and also in relation to the theoretical discussion concerning the permanence of the relations of personal favoritism, even after the processes of modernization and industrialization were used by experienced country. It talked about the history of the neighborhood, its characteristics and the political importance of the Triangle Group, most markedly during the period of the Old Republic with the Federal Government and its development. To better understand the actions taken towards citizenship, appealed to the political culture of the neighborhood, citing the political trajectory of some of the neighborhood. The data were obtained through interviews, informal conversations and research in newspapers and local or wider scope for magazines population. These methods allowed to identify the perceptions, both of whom do any kind of political office or common on the various aspects related to the local people. The main focus was the analysis of the paramilitary groups, called the militias that operate in the neighborhood, its condition alleged to preserve the safety of the residents , the violent manner in the sense of exercising social control, the terror imposed on the population, the question economic and involvement with local politics, including exercising elective positions, leading to believe in the political project of greater scope, at least to ensure control in areas under its domain. The study also identified the contribution of people who exercise political influence in the region and so are always in the shadow of power, working quietly, but fundamental, allowing the existence of networks of power controlling the neighborhood.

Key word: Coronelismo. Urban patronage. Militias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: CORONELISMO E NEOCORONELISMO, UMA REVISÃO	6
1.1 O coronelismo e as Ciências Sociais	6
1.2 O coronelismo urbano (neocoronelismo)	14
CAPÍTULO II: MÉTODO	19
2.1 Questões metodológicas.....	19
CAPÍTULO III: CLIENTELISMO E NEOCORONELISMO EM CAMPO GRANDE.....	25
3.1 Uma história de Campo Grande, bairro da Zona Oeste	25
3.2 O Grupo do Triângulo.....	41
3.3 A cultura política em Campo Grande	42
3.4 - As milícias em Campo Grande.....	59
3.5 – Políticos visíveis e políticos invisíveis	77
3.6 – Poder político e violência.....	79
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS.....	91
A.....	91
B	91
C	92
D.....	93

INTRODUÇÃO

“A felicidade coletiva se estrutura sobre a base da justiça e solidariedade que há em uma sociedade; a infelicidade, sobre as bases do individualismo, é nele que investe o mercado nos tempo atuais” (BOGO, 2008, p.251).

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o coronelismo urbano (REIS, 1971), ou seja, a apropriação moderna de práticas clientelistas baseadas em relações pessoais de favorecimento, dominação e dependência no meio urbano, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro de Campo Grande¹.

A percepção de Diniz (1982, p. 217), explicita bem essa relação ao indicar que, nela,

é essencial o papel do político enquanto mediador entre as demandas e as decisões capazes de atendê-las. Os mecanismos impessoais e universalistas de canalização e processamento de demandas cedem lugar a vínculos de cunho pessoal entre líderes e sua rede de indivíduos ou grupos subordinados. A mediação entre a comunidade local e os órgãos públicos municipais ou estaduais, entre grupos funcionais e categorias corporativas, por um lado, e autoridades públicas, por outro, assume, assim, importância central. Essa mediação como que privatiza a obtenção de um bem público, na medida em que o patrocínio de um político influente aparece como requisito necessário para o acesso a serviços públicos fornecidos pelo Estado ou para a solução de questões específicas.

Na condição de morador do bairro, entendo ser relevante analisar e discutir as relações de poder existentes na região, a partir das práticas políticas estabelecidas em Campo Grande, bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, desde o período da República Velha (1889-1930). Dimensionando a permanência ou a transformação de tais relações e práticas, até o presente, será possível discutir e problematizar a possibilidade de que o coronelismo e o clientelismo urbanos em Campo Grande configurem uma tradição que não se extinguiu ou, como intuo, uma apropriação moderna das práticas políticas clientelistas no contexto da democracia representativa.

Para tanto, é necessário identificar os líderes políticos locais da época, bem como suas práticas políticas, como podemos verificar por meio do estudo sobre o chamado grupo do “Triângulo”, composto por Augusto de Vasconcelos, Felipe Cardoso e Raul Barroso, detentores majoritários do poder político junto aos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, respectivamente, associando-os às práticas políticas atuais, exercidas por algumas lideranças, sempre de acordo com as prerrogativas determinadas, no passado, pelo Governo Federal, na então capital e, nos dias de hoje, com os preceitos do Alcaide da cidade, ou até mesmo do Governo do Estado, tendo em vista a grande quantidade de eleitores na região.

Tais práticas políticas permitem que o poder central se mantenha atento ao que acontece politicamente na área, visando obter o controle político e social. Além disso, tem a intenção de analisar como foram construídas as trajetórias políticas daquelas lideranças e das lideranças atuais, suas diretrizes de atuação junto aos moradores, como por exemplo, o controle sobre o número de eleitores e seus votos, a obtenção de favores através de nomeações, a violência (FREIRE, 2000) os centros sociais, festas de rua, etc. Da mesma maneira pode se citar os próprios vínculos estabelecidos no que diz respeito ao preenchimento de cargos junto ao poder público (administradores regionais, da Coordenadoria de Educação, diretores/diretoras de escolas, hospitais, chefias de instituições de caráter patronal), bem como os cargos que atuam diretamente sobre o controle social local. Assim, propõe-se aqui, verificar a possibilidade de que tais práticas atenderam às demandas de determinados grupos

¹ Para visualizar a região descrita, ver Anexos A e B.

políticos e, hoje, renovadas, dão significado ao processo vigente. Ou seja, é necessário analisar as relações de poder em dois períodos distintos da história política e social do país, suas permanências e mudanças, de modo que o presente é visto como lugar de atualização das práticas e conduta no exercício da dominação política, pensando o coronelismo urbano em Campo Grande como uma relação dialética entre “atraso” e “moderno”, assim relativizando-os (OLIVEIRA, 2012).

Tal posicionamento está relacionado ao controle rigoroso exercido pelo Senador Augusto de Vasconcelos sobre os eleitores (FREIRE, 1999) garantindo-lhe um excelente trâmite junto ao governo federal, já que a região sempre votava em seus candidatos, efetivando uma larga margem de vantagem aos apoiados pelo “Dr. Rapadura”, como Augusto de Vasconcelos era chamado pejorativamente por José do Patrocínio, (FREIRE, 2000, p. 165).

Penso que estas relações sejam determinantes para entender o funcionamento de certa ordem, pessoal e hierárquica, que se reflete em casos de atendimento pessoal, troca de favores, tráfico de influência, domínio político e, conseqüentemente, votações expressivas junto ao poder central, seja na esfera municipal ou estadual, configurando um quadro de controle e domínio político recíproco, a partir do poder local, que atuaria diretamente junto aos moradores e ao prefeito ou ao governador. Em outro grau de avaliação, no sentido de manter e atender interesses mútuos, ainda que em prejuízo do grosso da população do bairro.

Atualmente é notório o quadro de institucionalização do terror em várias esferas da vida cotidiana de moradores de algumas localidades da Zona Oeste, inclusive no que tange às disputas eleitorais. Há falta de condições mínimas de segurança pela ausência de políticas públicas, associada a uma situação socioeconômica de carência material, tendo em vista que o IDH da região ainda se encontra entre os mais baixos do município. (IPEA, 2000) Acrescenta-se a tal quadro a grande população da Zona Oeste, (IBGE, 2010) principalmente da população jovem, ainda que sejam grandes as transformações pelas quais o bairro vem passando ao longo dos últimos anos.

Neste sentido, é necessário suscitar uma questão que reputo relevante: as práticas políticas locais seriam decorrentes da omissão do Estado ou é o Estado quem fortalece o poder local, buscando um relacionamento mais estreito com os mandatários locais para impor o controle social, permitindo e até apoiando práticas de dominação através da força e da violência?

Tal questionamento deve-se ao fato de que a República Velha sucedia historicamente à transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (o qual estava relacionado à implantação de uma ordem liberal), tendo se desenvolvido conflitos tanto na área rural quanto na área urbana. Estes, embora não colocassem em risco a ordem vigente, geravam desconforto aos grupos dominantes e foram sufocados, normalmente com violência.

Na atualidade, vivenciam-se as conseqüências da tentativa de implantação de práticas econômicas neoliberais, que ocasionaram, por vezes, intensificação da pobreza, ampliando a necessidade de controle social, do ponto de vista dos setores dominantes. Por si só, este contexto justifica a relevância desta pesquisa, porque abrange algumas das principais questões envolvidas no processo histórico da Zona Oeste. Junto à existência de um alto índice de violência existente no bairro, sem que o restante da cidade tome conhecimento do que acontece de maneira precisa, deixa-se transparecer, até mesmo nos discursos das autoridades constituídas, certa legitimação dos procedimentos adotados pelos grupos paramilitares que agem no bairro (CANO; DUARTE, 2012).

Outro fator muito importante para justificar a pesquisa são as próprias mudanças em processo, já que o bairro de Campo Grande apresenta um crescimento muito veloz, tornando-se pertinente e oportuno preservar sua história, principalmente face ao processo de descaracterização do bairro no que tange à especulação imobiliária e à proximidade com o Porto de Itaguaí. O fato de ser a sexta maior arrecadação do município (IBGE, 2010) acirra

ainda mais a disputa eleitoral e, conseqüentemente, a contenda pelo controle político-administrativo da região.

O crescimento do bairro, com suas atividades comerciais e industriais, já atingia grandes proporções desde fins dos anos 60, tanto que, em 1968, através da Lei 1627/68, projeto de autoria do deputado Frederico Trotta, promulgada pelo então governador Francisco Negrão de Lima, o bairro passou a ser considerado como cidade. Sua população atual é de 328.370 habitantes e é considerado o bairro mais populoso do Rio de Janeiro (IBGE, 2010).

Entre estas mudanças, chama atenção a construção de condomínios, prédios comerciais, corredores expressos para meios de transporte, shoppings, além, é claro, da chegada de novos moradores ao bairro. Este fato, de maneira positiva, provocou um aumento nas pesquisas sobre a história do bairro, bem como a divulgação de fotografias, fatos pitorescos, movimentos pela preservação de documentos, prédios, monumentos e até mesmo de árvores centenárias, seja através de redes sociais ou por meio de manifestações no Calçadão de Campo Grande (Rua Coronel Agostinho).

Neste contexto, percebem-se alguns aspectos contraditórios, mas condizentes com o momento vivido, podendo-se considerá-los como complementares. Primeiramente, o medo da perda da identidade, devido às mudanças materiais e culturais, diante da nova realidade que se coloca aos antigos moradores, o que pode ser verificado nas entrevistas e em rodas de conversa.

Em segundo lugar (o que acredito ser muito pertinente ao desenvolvimento deste trabalho), o fato de que essa perda de identidade gera uma premente necessidade de ampliação do controle social para evitar conflitos maiores, comuns a todo processo de transição, que poderiam ameaçar determinadas situações de *status quo*, pondo em risco alguns cargos políticos e certas posições de dominação, aparentes ou existentes na prática (ELIAS, 2000). Atentamos para o fato de que estas situações envolvem interesses políticos e econômicos dos segmentos possuidores de quadros pertencentes ao poder local, obviamente interessados em não perder seu domínio construído ao longo do tempo. As entrevistas realizadas, em sua quase totalidade, demonstraram essa preocupação, confirmando essa hipótese.

Objetiva-se então discutir sobre a forma como o coronelismo urbano se faz presente hoje para garantir o poder político. Neste ínterim, questões alusivas à violência são bastante relevantes, estejam elas ligadas ou não à disputa eleitoral, tenham maior ou – mais correntemente – menor repercussão na mídia, ou seja, acompanhadas de repressão aos movimentos sociais atuantes na região. Pensando a cultura política local², outro objetivo da pesquisa é analisar a possível assimilação, por parte da maioria da população, dos pressupostos que justificam as atividades dos grupos de milicianos, relacionados à questão da (in)segurança pública. Contudo, de uma forma ou de outra, parece ser muito forte a posição social de grupos políticos locais que oferecem seus “préstimos”, em troca de pagamento (configurando uma espécie de bitributação), na forma de transporte alternativo de passageiros, entretenimento (televisão por assinatura), comercialização de gás de cozinha, entre outras atividades. Tal situação incrementa o poder desses grupos, mormente quando elegem alguns de seus representantes aos legislativos municipal e estadual.

Como pude perceber no campo, a escolha do tema da pesquisa provocou reações diferenciadas nas pessoas com as quais tive contato, passando pela perplexidade, pelo medo,

² O conceito de cultura política foi criado na década de 1960 pelos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba, a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. A intenção era forjar um conceito que combinasse o campo da política com a variável cultural, incorporando, nas análises da política da sociedade de massa contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites, quanto do público dessa sociedade (KUSCHNIR, 2007, p. 19).

pelo entusiasmo em função do resultado. Entretanto, é quase unanimidade o questionamento sobre a motivação para desenvolver a pesquisa. Aqui cabe uma breve história.

Desde que mudei para Campo Grande, em 1987, a aparência bucólica do bairro e suas contradições me chamaram a atenção, tendo em vista a coexistência entre o urbano e o rural. Após explorar geograficamente o bairro, quis conhecer sua história e suas particularidades. Ao ingressar como aluno na graduação do curso de História, na FEUC (Fundação Educacional Unificada Campo-Grandense), criamos um grupo para proceder aos estudos sobre o bairro, seguindo o modelo do NOPH (Núcleo Operacional de Pesquisa Histórica, hoje Ecomuseu) em Santa Cruz, mas encontramos enormes dificuldades para acessar documentos, uma vez que alguns “senhores feudais” locais controlavam e praticamente impediam esse acesso a quem era “de fora”.

Ou seja, esbarrávamos nas limitações impostas pelos “donos dos poderes” político, econômico e cultural da região.

Resumindo: a partir desse grupo de estudo, montamos um outro de discussão política para analisar os problemas da região, que, por motivos de força maior (ameaças da parte de integrantes de grupos de extermínio que atuavam na região), acabou por se dissolver. Desde então, as relações de poder estabelecidas na região sempre foram alvo de meu posicionamento pessoal e profissional.

Hoje, como colaborador do IFHEP (Instituto de Formação Humana e Educação Popular)³, embora atualmente afastado das atividades, tenho a percepção de que meu tema pode contribuir para a organização popular e os movimentos sociais no bairro.

Por fim, não poderia deixar de citar como fonte inspiradora a leitura da obra “Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense”, do professor da UFRRJ José Claudio Alves (2003), em que pude encontrar respostas para muitos de meus questionamentos em relação à violência praticada na Zona Oeste, bem como suas ligações com o poder político, além de seus desdobramentos, particularmente em Campo Grande.

Quanto à organização da dissertação, no primeiro capítulo abordamos os conceitos de coronelismo e neocoronelismo, partindo dos pressupostos apresentados por Vitor Nunes Leal (1997) em sua obra clássica *Coronelismo, Enxada e Voto*, bem como a discussão teórica implementada por diversos pesquisadores quanto à validade e permanência das práticas clientelistas através do processo social e histórico brasileiro.

Foram elencados conceitos recorrentes como mandonismo, clientelismo, coronelismo urbano, patronagem, controle negociado, “cidade escassa”, autoritarismo social, inserção incompleta, apresentados por vários autores/as, conforme pode ser verificado no corpo do texto.

O segundo capítulo trata das questões metodológicas, suas implicações e seus desdobramentos, no que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa. Os caminhos percorridos, as contradições, os métodos utilizados, tanto na fundamentação teórica quanto na prática efetiva da pesquisa, no tocante à efetiva participação dos habitantes do bairro e a afirmação ou negação da validade dessas mesmas práticas. As dificuldades encontradas durante o trabalho de campo foram devidamente relatadas. As maneiras utilizadas pelos entrevistados para fugir de perguntas que poderiam envolver uma polêmica maior ou mesmo a recusa em conceder a entrevista, são apresentadas.

No terceiro capítulo foram abordadas as temáticas pertinentes à história do bairro, bem como análises relacionadas às práticas clientelistas e a possibilidade, segundo acreditamos, da existência de um possível neocoronelismo urbano estabelecido na região. Este adotaria

³ O IFHEP foi criado em 2010 por um grupo de educadores e educadoras da região após uns dez anos de caminhada no sentido de discutir as questões que nela se apresentam, atuando nas esferas da educação e da cultura, bem como propor alternativas junto aos movimentos sociais na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual.

métodos de dominação e controle social estabelecidos em um contexto histórico com base em relações de poder ainda vinculadas à troca de favores, ao compromisso baseado em relações assimétricas de poder e no clientelismo, ainda que em menor escala, mas ainda ocorrendo de maneira efetiva na região e nas manifestações de violência. Isto pode ser atestado na fala de uma ex-diretora de uma escola estadual que, no papel de referência em Campo Grande, sempre foi e continua sendo alvo dos políticos da região, no sentido de garantia de vagas para alguns “apadrinhados”.

“Chegaram a pedir minha cabeça, porque eu trabalhava conforme as normas estabelecidas, dentro das prerrogativas da lei, matriculando somente quem havia feito concurso, mas minha conduta passou a servir de referência.” Tal procedimento mereceu destaque positivo junto ao coordenador de Educação⁴.

Um dos principais objetivos da pesquisa foi observar as práticas políticas existentes na região, relacionando com uma das características mais marcantes da sociedade brasileira, a saber, um elevado grau de hierarquização e desigualdade social, que acreditamos continuar impedindo o desenvolvimento do país de forma mais equânime.

Vale ressaltar que esta pesquisa tem por objetivo investigar as relações de poder e as práticas políticas que se propõem a obter o controle político e social das comunidades formadas por pessoas menos escolarizadas, com menor poder aquisitivo e, que, como ocorre em muitas situações, nem sabem que têm direitos de cidadania. E é nesse contexto que proliferam métodos políticos de trocas e favorecimentos que subjugam as pessoas tornando-as cada vez mais conformadas e dependentes, além de, contraditoriamente, agradecidas pelos favores recebidos, sem saber que tais favores vieram em troca de direitos que lhes são continuamente sonegados, condenando-as a um estado de pobreza e submissão que parece não ter fim, uma vez que as mesmas práticas se perpetuam historicamente, mudando apenas suas denominações, conforme a época e o contexto social. Assim a pesquisa deve dar conta de responder às questões formuladas para a construção da hipótese da mesma.

Espero evidentemente que os resultados da pesquisa tenham aplicabilidade no contexto das discussões educacionais e políticas que busquem melhorar o planejamento e a gestão política da região, tendo em vista construir condições mais favoráveis de vida para a população, com possibilidade de atendimento às necessidades básicas e fundamentais que devem garantir o direito de cidadania e dignidade ao povo, de acordo com a hipótese que orienta esta pesquisa.

⁴ Na época, o PDT sugeriu, inclusive, que todas as direções agissem dessa forma junto aos responsáveis por alunos que cobravam a vaga na referida instituição, na tentativa de pôr fim à prática do favorecimento em plenos anos 90.

CAPÍTULO 1: CORONELISMO E NEOCORONELISMO, UMA REVISÃO

De acordo com nosso pensamento, as relações políticas vigentes na Zona Oeste e no bairro de Campo Grande guardam semelhanças com os conceitos de coronelismo, conforme Leal (1997) em sua tese clássica, “Coronelismo, Enxada e Voto”, ainda que o bairro de Campo Grande, localizado na periferia da cidade do Rio de Janeiro, não configure um ambiente rural, embora em alguns sub-bairros como o Rio da Prata e a Serrinha-Mendanha, estas características ainda possam ser encontradas.

No entanto, politicamente, tal enquadramento cabe perfeitamente pelo fato da existência de um padrão de dominação e liderança política quando das transformações em seu espaço natural e cultural pelas quais o bairro tem passado ao longo das últimas décadas. Surge daí a possibilidade de fugir ao controle do poder central, tendo em vista, inclusive, as tentativas de emancipação política proposta pelos “donos do poder” na região, atualmente com uma visão mais comedida por parte de membros mais tradicionais do bairro, como podemos constatar pelas palavras do ex-administrador do bairro em sua entrevista, ao defender que “é preciso muito cuidado, verificar os custos, quanto à montagem de toda uma estrutura de funcionamento”. Tal possibilidade estaria relacionada ao aumento do poder dos mandatários locais que vislumbram seu fortalecimento político ao desgarrar-se das redes do poder central. Por sua vez, o poder central estabelecido não tem interesse na emancipação do bairro que é responsável por uma das maiores arrecadações do município, o que corrobora o pensamento defendido por Leal (1997).

Talvez o fato descrito no parágrafo anterior explique a tolerância e mesmo o apoio, por vezes explícito, e, em outras ocasiões, velado, a determinadas práticas e atitudes daqueles e daquelas que exercem cargos de chefia, liderança ou eletivos. Esta troca de interesses, de apoio nas esferas política e econômica, não ocorre aleatoriamente. Elas fazem parte de um conjunto de relações políticas bem maiores.

Além da já citada obra de Leal (1997), apresentamos os conceitos de coronelismo, clientelismo e mandonismo, estabelecidos por Richard Graham (1997); Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), por Villaça e Albuquerque (2006), e José Murilo de Carvalho (1995, 2004) já revistos por diversos estudiosos e pesquisadores em pesquisas e textos dedicados à compreensão e classificação de práticas políticas no Brasil (KUSCHNIR, 2000).

Em seguida, abordaremos os conceitos de neocoronelismo ou coronelismo urbano, a partir das proposições de Fábio Wanderley Reis (1971); Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976); Eli Diniz (1982 e 1982); Mario Grynszpan (1990); Karina Kuschnir (2000); Marcelo Burgos (2005), Maria Alice Rezende Carvalho (2000); e Gilberto Velho (2007) e Villaça e Albuquerque (2006) e bem como de autoritarismo social (Dagnino, 2004).

1.1 O coronelismo e as Ciências Sociais

Com certeza, o conceito de coronelismo já foi - e ainda é - bastante empregado para estudar as relações de poder entre dominantes e dominados no que tange às interações entre poder local e poder central, gerando, inclusive, certa confusão conceitual em sua aplicação, conforme apontado por Jose Murilo de Carvalho (1996).

Tomamos como referência Vitor Nunes Leal em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, (1997) publicado pela primeira vez em 1949, a partir de sua tese para ingressar como professor na Universidade do Distrito Federal, substituindo os professores estrangeiros “que

vieram iniciar em bases sérias o ensino das ciências sociais no Brasil” (LEAL, 1997, p. 30).

Leal (1997, p. 40) afirma que o coronelismo “é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

Embora o posto de coronel da Guarda Nacional reportasse ao Império, o coronelismo, no que tange ao poder político, tem seu ápice durante a República Velha e é “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1997, p. 40), configurando um quadro de sobrevida para o coronel sobre seus dependentes, enquanto mantivesse relações de reciprocidade com os governos estadual e federal, na forma de um sistema político baseado, muitas vezes, em ações extralegais. Assim, os votos locais eram oferecidos em troca de apoio político e econômico (LEAL, 1997).

Para Leal (1997), o mandonismo, o *filhotismo*, o falseamento do voto, e a desorganização dos serviços públicos locais eram características secundárias do sistema coronelista, vinculados à relação alimentada pelo poder público em função do regime representativo, com sufrágio amplo, já que em sua visão, o governo necessitava do eleitorado rural.

Embora a liderança do “coronel” assumia aspecto relevante, de acordo com Leal, nem sempre os chefes políticos municipais eram autênticos coronéis, podendo-se encontrar médicos e advogados entre eles, ainda que fossem parentes ou aliados. Contudo, o autor reitera que o elemento central nesse tipo de liderança é o “coronel”, ao exercer o controle sobre uma considerável quantidade de votos de cabresto (LEAL, 1997).

Além do domínio político e econômico, dos favores pessoais, o “coronel” exercia também funções policiais, com auxílio de empregados, agregados ou capangas, embora ele não esteja livre de alguns percalços, como traições, por exemplo. Esses compromissos tornam extremamente necessários o apoio do Governo Estadual (LEAL, 1997).

Ainda segundo Leal (1997, p. 285) a “decomposição do coronelismo só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária”. Contudo, como essa decomposição não se dá rapidamente nem de forma contínua, além de apresentar contradições, ainda não foi possível uma solução final satisfatória. O autor ainda afirma que o “atraso cívico e cultural” do povo, e especificamente da população rural, seria um dos maiores fatores de impedimento das mudanças políticas no Brasil.

Analisando o clientelismo na política brasileira do século XIX, Graham (1997) aponta que os brasileiros, mesmo criticando o sistema clientelista, querendo crer que o Estado tem como objetivo primordial servir a todas as pessoas de modo igual e impessoal, não foram capazes de combater e romper com tal prática. Sendo assim, participavam do modelo de obtenção e distribuição de favores de forma quase que generalizada.

Segundo o autor, o clientelismo “constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político” (GRAHAM, 1997, p. 15) como também tem suas raízes, no caso brasileiro, ainda na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, na qual, entre outras possibilidades, havia um pedido de clemência para seu genro (GRAHAM, p. 271).

No caso específico de seu estudo, o autor está se referindo à relação entre os interesses dos grupos economicamente privilegiados e o Estado que lhes provia, concluindo que somente mudanças profundas na sociedade brasileira poderiam reduzir drasticamente a maneira de proceder. Contudo, mostra-se pessimista em relação a estas transformações, deduzindo que outros grupos poderiam lançar mão de “antigos instrumentos para exercer sua dominação”, já que a cultura tem vida própria (GRAHAM, 1997, p. 348) e que, através desses instrumentos garantiriam a manutenção de seus privilégios e interesses.

Consideramos relevante considerar que, mesmo a prática clientelista relacionada às

negociações entre os grupos dominantes e o Estado, tais práticas seriam necessárias para a manutenção do poder nas mãos desses mesmos grupos. Seja através da troca de favores (emprego, cargos, vagas em instituições de ensino ou em outros setores) ou outra, fundamental era manter a clientela, ainda que não fosse possível o atendimento completo e integral.

Os estudos de Graham (1997) em relação às formas de controle social exercido pelos grandes proprietários, bem como por todos os membros dos grupos “superiores”, mostram-nos que a prática de premiar a obediência e punir a desobediência era recorrente, lançando mão do uso da força, quando o convencimento e a persuasão não eram suficientes. Principalmente no que diz respeito aos escravos, essa prática era bastante difundida, institucionalizada mesmo entre os senhores, num arranjo que “combinava a disciplina rígida ao transgressor com favores ao dócil e obediente”. O objetivo de tal conduta era o exercício da autoridade.

Percebemos que a forma de exercer o controle social citada no parágrafo anterior pode ser, mesmo que grosseiramente, associada às práticas vigentes atualmente no bairro. Como as vistas imposições aos eleitores de alguns sub-bairros controlados por milicianos em Campo Grande, tal qual, o conjunto de prédios apelidado de “Carandiru”, localizado no sub-bairro Oiticica, onde quem transgride as “normas”, inclusive no âmbito privado, pode receber uma severa punição, conforme relato de um jovem morador dos “prédios”, que, inicialmente ocupado, atualmente teve sua situação regularizada pelo poder público graças à atuação dos “representantes” dos moradores junto às autoridades constituídas.

Outro aspecto salientado pelo autor faz referência à hierarquia existente entre os vários estratos sociais que acabava reforçando a autoridade, garantindo a ordem social. De acordo com o posicionamento político de um membro do Partido Conservador em 1866, o povo brasileiro não teria sido educado para o regime democrático, pois lhe falta disciplina, tornando-se necessário um regime autoritário no sentido de forjar uma nação digna.

Quanto ao comportamento eleitoral, durante o século XIX, eleições, fraudes e violência caminhavam juntas com o objetivo único da busca pela vitória eleitoral que garantisse tornar-se parte do governo, para usufruir das benesses proporcionadas pelas práticas clientelísticas junto aos governos estadual e federal.

O autor demonstra uma visão bastante pessimista em relação à Proclamação e instalação da República, asseverando que seus defensores somente priorizavam o atendimento de seus interesses. Por isso criticavam contundentemente o Império, mas em absoluto pensavam na defesa da coisa pública e, citando o episódio da transferência do genro de Quintino Bocaiúva, quando este ingressou no Gabinete de 1889, relata o comentário de um político da época de que a República teria nascido com o genrismo.

E se é durante a República Velha que o coronelismo adquire um caráter sistêmico, conforme visto mais acima, o novo regime implantado em 1930, com Getúlio Vargas a frente do governo, não altera substancialmente suas características, já que, ainda segundo o autor, o próprio Vargas seria fruto da rede de coronelismo no Rio Grande do Sul.

Os estudos de Queiroz, originalmente publicados em 1956, seguindo uma linha de análise da Sociologia Política brasileira, consideram que a influência do mandonismo local em épocas sucessivas da vida brasileira devia-se à “permanência da estrutura social do país baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de ‘família grande’” (QUEIROZ, 1976, p. 33). Os chefes seriam os “mandões” locais.

Revisando as pesquisas concernentes ao tema do mandonismo, a autora aponta que ao lado deste, também se desenvolvia um poder central. Se no período colonial este poder central era muito frágil, quase não existindo, durante o Império confunde-se com o mandonismo local exercido pelos bacharéis e somente durante a Primeira República, inicia um processo de independência e autonomia diante do coronelismo. Queiroz (1976) segue

analisando historicamente as relações entre o poder central e o mandonismo, citando vários exemplos de como os mandões locais exerciam o poder, tal na organização das bandeiras, organizadas pelos paulistas. Estes, inclusive, após a emancipação da capitania, motivada pelo desenvolvimento de São Paulo, passaram a desdenhar do governo do Rio.

Durante o Segundo Império, não era o imperador que detinha o poder centralizado em suas mãos. O que decorria era a fragmentação desse poder nas mãos dos proprietários rurais e o político era o representante e deveria sempre defender os interesses da população do interior, tornando-se assim um “prolongamento do proprietário rural na cidade e na Côrte” (QUEIROZ, 1976, p. 84).

Bastante contundente ao enfatizar as práticas clientelísticas vigentes na área rural, a autora cita uma lista de serviços que o colono esperava do fazendeiro, elaborada por um deputado, já em 1934.

Queiroz (1976) também aponta a redução da autonomia municipal frente ao Estado durante a República Velha, mas ainda assim, alude que o município, mesmo com uma posição de poder menor, continuava como o centro da política e, dentro dele, a figura do “coronel”.

Segundo a autora, dependendo da dimensão da importância do “coronel”, este se transformava em uma espécie de referência social e econômica em relação ao seu círculo de relações sociais, fossem seus pares ou seus subordinados. Defendia, desta maneira, que o poder do “coronel” não se limitava apenas ao aspecto político.

Desta forma, o chefe local continuava detendo o poder e o governo estadual não o contrariava, dando-lhe, inclusive “carta branca” para agir, uma vez que necessitava de seu apoio para dar continuidade às suas pretensões políticas. Portanto, o chefe estadual não se intrometia nas questões do município, configurando assim, a organização oligárquica presente durante toda a República Velha. Por outro lado, o “governismo” também foi uma das principais características do período em referência, pois, mesmo que o presidente de estado, (hoje governador) fosse inicialmente contrário a um dos candidatos à Presidência da República, caso este vencesse as eleições, logo o apoiaria. A nível municipal dar-se-ia o mesmo processo.

Na perspectiva de Queiroz, o coronelismo está inserido no contexto constituído pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro, sendo específico e datado porque, embora existente desde o Império, é na República Velha que se manifesta de maneira plena. Desta maneira, a autora conclui que o mandonismo local se apresentou de diversas formas desde a Colônia e pode ser considerado como o “conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil, considerando que o coronelismo é a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República” (QUEIROZ, 1976, p. 172).

Em uma estrutura baseada na relação entre dominantes dotados de variados instrumentos de poder, inclusive o econômico, e dominados, a conquista e obtenção de votos não se restringia apenas à modalidade de barganha. Era comum a opressão, o uso da violência e da crueldade para angariar votos (QUEIROZ, 1976).

Queiroz (1976, p. 29) defende ainda a existência de uma “linha de continuidade interna na nossa política, evidenciada no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, para integrar na política brasileira elementos novos”, uma vez que os fenômenos que surgem adotam formas já conhecidas para incorporar o que já existe.

De acordo com a maioria das análises da época, a autora considera que as limitações de ascensão e a conseqüente exclusão social desses grupos estão relacionadas ao fato de que os mesmos ainda não teriam alcançado uma consciência de classe e, tendo em vista as condições de seu nascimento - desigualdade social, pobreza, exclusão – seriam ainda mais reduzidas às possibilidades de atingir essa consciência de classe. Esta situação, então, favoreceria o individualismo, com os operários e colonos votando, e aí especificamente,

falando em termos de representação política, ao lado dos “legítimos representantes do capitalismo”, acreditando que estes defenderiam seus interesses. Como resultado dessa postura política, coexistiu o coronelismo urbano de origem demagógica ao lado de um coronelismo urbano alicerçado pelos interesses industriais/capitalistas. Um complementando o outro.

Em que pese não vislumbrar a participação popular de forma autônoma, em termos de análise, o contexto favorece a utilização deste referencial teórico e, no caso especificamente de operários e colonos considero de suma importância para esta pesquisa a abordagem feita pela autora, referente ao chamado coronelismo urbano, indicado na introdução da obra em referência, tendo em vista a dificuldade de comprovação deste conceito, sob uma ótica divergente e mais coerente do que a apresentada por Fábio Wanderley Reis (1971) conforme veremos mais adiante.

José Murilo de Carvalho (2004, p. 41) descreve o coronelismo como “a aliança dos chefes políticos locais com os presidentes dos estados e destes com o presidente da República”. Ele argumenta que há vários problemas no que se refere à utilização dos conceitos de coronelismo, mandonismo (que considera o menos polêmico) e clientelismo no que diz respeito ao debate sobre a questão da existência da dominação, que não tem como ser negada, pois é evidente. Para Carvalho (1996), fundamental é descobrir e revelar a natureza dessa dominação.

Na análise de Carvalho (1996), coronelismo e clientelismo não se confundem. Ao rebater a crítica de Paul Cammack (1979) à interpretação de Leal no que se refere à importância do voto, relega este a um plano secundário, afirmando que bastava o apoio tácito, que não houvesse rebelião para manter um mínimo de estabilidade do sistema.

José Murilo de Carvalho (1996) discorre principalmente sobre as críticas feitas ao conteúdo de *Coronelismo, Enxada e Voto* (1997), refutando algumas e complementando outras, porém reafirmando a importância da obra para o pensamento social e político brasileiro. Também dissecou e explica cada uma das contendas científicas que vão se sucedendo em relação aos conceitos de patriarcalismo, patrimonialismo e feudalismo, bem como as vinculações que se apresentam.

Quanto à dominação, Carvalho (1995) questiona se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes gerado na sociedade de mercado que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ela se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba as classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo.

Já em 2004, analisando a questão do exercício da cidadania no Brasil, o mesmo autor, partindo do processo da conquista de direitos, inserido no contexto de fenômeno histórico, segundo a teoria de Marshall, em relação à sequência na assimilação desses direitos. O cidadão pleno seria aquele que usufruísse dos direitos civis, políticos e sociais e o que, por ventura não desfrutasse de nenhum desses direitos, poderia ser chamado de “não-cidadão” (CARVALHO, 2004, p. 9).

José Murilo de Carvalho analisa os problemas que afetam e dificultam o exercício da cidadania pela grande maioria da população brasileira do ponto de vista da conquista dos direitos citados no parágrafo anterior.

Ao perfazer sua análise histórica, conclui que há uma precariedade enorme no tocante aos direitos civis e políticos, que, segundo o autor, as melhorias só se tornaram possíveis “por meio de aliança com o Estado, por meio do contato direto com os poderes públicos” (CARVALHO, 2004, p. 61), em processo denominado pelo autor de “estadania” (idem). Quanto aos direitos sociais, sua precariedade é ainda mais acirrada. Acreditamos ter sido de enorme valia para esta pesquisa, este eixo de interpretação utilizado pelo autor para tentar

entender, sem responsabilizar e culpabilizar a população pobre deste país pela sua pobreza, tendo em vista variadas interpretações neste último sentido.

De acordo com os autores acima citados e estabelecendo o vínculo para ratificar o objeto de estudo desta pesquisa, José Murilo reitera a existência e a manutenção da grande propriedade como um dos maiores obstáculos à conquista e expansão da cidadania em nosso país, inclusive aludindo à presença do “grande proprietário e coronel político em regiões recém-colonizadas do norte e centro-oeste do país” (CARVALHO, 2004, p. 53-54).

Mais especificadamente no que se refere à análise sobre o ato de votar, o antropólogo Moacir Palmeira, no artigo “Política, facções e voto” (1996), identifica a relação entre a lealdade política e o voto, estabelecida de acordo com a premissa do “compromisso pessoal, como favores devidos a uma determinada pessoa” (PALMEIRA, 1996, p. 47).

Ao abordar a temática da compra de votos ou da troca de votos, Moacir Palmeira apresenta as interpretações sobre essa prática, sinalizando que ela é comumente utilizada pelas mais diversas facções políticas. Contudo, há nuances associadas ao processo, comparando e validando determinadas atitudes concernentes a “compra do voto”.

Em função das transformações vivenciadas pela sociedade brasileira e seus desdobramentos sociais e econômicos, com a vinda de grandes grupos de trabalhadores/as rurais para as periferias das cidades, houve aumento da demanda junto às prefeituras e também aos políticos dos municípios. Estas novas condições fizeram com que os compromissos ficassem mais “estritamente eleitorais” (PALMEIRA, 1996, p. 51).

Importante contribuição para o debate a respeito das práticas políticas clientelistas, troca de favores e relações de dependência pessoal existentes na sociedade brasileira é oferecida por Marcos Otávio Bezerra (1999), ao analisar o funcionamento da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, durante os anos 90, do século XX.

O texto permite uma excelente reflexão ao relatar a atuação parlamentar de deputados e senadores em Brasília, mas que, não podem, de maneira alguma, relegar a segundo plano os vínculos com suas bases eleitorais, sob o risco de não terem seu mandato renovado em uma próxima eleição. Ou seja, por tudo o que já vimos neste primeiro capítulo, ainda são muito presentes na política brasileira, determinadas práticas que para alguns estão relacionadas ao tradicional, ao atraso e por outros a uma espécie de complemento, para esclarecer determinadas lacunas não totalmente explicadas.

Embora com a finalidade de identificar as atividades dos parlamentares junto à citada Comissão, o autor acaba por fornecer dados importantes e significativos sobre as práticas políticas cotidianas desses parlamentares. Deputados e senadores devem organizar suas tarefas de acordo com a necessidade de atendimento aos pedidos oriundos de suas bases eleitorais, principalmente no tocante à liberação de verbas federais. Para tal empreitada, os assessores hierarquizam os pedidos conforme o grau de importância, segundo critérios pré-definidos junto aos parlamentares.

Referindo-se aos trabalhos científicos alusivos ao clientelismo e à patronagem, Bezerra (1999) pondera que a maioria se limita aos aspectos econômicos, desprezando aspectos muito importantes, em sua opinião, como o prestígio, poder e gentileza. Tal procedimento impede uma visão mais abrangente e completa daqueles fenômenos.

A tese defendida pelo autor tem como pressupostos a ideia de patronagem desenvolvida por J. Davis para as sociedades mediterrâneas, de que “toda representação política se ocupa do controle e uso do poder” (J. Davis, 1983, p. 134 apud Bezerra, 1999). Três modos de representação: a reivindicação de direitos, a luta de classes e a patronagem adquirem um estatuto sociológico, e é possível a convivência entre dois deles ao mesmo tempo. Dentro dessa ótica, poderia ser mais fácil conseguir um emprego a partir das relações de patronagem do que exigir o cumprimento de direitos ou de uma greve.

Considerando a patronagem e o clientelismo como relações dotadas de certa autonomia e racionalidade (Briquet, 1995 apud Bezerra, 1999), o autor define ser pertinente e coerente pensar nas “trocas de serviços, favores, apoios, votos e lealdades entre parlamentares, lideranças políticas locais e autoridades governamentais” como relações que constituem o universo político. Essas relações não mais seriam vistas como resquícios do passado ou atenuantes das relações vigentes no presente.

Ainda inserido no contexto da análise da patronagem, há o artigo de Mario Grynszpan (1990) sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, político cuja história virou quase uma lenda na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Duque de Caxias.

Indica o autor que a patronagem geralmente está associada às relações de troca de favores, acesso a bens, serviços, entre outras características a partir de uma relação assimétrica, ou seja, verticalizada e hierarquizada. Mesmo que possua um caráter de informalidade, ela se desenvolve com base em regras e obrigações interpessoais.

A leitura do texto caminha praticamente na direção do texto de Marcos Otávio Bezerra, no que diz respeito a uma datação histórica com tendência a desaparecer quando de uma sociedade e um Estado moderno, eficiente e com base em critérios de impessoalidade. A contínua procura pelo estudo do tema da patronagem por parte de uma quantidade cada vez maior de cientistas sociais levou Mario Grynszpan (1990) a fazer sua própria investigação, abordando a trajetória individual de Tenório Cavalcanti, líder político quase folclórico da Baixada Fluminense, que durante muitos anos povoou o imaginário dos habitantes daquela região, seja pela atuação política junto aos seus amigos e dependentes ou pelo uso da violência para solucionar conflitos de diversos matizes contra seus inimigos.

Grynszpan (1990) em seu estudo assevera que a patronagem tem o poder de propiciar o deslocamento de pessoas no espaço social, desenhando um quadro em que ocorre o reforço da pessoalidade, do endividamento e da subordinação, criando uma teia de relações em que tudo pode ser feito pelos amigos, mas para os inimigos só resta à frieza das regras impessoais e a lei, que pode ser manipulada de acordo com os interesses e a ocasião. E para o autor, é a ambiguidade destas relações que permite entender a “convivência de práticas díspares como a da violência, do favorecimento, do empreguismo e do nepotismo, por um lado e, por outro, do direito, do combate ao arbítrio e da luta por demandas coletivas” (GRYNSZPAN, 1990, p. 25).

O autor considera que o sucesso e a duração da patronagem estão relacionados à sua capacidade de operar uma variedade de códigos e idiomas, baseada na versatilidade, na flexibilidade ao se defrontar com diferentes contextos. Ressalta ainda, que estudar as trajetórias individuais “pode ser de grande importância heurística” (GRYNSZPAN, 1990, p. 24), pois permite reflexão sobre processos sociais mais amplos.

Grynszpan nos informa que a patronagem no caso do Brasil, tem sido analisada pelo viés do clientelismo, com ênfase maior no coronelismo, durante a Primeira República e posteriormente, ao tema das máquinas políticas, no caso do Rio de Janeiro, ao estudar o chaguismo.

O estudo de trajetórias individuais, sinalizado por Grynszpan (1990, p. 3) permite “avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações”.

Grynszpan apresenta as características pessoais e políticas de Tenório, suas estratégias e práticas de atuação, relacionadas à astúcia, à negociação, à troca de favores, às relações estruturadas e mantidas nos mais variados níveis. Quando necessário, e não foram poucas vezes, recorria ao uso inadvertidamente da violência para alcançar seus objetivos e destruir os que por algum motivo, atrapalhassem seus planos. Mesmo atuando ao lado de grupos

politicamente conservadores e tendo contribuído com o poder estabelecido, durante o regime militar foi perseguido e execrado politicamente.

Tenório Cavalcanti simbolizou e atestou de maneira singular as formas de dominação e controle social em relação aos métodos utilizados para efetivar esse referido controle.

Acreditamos que as análises apresentadas sejam suficientes para explicar e compreender o universo complexo, algumas vezes confuso, contraditório que configuram o quadro político brasileiro desde a chegada do elemento colonizador, em 1500, passando pelo período colonial (até 1822) com o poder estabelecido praticamente nas mãos dos proprietários de terra.

Apesar das tentativas do governo de Portugal em efetivar um controle maior sobre a colônia, os senhores de terras e de escravos exerciam o poder de fato, o que suscitou, na visão do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (1996) uma confusão conceitual diante de algumas interpretações que defendem a ocorrência do feudalismo no Brasil.

Durante o Período Regencial (1831-1840) é criada a Guarda Nacional, apontado como o fato gerador do coronelismo, tendo em vista a distribuição/compra das patentes pelos proprietários de terras, dependendo, é claro, de seu poder material e prestígio político em sua região.

Durante o Segundo Império (1840-1889), houve certa tendência em afirmar uma centralização maior do poder nas mãos do imperador. Entretanto, uma análise mais apurada do período indica que os bacharéis estabelecidos no poder, representavam os interesses dos proprietários de terra. Porém, de qualquer maneira essa centralização avançou.

Durante a República Velha (1889-1930), podemos verificar o ápice do coronelismo, mas também o aumento do poder central, estabelecida uma relação de dependência que envolvia todas as esferas de poder. Coronelismo, Política dos governadores e Política do café-com-leite. Eis o tripé que sustentou o poder das oligarquias durante o período.

E depois? O processo de modernização conseguiu eliminar o coronelismo e as práticas clientelísticas vigentes na sociedade brasileira? Concluímos que os estudos apresentados acima remetem a uma resposta negativa a esse questionamento. Aliás, cabe aqui uma pergunta: há interesse da parte dos proprietários de terra e do agronegócio em acabar com o coronelismo?

Encerro este capítulo com um fragmento de texto do livro “Identidade e luta de classes”, de Ademar Bogo, na crença de que um mundo melhor é possível e que a luta não terá sido em vão!

“A conquista da terra como causa inicial é também a busca da liberdade, do direito a receber visitas em horários supostamente de trabalho, mas acima de tudo é o princípio da luta pela emancipação, em que a liberdade nada mais é do que cumprir bem a função social individual e coletivamente” (BOGO, 2008, p. 149).

Até aqui, em sua grande maioria, as práticas estudadas referiram-se ao mundo rural, agrário. E na configuração do novo país? Industrialização; modernização, urbanização. Feitas estas indagações, as análises se voltam para um tipo de coronelismo existente nas cidades, com práticas supostamente ligadas ao mundo rural, rotulado como atrasado. Clientelismo ou coronelismo urbano, neocoronelismo, autoritarismo social, cidade escassa, inserção precária.

1.2 O coronelismo urbano (neocoronelismo)

Como tivemos a oportunidade de perceber, o auge do coronelismo estaria relacionado a um processo de modernização da sociedade brasileira, com o advento da República e do Estado federativo, politicamente, e, economicamente, a um período correspondente à decadência dos fazendeiros (CARVALHO, 1996). Contudo, estes aspectos fazem alusão ao meio rural, considerado como sinônimo de “atraso”, uma vez que não dispõe das mesmas condições existentes nos centros urbanos.

Mas ultimamente, o crescimento das populações que vivem em centros urbanos assume proporções gigantescas. No Brasil, por exemplo, inverteu-se a relação urbano-rural (VELHO, 2007) e tornou-se de vital importância compreender este novo quadro que ora se configura na sociedade brasileira.

Segundo as análises realizadas, de certa forma, criou-se a expectativa de que o processo de urbanização eliminasse as práticas clientelistas da política brasileira, associadas, segundo alguns autores e mesmo conforme uma impressão generalizada em termos de opinião pública, ao já citado “atraso” do meio rural. Mas elas permaneceram e ainda fazem parte do cotidiano político de nosso país.

Sendo assim, veremos neste tópico algumas teorias criadas para explicar a permanência dessas práticas clientelistas após o desenrolar de urbanização, da industrialização, enfim, de modernização.

Fábio Wanderley Reis (1971) credita o papel das lideranças políticas pessoais em Belo Horizonte, onde sua pesquisa foi realizada, a uma prévia situação sócio-econômica privilegiada do migrante em seu local de origem e à manutenção desta condição no centro urbano, de modo a exercerem certa ascendência e influência política sobre os menos favorecidos. Ele chamou tal fenômeno de *neocoronelismo*⁵ urbano, concebido na dicotomia entre o tradicional e o moderno.

Acreditamos que, embora tenha sido um dos precursores na apropriação de tal nomenclatura e por isso está aqui citada, a justificativa proposta fica muito limitada e não nos permite maior abrangência em sua análise.

Ao pesquisar o fenômeno político do chaguismo e suas formas de atuação no estado do Rio de Janeiro, Diniz (1982a, p. 223), por sua vez, salienta que:

Ao contrário do que sugerem as premissas implícitas na literatura sobre modernização e desenvolvimento social, os processos de industrialização e urbanização, com a conseqüente propagação de efeitos modernizantes, não são incompatíveis com o desenvolvimento de práticas clientelistas.

Segundo a autora, o que vai permitir ou não essa coexistência, ou até mesmo provocar a expansão do clientelismo, é o grau de organização da sociedade, mesmo que haja índices altos de urbanização. Se a sociedade é pouco organizada, fortalece tendências atomizadoras, proporcionando tal associação. Essa possibilidade torna necessário rever e tratar o debate sobre o suposto contraste voto urbano-voto rural de forma mais abrangente.

Comprovando sua tese, Diniz evidencia o êxito eleitoral das máquinas chaguista e malufista, no contexto do regime militar instaurado em 1964, indicando o surgimento de um “clientelismo de novo tipo - um clientelismo urbano” (DINIZ, 1982b, p. 22), no Rio de Janeiro e em São Paulo, com incrível capacidade de se expandir no contexto complexo e diferenciado do meio urbano.

⁵ Grifo do autor.

Explicitamente abordando as votações expressivas obtidas pelo MDB carioca durante o regime militar, Diniz (1982a, p. 219) aponta que, “a identificação com uma dada legenda partidária e voto clientelista não são dimensões antagônicas do comportamento eleitoral”. Portanto, mesmo que a máquina política chaguista, no caso do Rio de Janeiro, atuasse no sentido de eleger seus representantes, havia outra perspectiva que levava os eleitores a votar nos candidatos do MDB, identificada como voto ideológico.

Conforme o pensamento da autora (1982b, p. 24), “a diversidade de táticas estava, portanto, associada a uma estratégia de conquista e ampliação de espaço na política local”. Delineava-se assim uma interpretação que se aproximaria do coronelismo urbano.

Cabe aqui uma ressalva quanto às diversas tendências políticas atuantes no interior daquele partido, dentro dos limites constitucionais estabelecidos, tendo em vista o quadro político da época, onde o MDB representava, para alguns quadros políticos, a única possibilidade, real ou não, de oposição ao regime implantado em 1964 no Brasil.

Analisando os casos de quatro coronéis nordestinos e sua atuação no período que se estende de 1930 a 1964, portanto, após o auge do coronelismo, Vilaça e Albuquerque (2006) definem que os referidos coronéis se apropriaram e utilizaram algumas inovações, como o rádio, por exemplo, para estender e manter seus domínios. Contudo, não abriam mão do uso de violência para tal empreitada, o que pode ser considerado de grande importância para este trabalho dissertativo, como veremos mais à frente.

Apesar da visão dualista dos autores no que concerne à dominação exercida pelos coronéis, ou seja, a aceitação diante do mandonismo seria consequência do atraso e da falta de informação da população rural, motivada pelo seu próprio desinteresse e pelas condições a que estão submetidos. A pesquisa compreende a atuação dos coronéis Chico Romão, Zé Abílio, Chico Heráclito e Veremundo no interior de Pernambuco, demonstrando de maneira clara o ordenamento social, político e econômico estabelecido por esses quatro mandões e suas relações com os partidos da época, como a UDN e o PSD.

Conforme nos mostram os autores, os quatro coronéis tinham uma relação muito próxima junto aos caciques dos dois partidos e eram consultados, exceto em fase de claro e acentuado declínio político. Troca de favores, os mais diversos, exercício exacerbado de poder, enfim, práticas clientelísticas e disputas eleitorais configuravam suas trajetórias. Para além do período considerado como a datação histórica do coronelismo, o que por si só, reafirma a complexidade das relações de poder que vigoraram e, quiçá, ainda vigoram no país, uma vez que, dialeticamente, ao recorrerem às inovações tecnológicas, as contradições geradas por estas contribuíram para seu declínio.

Acreditamos que seria procedente e útil a este trabalho, inserirmos o livro organizado por Jorge Ferreira “O populismo e sua história” no ano de 2010, no que tange, primeiramente às práticas adotadas na vida política brasileira, a partir de determinado período, associando o populismo ao compromisso, também presente nas análises anteriores.

Em seguida, os autores afirmam que o termo populismo, da maneira que passou a ser utilizado, nem existia antes de 1945. Elaboram, através dos textos apresentados, uma crítica contundente aos autores que simplesmente responsabilizam trabalhadores e trabalhadoras por uma possível e fácil manipulação vivenciada por este grupo social. Na visão dos autores, os estudos seriam incompletos e imprecisos, desprezando conceitos importantes para o melhor entendimento das razões de seu funcionamento, já que vislumbram os trabalhadores apenas como objeto da história, como se não tivessem condições de seu papel na sociedade.

Ainda no campo da relação entre cidadania e questão urbana brasileira, uma abordagem mais recente elaborada por Burgos (2005), que parte da tríade cidade/território/cidadania. Ele entende a cidade como uma agregação de territórios atomizados (microcosmos) e a territorialização da cidade como algo que limita o potencial político da participação popular tão importante para a democracia, de modo que se impede

que uma parte da população possa exercer seus direitos de forma igualitária se comparada ao restante da população que tem acesso à cidade, portanto, considerada cidadã. Sua análise utiliza os conceitos de “controle negociado” e de “cidade escassa” para tratar da questão da integração social.

Para pensar a história da cultura política das cidades brasileiras, Burgos (2005), em seu artigo “Cidade, Territórios e Cidadania”, utiliza os conceitos de “controle negociado” de Machado da Silva (2002) e de “cidade escassa” de Carvalho (2000). Burgos enfatiza que o argumento da questão da integração social permite um estatuto mais universal para atingir os objetivos de tal empreitada. Conforme Burgos (2005, p. 193):

O conceito de “controle negociado” foi formulado a partir da crítica ao clientelismo e ao assistencialismo, desnudando as contradições inerentes a um certo padrão de integração social que acompanhou a reestruturação das principais cidades brasileiras no contexto da modernização das relações de produção, que começa a ocorrer a partir dos anos 40.

Este conceito revela com clareza “o padrão historicamente desenvolvido de articulação entre cidade e territórios, desde quando começam a se fazer sentir os efeitos do processo de modernização das relações de produção” (BURGOS, 2005, p. 195) Também os fluxos migratórios na direção dos territórios fazem parte deste processo de reestruturação, pois altera o padrão de sociabilidade, impulsionando a mudança de um padrão de integração social baseado em interações de tipo face a face para um padrão mais impessoal estabelecido em frágeis identidades coletivas territoriais.

Para corroborar sua tese, o autor recorre ainda, aos argumentos de Diniz (1982a), no sentido do uso da máquina política, como sendo uma organização fortemente hierarquizada onde os políticos do Legislativo atuavam como uma espécie de ponte entre o Executivo e os líderes comunitários em que baseavam suas relações políticas. Estes últimos acabavam transformando-se nas vias de acesso no que diz respeito a um possível atendimento das carências da população do território, que se comprometia a votar naquele determinado candidato. Estabelecia-se, assim um sistema que se definia pela troca de favores e pela lealdade. De acordo com o autor, Diniz descreve essas relações assimétricas por suas características, como uma espécie de coronelismo urbano.

Indicativo desse padrão clientelista voltado para os territórios, no passado, foi a “política da bica d’água”, exemplo de acesso à cidade em troca de uma condição subalterna. Atualmente, as práticas clientelistas continuam a prevalecer nas relações entre os territórios e a cidade, embora não mais de forma hierarquizada, não cabendo mais o conceito de “controle negociado” (BURGOS, 2005).

Contudo, Burgos considera que essas práticas clientelistas passaram por mudanças, seja pelo aumento da percepção dos eleitores dos territórios em alcançar benefícios maiores ou pela ampliação do acesso aos equipamentos urbanos, mas as práticas clientelistas continuam vigindo e regendo as relações de poder no Rio de Janeiro.

O conceito de “cidade escassa”, ainda segundo ele, se torna mais apropriado para fazer uma leitura atual do quadro das relações entre os territórios e a cidade, tendo em vista a pouca capacidade do Estado e da sociedade em universalizar regras e valores que possam ser compartilhados no espaço público, reduzindo em excesso o espaço da *polis*, imperando o dualismo entre ordem e liberdade, isto é, a negação da participação na vida pública (BURGOS, 2005).

O autor ainda faz uma série de considerações sobre o papel da mídia no sentido da espetacularização dos conflitos, confundindo e obstaculizando uma leitura crítica dos fatos, reproduzindo uma lógica que segrega ainda mais os territórios.

Quanto à religião, Burgos (2005) aponta as diferenças entre a doutrina católica e a doutrina protestante do segmento pentecostal, apontando aspectos positivos e negativos de ambos os lados, mas considerando que os protestantes levam certa vantagem em função de sua doutrina mais individualista, voltada para a igualdade, a mobilidade social e o empreendedorismo, que depreende também uma determinada lógica voltada para o mercado.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de “cidade escassa” demanda, de um lado explicar os modelos de vida urbana na atualidade, onde a fragmentação e a violência são marcantes, mas, também indicar, criticamente, as relações entre igualdade e liberdade em relação à população que habita os territórios.

Carvalho (2000, p. 55) apresenta como cidade escassa, “a cidade que se torna objeto de disputa generalizada e violenta entre os seus habitantes”, aludindo ao tema clássico de Hobbes (“a guerra de todos contra todos”), sob a égide do contratualismo.

Fazendo uma abordagem sobre a violência nas grandes cidades brasileiras, especificamente no Rio de Janeiro, a socióloga e professora Maria Alice Rezende de Carvalho associa o conceito de “cidade escassa” a um Estado com baixa legitimação da autoridade política, que não cumpre com suas obrigações, além de dotado por um “privatismo congênito” (CARVALHO, 2000, p. 55).

Para ela, a organização social acontece de maneira fragmentada em seus juízos e a violência se dá como uma forma de sedição.

Historicamente, a autora apresenta dois exemplos distintos que contribuíram para justificar o atual quadro de relações sócio-políticas do Rio de Janeiro. O primeiro deles seria o período posterior à chegada da Família Real Portuguesa (1808) e a Primeira República (1889-1930), em que se deu a separação, a fragmentação, em que não houve a participação de toda a cidade. No outro, a tutela exercida pelo Estado sobre os trabalhadores durante a Era Vargas, período que se estende de 1930 a 1945.

A perspectiva de um ambiente pacífico e promissor somente ocorreria quando os ideais de solidariedade social e os princípios de cooperação política alcançassem toda a sociedade e a maioria da população se reconhecesse como parte de uma trajetória coletiva. Quando acontece o contrário, “a cidade se torna objeto da apropriação privatista, da predação e da rapinagem” (CARVALHO, 2000, p. 56).

As considerações de Gilberto Velho (2007, p. 19) sobre as metrópoles brasileiras, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, indicam a “persistência da importância das relações pessoais em geral, e do clientelismo e dos desdobramentos do coronelismo em novas roupagens” e que marcam de maneira indelével sua vida político-econômica.

Essa situação deve-se à inexistência de “mecanismos e padrões democráticos, associados à cidadania” (VELHO, 2007, p. 19). Além disso, as práticas clientelísticas combinadas com o burocratismo de longa data vigente no país, “produz um sistema em que a ineficácia e a corrupção” crescem sem restrições. Tal proposição estaria relacionada à questão das falhas históricas no processo de condução e efetivação das políticas públicas, advindas desde os tempos da colonização associada aos períodos de autoritarismo que marcaram a trajetória do país.

Sendo assim, a combinação citada acima afetou profundamente a cidade do Rio de Janeiro. A cidade não foge à regra em relação aos enormes problemas concernentes à sociedade brasileira. Desigualdade, violência, falência dos serviços públicos, desorganização urbana, fazem parte deste quadro. Entretanto, para o autor, a pobreza e a desigualdade são insuficientes para explicar todo esse processo de criminalidade violenta. Dando continuidade ao seu pensamento, ele indica que a inserção no mundo do crime é a via de acesso mais rápida ao paraíso do consumo de bens materiais e simbólicos (artigos de grife) e também de demonstração de poder junto a suas comunidades.

Relacionando com as pretensões da pesquisa, em uma conversa informal, obtive a informação de que “foi o único emprego que arranjei e tenho que comprar minhas coisas” fornecida por Diogo, 23 anos, trabalhando atualmente para o grupo que “cuida da segurança” do sub-bairro Belclima. Vale ressaltar que este grupo é liderado por um policial militar e que a deputada Lucinha e seu filho, o vereador Júnior da Lucinha, moram no bairro.

Buscando ainda esclarecer a existência dos padrões clientelísticos na realidade brasileira, Dagnino (2004), analisando a questão da cultura democrática no Brasil e na América Latina, assinala que aspectos como a desigualdade econômica, a miséria e a fome são os mais visíveis. Contudo estão inseridas em um “ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais”, denominado de *autoritarismo social*.

Segundo a autora, esse autoritarismo encontra-se enraizado na cultura brasileira, baseado nos critérios de classe, raça e gênero, classificando e distinguindo pessoas de acordo com os lugares que ocupam na sociedade e que podemos vivenciar em nosso cotidiano, como, por exemplo, na determinação de entrada pelo elevador de serviço. Disseminado em uma cultura autoritária e de exclusão, esse autoritarismo se faz presente no:

“conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas” (DAGNINO, 2004, p. 105).

Finalizo este tópico com a resposta de Karina Kuschnir (2000, p. 140) ao questionamento feito por José Murilo de Carvalho sobre a natureza da dominação existente no Brasil, a qual, segundo ela, pode responder às indagações sobre a persistência das práticas clientelistas nos centros urbanos brasileiros: “a natureza da dominação no Brasil, assim como na América Latina, tem se caracterizado pelo papel do Estado como um distribuidor de recursos e bens públicos em troca de votos e apoio.” Para ela, o clientelismo urbano configura o estágio atual do desenvolvimento político brasileiro.

CAPÍTULO II: MÉTODO

2.1 Questões metodológicas

Neste capítulo trato de delimitar o objeto de pesquisa e definir a metodologia aplicada que deve dar conta de responder a algumas questões formuladas com o propósito de elaborar a hipótese de pesquisa, uma vez que as questões políticas levantadas afetam diretamente os grupos sociais menos favorecidos, inviabilizando o desenvolvimento cultural, social e econômico da região, além de gerar efeitos perversos na manutenção da pobreza e da desigualdade de direitos.

Utilizamos como arcabouço teórico a sociologia histórico-interpretativa, que segundo Mulhall e Morais (1998, p. 25) foi uma das “áreas que mais cresceram na Sociologia nas últimas décadas.” Os autores dividem essa tipologia em quatro abordagens, apresentando exemplos de autores em nos devidos enquadramentos, muito embora façam questão de deixar claro não ser possível identificar rigidez quanto a estas classificações. Elencam a Sociologia histórica interpretativa; a Sociologia histórica e teoria da escolha racional; a Sociologia histórica e tipos ideais e a Sociologia do macro-estruturalismo.

De acordo com Mulhall e Morais (1998, p. 28), os autores que projetam seus trabalhos sobre a ótica da Sociologia histórica interpretativa contribuem de forma incisiva para a compreensão do contexto e da situação histórica estudados, uma vez que “procuram analisar os diferentes sentidos atribuídos aos símbolos pelos atores sociais em processos de transição de sociedades pré-modernas para as modernas.” Tal afirmação se dá através do foco dessas análises, voltadas para a interpretação da ação dos agentes sociais, mesmo reconhecendo a existência da estrutura. Todavia, essa estrutura é vista como “constituição ou construção de sentidos que atores sociais emprestam a fenômenos em diferentes culturas”, de acordo com o processo de transição citado acima.

Mulhall e Morais (1998, p. 38) atestam ainda que qualquer tipologia é, “intrinsecamente, incompleta, pois os modelos utilizados para a observação da realidade são sempre aproximativos.”

Essa pesquisa foi realizada em dois momentos. Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico e documental, envolvendo livros, artigos científicos em periódicos e documentos disponíveis em acervos da Câmara Municipal, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Fundação Getúlio Vargas, entre outros. Todos relacionados ao estudo das relações de poder no meio urbano, aos conceitos citados acima, associados à Ciência Política, à Antropologia Política e à Sociologia Política e à história de Campo Grande. Também foram consultados dados estatísticos fornecidos por estudos da Prefeitura e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em um segundo momento, como técnica para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e de natureza individual. A escolha dessa forma para a realização da coleta de dados se deu pela possibilidade que a mesma proporciona de investigar as questões previamente formuladas que são pontos importantes para o trabalho e, ao mesmo tempo, permitindo que os entrevistados pudessem discorrer sobre suas opiniões, percepções, representações, diante de seus conhecimentos, seus argumentos, suas questões, contribuindo assim para enriquecer o material coletado, respeitando e validando a intervenção dos entrevistados como sujeitos, partícipes do processo de estudo.

A entrevista é o mecanismo mais utilizado no trabalho de campo, porque torna possível ao pesquisador perceber e registrar informações contidas na fala dos atores sociais que vivenciam aquela determinada realidade. E é de suma importância que o pesquisador não vá para essa comunicação verbal munido de pré-requisitos, achando que vai ouvir o que já esperava encontrar (MINAYO, 2007)

As entrevistas foram realizadas com pessoas que exercem ou exerceram cargos de comando em áreas como educação, administração do bairro, obras públicas, associação comercial e industrial, Secretaria estadual de Administração e entidades ligadas à Secretaria de Ação Social. Paralelamente, também foram entrevistados representantes de associações de moradores, assessores políticos, diretores/as de instituições escolares.

Algumas dessas entrevistas se tornaram possíveis através de minhas relações pessoais e profissionais como vizinhos/as, professores/as, alunos/as, responsáveis por alunos e alunas das instituições escolares em que leciono. Outras, pelo conhecimento e proximidade junto a pessoas conhecidas que têm condições de possibilitar meu acesso aos detentores/as de cargos que lhes trazem certo prestígio social e os/as tornam reconhecidos/as na região.

Como aspectos complementares e com o objetivo de garantir maior lisura e espontaneidade nas respostas foram entrevistadas vinte pessoas, aleatoriamente, independente de profissão, idade, sexo e grau de escolaridade. Buscou-se informações sobre as práticas políticas e cotidianas junto à vizinhança e a única característica em comum está relacionada ao fato de todas residirem em bairros controlados por grupos de milicianos⁶.

Antes de iniciar as entrevistas junto às pessoas com relativo grau de representação e exercício de poder no bairro, muitas dúvidas e indagações foram surgindo no que concerne às possibilidades de tentativa de distorção e manipulação das respostas. Derivou daí o receio de que houvesse uma tendência a relativizar ou mesmo negar alguns dos aspectos abordados. Embora em alguns momentos, as respostas tenham sido evasivas e não contemplassem satisfatoriamente os objetivos pretendidos, avaliamos ter alcançado os objetivos propostos.

Foram feitas cinco entrevistas com pessoas que ocuparam ou ainda ocupam algum tipo de cargo de mando ou detém certo “prestígio” político no bairro ou, ainda por manter, devido a diversos fatores, vínculos com “os de cima”, seja por grau de parentesco, por posicionamento político ou por aspectos profissionais e possuem influência junto aos órgãos públicos e privados.

Em sua quase totalidade, essas entrevistas tiveram duração de ao menos uma hora, o que nos facultou, em algumas situações, um tom de conversa mais informal, como no caso do ex-administrador regional. Ainda que tenhamos percebido certo direcionamento para desviar as questões de seu foco principal, fato que demonstra a experiência na prática de lidar politicamente com as mais variadas situações que lhes são apresentadas.

Para além das entrevistas acima citadas, foram ouvidas cerca de vinte pessoas, aleatoriamente em relação ao sexo, idade, grau de instrução e poder aquisitivo, cujas perguntas versaram sobre as transformações pelas quais passam o bairro, questionamentos sobre a forma de atuação política do parlamentar eleito pela população local, da região e a existência dos grupos paramilitares que atuam na região. Em algumas ocasiões, o processo adotou a perspectiva de “tom de conversa”, uma vez que poucas se aventuraram a falar abertamente, embora a grande maioria fosse composta de pessoas, de certo modo, conhecidas, fato que por si só, demonstra o terror imposto pelos milicianos, mas que, ao mesmo tempo, é aparentemente negado pelos/as entrevistados/as.

Importante destacar a discussão teórica estabelecida no que se refere às análises das transformações ocorridas no país, envolvendo possíveis permanências e mudanças bem como

⁶ Belclima, Agulhas Negras, Rio da Prata, Oiticica, Jardim Leticia, Tingui, Amazonas, Adriana, Santa Cecília, Largo do Correia, Vila Nova.

o papel das classes dominantes e o posicionamento de trabalhadores e trabalhadoras diante do processo de uma industrialização tardia e dependente. Muitas partindo de uma visão dualista, onde o “atraso” está vinculado ao mundo rural, seria substituído pelo “moderno” urbano e outros, como Francisco de Oliveira (2003), a partir de uma interpretação dialética, buscaram explicar a existência das práticas clientelísticas e baseadas nas relações pessoais ainda vigentes na sociedade brasileira.

Vale a pena ressaltar que o objetivo deste trabalho de pesquisa não foi analisar os mandatos políticos dos representantes da região a nível legislativo, mas compreender como são vistas as práticas políticas relacionadas ao poder e suas nuances, incluindo a família Jerominho⁷ e o coronel Jairo⁸, identificando como essas práticas afetam o cotidiano das pessoas. De que maneiras elas são percebidas e “assimiladas” pelas “pessoas comuns”, ou seja, aqueles e aquelas que não têm acesso ao Poder Público e, de uma forma ou de outra, seja por desconhecimento ou por descrença e apatia em relação à participação política, segundo a perspectiva da líder comunitária entrevistada, acabam dependendo da mediação de seus interlocutores. É possível identificar a visão dualista relacionada ao atraso e à modernidade, responsabilizando e culpabilizando a população pelas condições em que vive.

Trechos das entrevistas foram alocados junto às temáticas relacionadas no capítulo III, que se refere especificamente ao bairro de Campo Grande, sua história, características políticas e suas práticas.

Ressaltamos que, para garantir a segurança e evitar qualquer tipo de constrangimento, utilizamos nomes fictícios para todos/as os/as entrevistados/as.

Além da pesquisa bibliográfica e das entrevistas, procedeu-se a coleta de dados em jornais de circulação local, como “O Amarelinho” e o “Zona Oeste” e também em jornais de circulação mais abrangente, de alcance que extrapola os limites locais, abarcando toda a cidade e o estado, bem como na internet, possibilitando assim identificar, segundo nosso pensamento, o caráter sistêmico das proposições apresentadas na pesquisa.

As entrevistas realizadas e a leitura de jornais confirmariam ou negariam a hipótese de existência de uma espécie de neocoronelismo ou uma espécie de coronelismo urbano vigente nas relações de poder estabelecidas no bairro? Foi o que tentamos demonstrar através da análise e associações efetivadas sob as referências teóricas dos diversos autores analisados e as falas obtidas pelos/as entrevistados/as.

Concomitantemente, foram entrevistados/as moradores e moradoras de sub-bairros controlados por milicianos, sem exceção, objetivando conhecer sua postura política em relação aos representantes que exercem cargos eletivos atualmente (se os conhecem ou não), como deve ser o atendimento em relação à questão local ou mais geral na prática política e ainda, identificar sua posição em relação à existência e às práticas dos grupos de milicianos.

Em relação a essas entrevistas, quase todas nos forneceram dados que também ratificam a tese defendida por Bezerra (1999), pois, apesar da maioria não acompanhar a atuação dos parlamentares do bairro ou mesmo da Zona Oeste, manifestam a opinião de que os mesmos devem zelar pelos seus redutos eleitorais.

Acreditamos que o aspecto citado acima esteja relacionado ao coronelismo urbano, fincado nas raízes do clientelismo conforme Diniz (1982a) e Vilaça e Albuquerque (2006), configurando o que denominamos neoclientelismo. A entrevista da líder comunitária e funcionária pública Janaína, discorrendo sobre o trabalho desenvolvido na campanha do

⁷ Alusão a família Guimarães, responsável pela formação do grupo paramilitar conhecido como ‘Liga da Justiça’, atuante no bairro de Campo Grande e adjacências. Refere-se principalmente a Jerônimo – conhecido por Jerominho - (ex-policial e ex-vereador), seus filhos Carminha Jerominho (ex-vereadora) e Luciano Guimarães (ex-policial) e seu irmão Natalino (ex-policial e ex-deputado estadual).

⁸ Político influente na região da Zona Oeste ligado ao governo estadual do Rio de Janeiro. Atualmente exerce o cargo de deputado estadual.

candidato Natalino a deputado estadual ou mesmo atuando no mandato do vereador Jerominho reitera essa hipótese. As práticas do toma lá - dá cá em troca do voto são claramente narradas. Também o pagamento pelo voto, segundo ela, efetuado pela deputada Lucinha, seguem na direção dessas práticas políticas, indicando a dependência dos que estão à margem. Tal fato anunciaria o aumento da máquina política (DINIZ, 1982a).

Curiosa é a naturalização do processo, conforme a própria Janaína afirma por diversas vezes em sua entrevista. As práticas clientelistas não seriam nenhum empecilho, uma vez que estariam atendendo às carências dos mais necessitados. E as próprias pessoas são apontadas como responsáveis, uma vez que não sabem se organizar e criam dependência em torno de quem “briga” pelas melhorias do local.

Neste ponto, reportamo-nos ao conceito de “controle negociado” entre o poder público e os territórios, demonstrado e já considerado ultrapassado por Burgos (2004). Nesta avaliação, o político exerce o papel de ponte, fazendo a mediação entre os órgãos responsáveis pelo atendimento das demandas e a possibilidade, efetiva ou não, do atendimento das necessidades da população sem acesso aos direitos básicos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada em 1948.

Bezerra (1999, p. 17) nos mostra de modo claro as limitações dessa interpretação, reducionista, segundo sua interpretação, pois:

De modo geral, o que parece evidente é que predomina uma perspectiva, reducionista, ao meu ver, que tende a mercantilizar estas trocas. Elas são tratadas de modo mecânico, utilitarista e tornam-se uma espécie de toma lá, dá cá. Desse modo predomina a fórmula: benefícios públicos são retribuídos com votos.

De acordo com Bezerra (1999, p. 17) “a dimensão sociológica dessas trocas é deixada de lado”. Prossegue sua análise informando que a análise ignora a complexidade do contexto em que ocorre, pois existem outros fatores que influenciam no processo, como “a busca de prestígio, poder e o cumprimento de obrigações formais e morais” (idem).

A afirmativa de Sérgio Manoel quanto ao aumento do número de representantes da Zona Oeste indica possivelmente o aumento do número de votos nos candidatos da região, principalmente nas duas últimas eleições. Cabe ressaltar a “guinada” realizada pelo setor imobiliário no bairro vinculada à necessidade de aprovação de mudanças nesse sentido pelo poder municipal, no sentido da realização das diversas obras. Tal procedimento configuraria o quadro do “compromisso” coronelista, citado por Leal (1997) e por Vilaça e Albuquerque (2006), remetendo também de forma clara à questão do mandonismo local, de acordo com Queiroz (1976).

Essas demonstrações de poder relacionadas às práticas clientelísticas encaminham para o que Graham (1997) propõe na direção da hierarquia como reforço da autoridade e garantia do controle social.

As respostas fornecidas pelos/as entrevistados/as corroboram a análise no sentido de requerer a atuação do parlamentar junto às suas bases eleitorais, onde, inclusive, a cobrança poderia se tornar mais fácil e “obrigar” o parlamentar a voltar-se para o atendimento das questões locais. Caso seu trabalho não seja bem avaliado nesse sentido, o referido parlamentar correria o risco de não ser reeleito (BEZERRA, 1999).

Chama a atenção o número de entrevistados que não acompanham a atuação dos representantes com cargos eletivos no bairro. Esta foi a segunda pergunta efetuada e quanto a este quesito, somente a deputada estadual Lucinha é reconhecida por todos como legítima representante da região, até por quem discorda das suas práticas políticas. Sem que soubessem das respostas uns dos outros. Em algumas falas percebemos críticas ácidas a não participação política dos moradores do bairro. Na visão desses entrevistados, esta seria a razão da existência do “curral eleitoral”.

Sobre este aspecto, Kuschnir (2007, p. 24) identifica que:

No Brasil, os estudos de cultura política acabaram restringindo-se ao campo da ciência política, praticamente deixando de lado o debate com a tradição antropológica que, como vimos, teve um papel fundamental para a conformação do seu conceito-chave. A discussão em torno da rentabilidade da noção de cultura política permite retomar de forma produtiva esse diálogo, que valorizaria as análises que pressupõem maior complexidade da vida social, não deixando de lado a dimensão da subjetividade, tanto na antropologia quanto na ciência política.

São muitos os debates e discussões acaloradas sobre essa pretensa apatia política do “povo” brasileiro. José Murilo de Carvalho (1987, p. 164) referindo-se à iniciante República defende que “a cidade não consegue transformar sua capacidade de participação comunitária em participação cívica.” Prossegue com sua análise afirmando que “a atitude popular oscila entre a indiferença, o pragmatismo fisiológico e a reação violenta” (idem).

Em “Cidadania no Brasil, o longo caminho” Carvalho (2004, p. 61) ao tratar da questão da conquista de direitos, tanto civis quanto políticos, enfatiza a ausência da cidadania política. A busca por melhorias esteve sempre associada a uma política “de aliança com o Estado, por meio de contato direto com os poderes públicos. Tal atitude seria mais bem caracterizada como ‘estadania’”. Acreditamos que as proposições de José Murilo objetivam apresentar os procedimentos e condutas do povo brasileiro em relação à “cultura política” sob a égide da construção histórico-social, sendo, portanto, passível de desconstrução e reconstrução de novas possibilidades.

Na concepção de Ferreira (2010) em relação ao processo de modernização conservadora brasileiro, diversos autores nos anos 50 e 60 do século XX analisaram as classes trabalhadoras sob o ponto de vista da vitimização, tratando-os como vítimas indefesas, inocentes e manipulados pelo Estado populista. Eram incapazes de reagir diante das novas concepções de vida, uma vez que saíram do mundo rural para encarar as grandes transformações pelas quais o país passava. Sua capacidade de organização seria nula e dependiam da aparente bondade do Estado, configurando um quadro de objeto diante da história. Além disso, as análises sobre a teoria da modernização apresentam o atraso do campesinato brasileiro como responsável pelas práticas populistas.

A história da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo com a ascensão de Vargas ao poder, reduz-se, assim, a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes, sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus “reais” e “verdadeiros” interesses. Estranha classe operária, no Brasil e nos países de capitalismo avançado. Forte o suficiente para revolucionar o planeta, mas “enganada” por qualquer líder “populista”, “totalitário” ou “traidor” que apareça no seu caminho” (FERREIRA, 2010, p. 97).

O autor, mesclando descrença e sarcasmo, elabora severa crítica aos que estabelecem marcos divisório para a conduta das classes trabalhadoras, como se apenas no final dos anos 70 os trabalhadores estariam realmente atuando, se fazendo presentes através de grandes greves e questionando o poder dos militares. Ferreira (2010, p. 11) cita inclusive Lula, à época líder sindical, que tecendo críticas ao passado, disse que “a CLT era o AI-5 dos assalariados”.

Ainda na obra citada acima, a historiadora Ângela de Castro Gomes, indica que os trabalhos de Francisco Weffort sobre o populismo apontam no sentido de que a questão da “manipulação” das massas, não configuraria mais via de mão única. O populismo possui caráter ambíguo, já que se apresenta como forma de controle exercido pelo Estado, mas também como forma de atendimento às demandas das classes que vivem do trabalho.

Identifica que Weffort chega a sugerir a substituição de “manipulação por aliança”, mas não investe nem aprofunda nesse posicionamento.

Já no final dos anos 70 e durante os anos 80, surgem novas formas de analisar os movimentos sociais e trabalhadores e trabalhadoras. Nessas novas interpretações, algumas baseadas na história cultural, os trabalhadores não mais são vistos como meros objetos de manipulação por parte de políticos populistas ou de lideranças messiânicas e salvacionistas (FERREIRA, 2010).

Interessante notar que Vilaça e Albuquerque, quando da 5ª edição do livro *Coronel, Coronéis*, em 2006, ao fazer referência às estruturas de poder tradicionais existentes no país, reiteram o caráter dualista nas relações, vinculando a atraso e moderno, rural e urbano, para justificar determinadas práticas autoritárias e clientelísticas atualmente vigentes nos centros urbanos brasileiros. Na opinião dos autores, as novas lideranças políticas surgidas “foram contaminadas em maior ou menor grau, pelas formas prístinas de poder e pelo exercício pessoal, em nome de um Estado ainda por eles parcialmente apropriado, do arbítrio social e do clientelismo”.

Enfatizam ainda mais seu ponto de vista ao afirmar que:

“são resquícios, ainda hoje visíveis, do velho modelo, outrora soberana e incontestavelmente presidido pelos coronéis que foram sendo destronados. Eles decorrem do fato de não se ter ainda formado na maioria da população interiorana o que se pode chamar de mentalidade moderna” (VILAÇA E ALBUQUERQUE, 2006, p, 31).

Temos consciência das limitações das entrevistas realizadas e que as mesmas estão muito distantes de encerrar o debate, tendo em vista a dinâmica das relações sociais e as próprias características, econômicas, políticas e culturais existentes na realidade brasileira. De certo, temos consciência também que determinadas respostas podem não estar isentas da influência de relativa proximidade junto ao entrevistador, fato que poderia distorcer os objetivos propostos. Todavia, mesmo reconhecendo essa possibilidade, acreditamos ter expressado o pensamento dos/as entrevistados/as.

Ressaltamos as dificuldades encontradas na realização da pesquisa, já que quando as perguntas giravam em torno da atuação dos milicianos, mesmo em espaços e com interlocutores conhecidos, houve recusa para responder tais questões, afirmando desconhecer as atividades exercidas pelas milícias. Devido a esses problemas, tivemos até que mudar o esquema de entrevistas. Entretanto, com o tempo, surgiram mais facilidades para realizá-las, mas sempre diante do alerta de que os nomes não seriam revelados.

Encerramos este tópico, mesmo julgando-o insuficiente e inconcluso. Passamos agora às questões relacionadas mais diretamente ao bairro de Campo Grande, abordando os aspectos históricos, políticos e referentes ao clientelismo no passado e atualmente, bem como a atuação das milícias.

CAPÍTULO III: CLIENTELISMO E NEOCORONELISMO EM CAMPO GRANDE

Com o objetivo de apresentar as características de Campo Grande, dividimos este capítulo a partir de sua história, sua cultura política, a atuação do grupo do Triângulo, sua importância e influência junto ao Governo Federal, à época em que o Rio de Janeiro era capital. Buscamos também indicar o papel exercido por lideranças que não exercem cargos eletivos, mas que contribuem de maneira incisiva com o ordenamento político do bairro. Abordamos ainda, e não poderia ser diferente, a presença e atuação das milícias, sua possível associação com políticos da região e sua participação política efetiva.

3.1 Uma história de Campo Grande, bairro da Zona Oeste

Antes de expor as características do bairro de Campo Grande, faremos uma breve incursão histórica pela atual Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, buscando situar o bairro na região, frisando que o mesmo apresenta aspectos semelhantes em relação às outras localidades da região. Entretanto, o bairro logrou um enorme desenvolvimento, tornando-se, ao lado de Bangu, o centro geoeconômico de toda a região.

A pequena e rápida descrição da Zona Oeste que segue abaixo com certeza permitirá compreender a relação bem próxima e de relativa dependência existente entre os interesses dos bairros do Centro da cidade e a região. Os passeios da Família Real, a transferência do matadouro e a construção dos conjuntos habitacionais que abrigaram as famílias removidas dos espaços mais valorizados da cidade são exemplos dessa relação.

No campo da política, as votações sempre expressivas a favor dos candidatos do governo central, seja durante o Império ou já na República Oligárquica comprovam a importância política da região. Importância que se mantém até os dias de hoje.

A Zona Oeste, que compreende atualmente a região que se estende do Campo dos Afonsos até Sepetiba, além de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, nasceu da doação de sesmarias e só passou a fazer parte da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1834, com a criação do Município Neutro ou da Corte (MANSUR, 2008). A denominação Sertão Carioca dada à região não teria nenhum tom pejorativo, na opinião de Menezes (2000), porque era o nome utilizado para assinalar a Zona Rural do Distrito Federal e, como se verá adiante, gozava de muito prestígio político.

Apesar de citada nos livros de História pela invasão dos franceses em 1710 e pelas longas temporadas de D. João na antiga fazenda dos jesuítas em Santa Cruz (IBID), a história da Zona Oeste é desconhecida por grande parcela de seus habitantes, ainda que seja mencionada por alguns cronistas do Rio Antigo⁹. Buscando modificar este quadro e romper com essa carência, várias pesquisas estão sendo realizadas por pesquisadores da região, levando às escolas um pouco da história local.

“Vale lembrar que a denominação Zona Oeste surgiu do curta-metragem ‘Zona Oeste’ feito pelo professor Moacyr Barros de Bastos e pelo cineasta Miguel Borges. Com apenas oito minutos, exibia depoimentos dos moradores e um resumo da história local” (MANSUR, 2011).

⁹ Como Maria Graham (Mansur, 2011).

Para se chegar até a Zona Oeste quando ainda não havia a estrada de ferro, inaugurada no final do século XIX, o caminho utilizado era a Estrada Real de Santa Cruz, aberta pelos padres da Companhia de Jesus no século XVIII e cujo nome foi adotado depois da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, aproveitando os caminhos primitivos (trilhas) já existentes. Ligava a Quinta da Boa Vista (São Cristóvão) com a Fazenda Real de Santa Cruz. Sua importância econômica está relacionada ao fato de servir como via para “tropeiros, comerciantes, mineradores e donos de engenhos e plantações de café, primeiro ponto para se chegar a São Paulo, Minas e às riquezas do interior”, nas palavras de Lima Barreto (MANSUR, 2011, p. 9).

A título de ilustração, vale registrar que a Estrada Real de Santa Cruz se iniciava na Praça XV e passava pelos atuais bairros da “Tijuca, Andaraí, Engenho Velho, Engenho Novo, Campinho, a atual Estrada Intendente Magalhães, Vila Valqueire, Campo dos Afonsos, Piraquara, Realengo, Bangu, Campo Grande até Santa Cruz” (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 39). D. Pedro I cavalgou por ele em sua ida a São Paulo para proclamar a independência (MANSUR, 2008).

A atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro está relacionada com a doação de sesmarias, que era um pedaço de terra doado pelo rei a alguém. E o sesmeiro podia doar uma parte dessas terras à outra pessoa. Essa prática, ao que tudo indica, foi muito utilizada no caso das grandes propriedades da Zona Oeste (MANSUR, 2008).

Aliás, a história da Zona Oeste tem desde as suas origens a marca do latifúndio, dos conflitos e processos judiciais envolvendo a demarcação imprecisa de limites de terras. Todavia, com o passar dos anos, essas terras foram sendo repartidas em porções menores. Possivelmente isto foi motivado pelo declínio da produção dos engenhos e das lavouras, originando fazendas e propriedades menores.

De acordo com Mansur (2008, p.12), “a região, na verdade, só passou a se integrar de fato à cidade do Rio de Janeiro com os limites de hoje a partir do Ato Adicional de 1834, que criava o Município Neutro ou da Corte e que na prática separava a capital da província do Rio de Janeiro”.

Somente após a Proclamação da República, “a região se tornou a zona rural do Distrito Federal” e permaneceu com essa denominação geográfica até 1960. Nesse ano, o Rio de Janeiro deixou de ser a capital, perdendo essa condição para Brasília. A partir daí, passou a se chamar Zona Oeste do Estado da Guanabara. Em 1975, quando aconteceu a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, assumiu a atual nomenclatura de Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (MANSUR, 2008).

Como já citado anteriormente, havia muitas dificuldades para se chegar à região. Somente com o advento da ferrovia e a inauguração das estações ferroviárias de Campo Grande, em 1878 e de Santa Cruz, em 1882. O tempo de viagem ficou mais curto e isso facilitou a integração com o centro da cidade (MANSUR, 2008).

Atualmente, o trem é o meio de transporte mais utilizado pelos moradores da Zona Oeste para chegar aos bairros do centro do Rio de Janeiro, já que a viagem é mais rápida do que se feita através de ônibus.

Reportando-nos a Mansur (2008) apresentaremos as estações que compõem o famoso e longo ramal de Santa Cruz, integrando a região, transportando milhares de passageiros todos os dias. Um ramal que possui seus folclores e alguns conhecidos vendedores ambulantes com seus jargões para efetuar as vendas das mercadorias.

A estação de Deodoro foi inaugurada em 1859 e tinha o nome de Sapopemba, em homenagem ao engenho que era base da economia da região. O nome foi alterado após a proclamação da República, aludindo ao Marechal Deodoro da Fonseca.

Saindo de Deodoro, a estação seguinte é Vila Militar, inaugurada em 1910. O nome se dá em função do grande número de quartéis do Exército no bairro.

Magalhães Bastos é a próxima estação. Inaugurada em 1878, também está relacionada ao Exército, inclusive no nome, já que faz referência ao Coronel Antonio Leite de Magalhães Bastos, comandante do primeiro Batalhão de Engenharia.

Realengo, inaugurada em 1878, vem em seguida e já foi uma das mais movimentadas estações da Central do Brasil, quando o bairro abrigava a antiga Escola Militar do Realengo.

A estação de Padre Miguel, hoje Mocidade de Padre Miguel, já que a famosa escola de samba fica nesse bairro da Zona Oeste. Foi inaugurada em 1940 com o nome de Moça Bonita, passando a Padre Miguel em 1947.

Na sequência dos trilhos, vem a estação de Guilherme da Silveira, onde está localizado o estádio do outrora glorioso Bangu Atlético Clube, que já teve seus momentos de glória, no futebol do estado e quicá do país. A estação foi inaugurada em 1948. O nome da estação se refere ao médico que chegou em 1923 para dirigir a Fábrica Bangu e depois foi presidente do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda. Ficou na presidência da fábrica até 1960.

A próxima parada é a estação de Bangu, também um bairro que se destaca na Zona Oeste, com grande população. A estação original foi inaugurada em 1891 e serviu como base do desenvolvimento do bairro. A atual teve 1938 como o ano de inauguração.

Desativada atualmente, havia ainda uma pequena parada na estação do Viegas, referindo-se a uma família conhecida na região.

Então chegamos à estação de Senador Camará, cujo nome faz alusão ao Senador Otacílio de Carvalho Camará e foi inaugurada em 1923.

Também uma das mais antigas, datada de 1890, a estação de Santíssimo fica entre estações com nomes de políticos, pois a estação seguinte tem o nome do Senador Augusto de Vasconcelos, que foi inaugurada em 1914.

Inaugurada em 1878, contando com grande movimento no período da produção de laranjas, entre as décadas de 1930 e 1950, a estação de Campo Grande é a próxima na sequência da linha ferroviária. Os bondes com saída para diversos bairros ficavam nas proximidades dessa estação. Hoje, muitos moradores de municípios vizinhos, como Nova Iguaçu (Km 32, Jardim Paraíso, Grão-Pará) e Seropédica, utilizam essa estação para se deslocarem até seus locais de trabalho ou para outras necessidades. Atualmente, a estação tem o nome de Campo Grande West Shopping.

A próxima e muito perto de Campo Grande, fica a estação de Benjamim do Monte, inaugurada em 1971. Esta estação foi construída, basicamente, para atender aos trabalhadores do estaleiro Ishikawajima, cujas instalações ficavam em frente à estação.

Em seguida vem à estação de Inhoaíba (aglutinação de Senhor Aníbal), inaugurada em 1912 e depois a de Cosmos, inaugurada em 1928.

A estação seguinte, Paciência, foi construída em 1897, mas o crescimento populacional do bairro está relacionado à explosão urbana das décadas de 1950 e 1960, com a criação de vários loteamentos.

Como a viagem ainda não terminou, desde 1987, ou seja, data bem recente, temos a parada na estação Tancredo Neves, antes da estação terminal de Santa Cruz, inaugurada em 1882.

A descrição das estações, além de permitir conhecer nominalmente os bairros que configuram os núcleos principais da região, nos fornecem também dados interessantes sobre a história da mesma, ao fazer referência a alguns políticos influentes em determinados momentos de sua história, como Senador Camará e Augusto de Vasconcelos, além de Guilherme da Silveira. Outro aspecto importante diz respeito à economia da região. Vale lembrar que o incremento da ligação ferroviária Deodoro – Santa Cruz está relacionado ao objetivo de servir ao novo matadouro instalado no bairro de Santa Cruz, substituindo o matadouro de São Cristóvão no abastecimento de carne à Corte (MENEZES, 2000).

A necessidade de abastecimento da região central da cidade do Rio de Janeiro impulsionou a ocupação e o crescimento da região na década de 1920, bem como a ampliação da malha rodoviária (ABREU, 2008).

De acordo com Menezes (2000) o crescimento populacional da região tem relação com as “migrações, imigrações e movimentos internos” ocorridos no país desde o final do século XIX. Tais movimentos marcaram profundamente as características da cidade, no que o autor considera a mescla entre brasileiros e estrangeiros dividindo os espaços da cidade. Embora nem sempre de maneira harmônica, a cidade resiste.

Ainda segundo o mesmo autor, após a Segunda Guerra Mundial houve um afluxo intenso de migrantes para a cidade do Rio de Janeiro, não apenas para os subúrbios, mas para a periferia, para regiões mais afastadas, como as Zonas Rurais do Distrito Federal e para a Baixada Fluminense (MENEZES, 2000). Esse contingente numeroso de pessoas buscava as terras desocupadas e em decadência, devido, conforme o autor, ao “colapso da citricultura e o fim dessa monocultura”.

Na análise de Menezes (ibid), dois fatores contribuíram ainda mais para alterar a realidade urbana, social e política do Distrito Federal.

A primeira foi a eletrificação dos trens da Estrada de Ferro Central do Brasil, ainda durante o governo Vargas, a partir de 1937, facultando mais agilidade, rapidez e menores custos nos deslocamentos da população para os subúrbios, para a zona rural até Santa Cruz.

Politicamente, Menezes (2000, p. 114) ressalta a importância do Triângulo Carioca (Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz) e sua influência política, “elegendo parlamentares para o Senado, a Câmara dos deputados e para a Câmara Municipal, especialmente durante a administração do prefeito Pedro Ernesto”. Em contrapartida, o prefeito procurava atender as solicitações desses representantes com diversas realizações (escolas, repartições, serviços médicos, quartéis), entre outras.

Sob o lema “governar é abrir estradas” do presidente Washington Luiz, em 1928 foi inaugurada a Estrada Rio-São Paulo. Iniciando no Largo do Campinho, passava por Campo Grande, seguia para a Baixada Fluminense e daí para São Paulo.

Nas décadas de 1930 e 1940, a Zona Oeste, junto com a Baixada Fluminense, alcançou a marca de maior produtora de laranjas do país, voltada principalmente para a exportação para Europa, Estados Unidos e Argentina (MANSUR, 2008).

Mas nem tudo são flores e o tratamento dispensado pelos governos estadual e municipal, principalmente no tocante ao descaso em relação à Baía de Sepetiba, provocou a indignação dos moradores dos mais variados segmentos da população local, como podemos verificar no livro de Dilson de Alvarenga Menezes, signatário de uma família de políticos do bairro de Campo Grande, muito influente na região, inclusive exercendo mandatos parlamentares.

Outro fato negativo diz respeito à existência de grupos de extermínio na região entre os anos 1970 e 1980, mas que, por falta de fontes mais apuradas, a pesquisa não pôde detalhar.

Menezes escreveu o livro “Desastre ecológico na Baía de Sepetiba”, em 2000, enquanto exercia seu mandato de deputado estadual e, através de um estudo sério, argumentou que a origem dos problemas estava na construção do Porto de Sepetiba. Hoje, passados 14 anos, os problemas aumentaram com a instalação de algumas empresas na região, como a TK CSA, no Distrito Industrial de Santa Cruz, que vem mobilizando a população de seu entorno, uma vez que seus fornos ejetam uma fuligem bastante incômoda para os moradores. Também há relatos de possíveis doenças causadas pela metalúrgica, afetando principalmente as crianças (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Abril/2011, acesso em 08/04/2104).

Vejamos agora, um pouco da história do bairro de Campo Grande, marcada por aspectos controversos até mesmo para contar o início do bairro, sendo motivo de disputas

entre historiadores e escritores quanto à data de sua possível "fundação" reportando ao dia 17 de novembro de 1603, quando da doação das primeiras sesmarias.

Alimentando o debate, mas segundo os autores, com a intenção de por termo à celeuma referente ao surgimento do bairro, Fróes e Gelabert (2004, p. 44) informam que se é para atribuir como origem do bairro a primeira data de doação das sesmarias, esta data teria que ser dia 06 de junho de 1569, quando "João de Bastos e Gonçalo de Aguiar solicitaram e foram atendidos com a doação do outeiro de Jerissinonga" (uma das várias deturpações fonéticas para designar Gericinó).

Ainda segundo os autores, a expressão "*o campo grande* era um referencial geográfico" (p. 46), abarcando uma região localizada entre a Serra de Gericinó e o maciço da Tijuca, compreendendo as serras da Pedra Branca, de Bangu e de Cabuçu. Prosseguindo em sua análise histórica, esclarecem que "o núcleo que se desenvolveu no campo grande e que formou o atual bairro de Campo Grande é um dos vários núcleos urbanos que lá se desenvolveram. E pleiteiam a posição de que nenhum dos núcleos pode utilizar a data de início das sesmarias como a sua fundação, porque "a simples doação de sesmaria não constitui 'fundação de núcleo populacional'" (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 47).

Concluindo sua exposição, Fróes e Gelabert (2004, p. 44) afirmam que Campo Grande "nunca foi, nem poderia ser fundado, já que foi se formando, se constituindo, durante séculos, por terras de diferentes sesmarias do campo grande e de terras da sesmaria da Guaratiba, até tornar-se o bairro que hoje é com seus limites devidamente demarcados".

Após este esclarecimento que não encerra a polêmica, até mesmo porque um ex-vereador do bairro, junto à Associação Industrial e Comercial, comemora a Semana de Campo Grande. Durante o evento, várias atividades são realizadas nos dois lados de sua área central. O relato de Ângelo, ex-administrador regional, ratifica este fato, culminando com a comemoração do aniversário de Campo Grande no dia 17 de novembro.

Junto à história de Campo Grande, aparece sempre o nome do capitão Manoel de Barcelos Domingos, na verdade Domingues, ligado aos seus primórdios. Isto se deve ao fato de seu nome constar como sendo um dos proprietários da original sesmaria citada mais acima. Pontuam ainda que somente em 1755 a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande foi elencada entre as de natureza coletiva. E o Alvará, que era o título de criação foi concedido em 1757 (FRÓES; GELABERT, 2004).

Portanto, no século XVII, os bairros que atualmente fazem parte da Zona Oeste (Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos) "faziam parte das paragens conhecidas como o campo grande, que se situava para além dos campos de Irajá." E, a partir do século citado, foram se formando fazendas e engenhos cujas capelas e oratórios permitiram a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, no dia 12 de janeiro de 1757.

O prédio da Igreja foi destruído por um incêndio em 1882, durante o ministério do padre Belisário Cardoso dos Santos. Após quarenta minutos de viagem em um trem especial vindo da estação ferroviária Central do Brasil, os carros movidos por tração animal, ficaram atolados no areal existente na Rua da Matriz, atual Augusto de Vasconcelos. Os equipamentos não conseguiram chegar a tempo e conseqüentemente, ocorreu a destruição do prédio. Em 1888, a igreja foi reconstruída quando o Padre Belisário já era vigário da região.

Durante muitos anos, a casa em que o Padre Belisário residiu foi ocupada pelo tradicional Colégio Belisário dos Santos, que fechou suas portas há poucos anos. Hoje o prédio passa por reformas e lamentavelmente, somente sua foi mantida.

É interessante notar, no tocante às terras da freguesia de Nossa Senhora do Desterro, quando o proprietário era negro, à menção à cor da pele das pessoas. Como "o preto forro de Nação Pedro de Azevedo e sua mulher Izabel Roza, preta forra de nação" (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 136). Essa menção só era feita no caso de negros e negras.

Na história do bairro, algumas fazendas contribuíram para a configuração do atual Campo Grande. Primeiramente citamos os extensos canaviais da Fazenda das Capoeiras, cuja produção inicialmente era levada para o Engenho de Sapopemba. Temos também a Fazenda/Engenho Juary, o Engenho e Fazenda do Cabuçu, a Fazenda dos Coqueiros e Fazenda do Pedregoso. Note-se que a origem do bairro está relacionada ao latifúndio e a consequente redivisão das terras entre as famílias e alguns poucos compradores avulsos, formando sítios, entre doações, compra e venda e partilhas.

Geralmente, os colonos preferiam os terrenos argilosos para o plantio da cana-de-açúcar, lançando mão do clima subtropical, devastando a área de floresta tropical. Daí, a instalação dos engenhos próximos aos locais onde a água relativamente de fácil acesso. A escolha desses locais se baseava nos “cursos e volumes dos rios: sempre juntos aos rios de porte médio ou pequeno, pouco encachoeirados, perenes e, de preferência, que servissem ao escoamento da safra” (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 159).

Seguindo o processo de conquista e exploração da colônia, o cultivo da cana-de-açúcar colaborou de maneira decisiva para a ocupação da região. O início da lavoura canavieira ocorreu por volta da segunda metade do século XVII e princípio do século XVIII na região de Campo Grande, “com a formação de pequenos estabelecimentos agro-industriais, que viriam a transformar-se, ao longo de duas ou três décadas, em grandes fazendas ou engenhos (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 163).

As fazendas com engenho utilizavam o trabalho escravo e seus proprietários seguiam as mesmas características da sociedade brasileira da época. No século XVIII, já durante a fase imperial, a crise da economia canavieira motivou a produção de rapadura e aguardente pelos engenhos da região. E outra cultura iria florescer inda neste período.

Na Fazenda do Mendanha, da qual era proprietário à época, o Padre Antonio do Couto da Fonseca substituiu a plantação de anil pelas mudas de café que havia ganho do bispo D. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo Branco, que dirigiu a diocese da cidade do Rio de Janeiro de 1774 a 1804.

Da Fazenda Mendanha saíram às mudas plantadas em Resende e que depois se disseminaram pelo Vale do Paraíba, transformando a economia do país. Embora se reconheça o pioneirismo do Pe. Antonio do Couto em relação à cultura do café em Campo Grande, os autores argumentam que os méritos do desenvolvimento dessa cultura não pode se limitar a esse pioneirismo, já que “quase todas as fazendas da região tinham seus cafezais” (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 178).

Para diversos moradores do bairro, o período que mais contribuiu economicamente para o crescimento e desenvolvimento de Campo Grande, teria sido o “ciclo da laranja”, como é chamado por alguns pesquisadores da região.

O plantio dessa fruta ganhou grande impulso na região a partir de 1915, quando o presidente Wenceslau Brás fez um pedido para que se plantasse mais buscando atender à demanda. Eram os tempos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Campo Grande, com suas terras férteis, constituiu-se em um “celeiro agrícola” nas palavras de Fróes e Gelabert.

Para Menezes (2000) não foi somente uma “plantação de laranjas. Foi toda uma grande estrutura econômica que surgiu, desde um sofisticado trabalho agrícola até procedimentos comerciais e financeiros que atingiram níveis industrial e internacional”.

Campo Grande se destacou na produção de laranjas. Tendo atingido seu ápice durante a década de 1930. Em 1932, O bairro tinha cerca de cem mil habitantes e um grande mercado de trabalho, chamando atenção à preferência pela contratação de moças para trabalhar nos barracões de laranja.

Na década de 1940, chegou-se a produzir até mesmo suco de laranja, cuja “fábrica” se localizava próximo ao centro de Campo Grande, chamado popularmente de “barracão do Cavalcanti”. Ocorre que este produto não conseguiu competir com o refrigerante Coca-Cola,

que entrava pesado no mercado brasileiro, inclusive sendo oferecido gratuitamente em lugares onde se concentrava o povo (MENEZES, 2000).

O declínio da citricultura da laranja está relacionado a diversos fatores, como o esgotamento dos solos devido à falta de um melhor tratamento e assistência sanitária, à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que provocou a retração do mercado externo e também à fumajina, uma praga que assolou os laranjais, dificultando o plantio e aumentando os gastos com a produção. Somado a tudo isso, as terras passam por um processo de valorização, derivando daí, os loteamentos. “Em 1958 foi exportada a última caixa de laranjas produzidas em Campo Grande, assinalando o fim da citricultura como economia organizada na região.” (MENEZES, 2000, p. 112)

Nos dias atuais, as lembranças pertinentes à “era da laranja” fazem parte da paisagem de alguns pontos das ruas centrais, visualizados através dos monumentos que simbolizam essa época.

Cabe registrar outras atividades econômicas desenvolvidas ao longo da história do bairro: a cultura da lavoura da mandioca, do anil, do chá (não obteve êxito), da banana, campos de pastagem, avicultura, a produção da serpilha (um tipo de adubo).

A agricultura era tão importante que uma das principais festas de Campo Grande era a Festa da Lavoura. Sua última edição ocorreu em 1957, quando da inauguração do viaduto Alim Pedro, no centro do bairro. Outra particularidade ligada a essa atividade econômica, embora assuma um tom pitoresco, mas ainda presente na memória dos moradores mais velhos dá conta do Café e Bar do Lavrador, situado no centro do bairro. Era o local onde os lavradores do Rio da Prata ou de Guaratiba entregavam a colheita ao distribuidor e recebiam o pagamento pela mesma, conforme nos relata Mansur (2011).

Com o propósito de adequar a Educação às “peculiaridades locais”, foram criadas as chamadas escolas rurais, entre os anos de 1922 e 1926. As maiores críticas ao funcionamento dessas escolas devia-se ao fato de que os professores eram formados na área urbana e sequer conheciam os problemas e as necessidades com as quais tinham que lidar, ou seja, desconheciam a realidade em que exerciam suas funções. A Escola Municipal Amazonas, em que leciona este mestrando, foi inaugurada em 1941, de acordo com estas prerrogativas. Lamentavelmente, um incêndio ocorrido em 1967 ocasionou a perda de todos os documentos e registros que possibilitassem uma análise mais eficiente da mesma, inclusive em relação às nomeações de diretores/as, que pudessem ser utilizadas na dissertação.

O declínio da citricultura contribuiu enormemente com o fim das propriedades rurais, ocorrendo o loteamento dos terrenos, com os laranjais sendo repartidos em áreas de “300 a 400 metros quadrados“ (FRÓES; GELABERT, 2004, p. 193). E os loteamentos serviram para reduzir a produção agrícola, com o encolhimento da área cultivável. A procura por atividades que proporcionassem mais lucros, como comércio e indústria, aumentou, assim como a procura por cargos no funcionalismo público, afirma a dupla de pesquisadores.

Os pesquisadores, Fróes e Gelabert, atestam que da antiga Zona Rural, Campo Grande foi o núcleo populacional que mais cresceu e já na década de 1940 apresentava um índice de crescimento populacional em torno de 70%, considerado um dos mais altos. Ainda conforme os mesmos autores, vários fatores contribuíram para a vinda de pessoas de todo o país para o bairro na década de 1950.

De acordo com Menezes, “o desastre nas plantações de laranjas teve uma consequência maior: o predomínio da cidade sobre o campo” (MENEZES, 2000, p. 116).

Com discurso de político da região atravessando sua análise, assevera que “a civilização urbana e técnica” chegou e mudou a então Zona Rural. Só não se reporta ao forçado e hierarquizado processo de modernização imposto pelos países do capitalismo central e suas consequências para as populações pobres dos países periféricos.

Para ele, a eletrificação dos trens a partir de 1937, proporcionou facilidades no deslocamento de grandes massas da população para a Zona Rural, somado à grande quantidade de terras disponíveis devido ao fracasso da citricultura. Os proprietários rurais, apavorados com a perda de seus lucros e a acumulação de prejuízos, vendiam seus sítios. É importante frisar que os proprietários mais ricos vendiam seus sítios e iam morar na Tijuca ou em Copacabana.

Seu contato com a área central da cidade ganha grande impulso com a inauguração da estação ferroviária, em 1878, facilitando o acesso e povoamento e também a construção e inauguração da Estrada Rio - São Paulo, já no século XX. Estas medidas foram transformando a região, tipicamente rural, em urbana. A citricultura da laranja domina sua economia até a Segunda Guerra Mundial. Com a decadência econômica, gerada, entre outros motivos por este conflito, começam os loteamentos e o bairro tem um crescimento populacional considerável já na década de 1950 (MANSUR, 2008; MENEZES, 2000; ABREU, 2008).

Julgamos relevante a reprodução integral da fala logo abaixo, posto que ela vai diretamente ao encontro do que proponho em minha pesquisa.

Encerrando suas atividades como agricultores, os donos da terra foram cedendo espaço também em seu prestígio. Novas comunidades, de outro tipo, foram surgindo nas terras loteadas numa acelerada e impressionante mudança que fez com que a cidade sobrepujasse o campo rapidamente, trazendo não só profundas transformações econômicas e sociais, como até promovendo outro tipo de atuações políticas, surgindo então lideranças novas que precisavam se basear na representação direta e apoio deliberado do “povo” que tudo invadia, ao lado ou em lugar de líderes que se amparavam principalmente nas forças agrárias tradicionais, que até então controlavam muitos votos” (MENEZES, 2000, p. 122).

A citação acima faz menção aos anos 50 e 60 do século XX, período marcado pelas transformações de elevado grau pelas quais o país como um todo se via afetado. Todavia, pensamos que há semelhanças entre o período em questão e o período atual, tendo em vista as proporções adquiridas pelas transformações em curso, que, segundo nossa maneira de pensar, incorrem na adoção de práticas semelhantes. Daí os grupos dominantes recorrerem aos mecanismos de coerção tão frequentemente utilizados, buscando a manutenção do poder.

Conforme Fróes e Gelabert (2004), as características rurais mantiveram-se no bairro até a década de 1960, quando ocorreu grande crescimento populacional. Grandes indústrias alteraram a configuração da região acompanhadas de grandes conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares e clandestinos.

Observam ainda os autores a ocorrência generalizada dessas transformações em todo o Brasil. “As terras e o dinheiro foram se concentrando nas mãos de poucos e grandes proprietários.” De acordo com nosso ponto de vista, essas mudanças se tornaram mecanismos de manutenção da ordem e controle social em uma estrutura montada com uma nova roupagem, perfeitamente viável. O pretense moderno sendo subsidiado pelo “atraso”.

O processo de implantação das indústrias em Campo Grande remonta ao período compreendido entre 1939 e 1945. Mais tarde, no ano de 1975, no Km 43 da Av. Brasil, foi criado o Distrito Industrial de Campo Grande, em área próxima ao Viaduto Oscar Brito e a Antiga Estrada Rio-São Paulo. Começou a funcionar em 1976, com a vinda das primeiras empresas. Seu momento de melhor desempenho se deu em 1982 (idem, 2004).

Outros aspectos ainda poderiam ser elencados neste tópico, como a evolução dos meios de transportes (o bonde, o trem melhora no abastecimento de água). Entretanto, para não estendermos demais esse mapeamento histórico, abordaremos a partir de agora a situação atual de Campo Grande em seus mais variados componentes, a partir de dados coletados nos sites da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, do IBGE, do Instituto Pereira Passos, do SEBRAE e da empresa RV imóveis, do ramo imobiliário.

Iniciaremos com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O bairro de Campo Grande ocupa atualmente a 82ª posição no ranking entre os bairros que compõem o município do Rio de Janeiro, com o IDH equivalente a 0, 810. Ou seja, possui um índice satisfatório, (IBGE, para o ano de 2000, acesso em 04/03/2014), o que pode ter-se modificado com o passar dos anos.

O bairro obteve a segunda maior taxa de crescimento na década de 1990, sendo superado apenas pela Barra da Tijuca e é a região que tem o maior contingente populacional da cidade. Estes números complementam e reiteram o que Menezes (2000) nos mostra quando identifica o crescimento demográfico do bairro a partir da década de 1950 até os dias de hoje. Conforme dados do censo demográfico de 2010 (IBGE), a população de Campo Grande está estimada em 328. 370 habitantes, com 122.414 domicílios.

Na área educacional, o bairro possui um percentual bem alto de concentração estudantil no estado do Rio de Janeiro, corroborando a fala de Sérgio Manoel, já elencada em momento anterior, no que se refere à perspectiva de emancipação em grau comparativo a outros municípios limítrofes ao bairro.

Porém, ao analisarmos os dados do IBGE (2010), nota-se uma análise menos otimista desse quadro. O bairro conta apenas com 2 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI), 64 escolas, 8 creches, 7 CIEPS e 1 Escola Especial. Isso na Rede Municipal.

Economicamente, Campo Grande é detentor de uma economia bem diversa, com áreas rurais, uma zona industrial de razoável importância e tem verificado uma atividade comercial bastante significativa. Em relação à agricultura e à pecuária, os sub-bairros do Rio da Prata e do Mendanha são os responsáveis pela produção vendida em feiras e sacolões do bairro e adjacências.

Segundo os dados da Prefeitura, “o comércio no bairro é autossuficiente exercendo atração sobre outras regiões”. Continua referindo-se a essa atividade econômica citando que “além do movimentado e popular “Calçadão de Campo Grande”, há opções de compras, serviços e lazer em shoppings modernos.” Verificamos aqui uma nítida visão mercadológica.

Ainda segundo os dados da Prefeitura, “a atividade econômica local é composta de 3.700 estabelecimentos, 87% dos quais são do segmento comércio e serviços, empregando aproximadamente 49 mil pessoas”. O volume de negócios gera R\$956, 9 milhões de ICMS, a sexta arrecadação da cidade. Talvez esse montante explique a necessidade do controle social sobre a população da região. Afinal, é preciso garantir o pleno desenvolvimento da economia, sem que o ciclo seja interrompido por problemas sociais. Daí, ao objetivo de demonstrar que, assim como na República Velha com suas transformações inerentes à inserção do país nas práticas capitalistas, atualmente, essas práticas encontram-se vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo e sua globalização neoliberal.

Culturalmente, o bairro deixa a desejar, como já visto na fala de Sérgio Manoel. Aliás, o discurso deste com as informações disponibilizadas pela Prefeitura estão bem afinados.

As paisagens naturais, situadas no Parque da Serra do Mendanha (no Maciço do Gericinó) e no Parque Estadual da Pedra Branca são “os principais atrativos” turísticos do bairro. Convém lembrar que o primeiro encontra-se atualmente fechado e recentemente foi alvo de mobilização dos agricultores da região, contrários ao processo de especulação imobiliária.

Diante de tudo que foi exposto, vejamos as leituras feitas pelos entrevistados em relação aos aspectos relacionados à importância e consequente situação em que o bairro se encontra, suas recentes características, bem como dos desdobramentos inerentes às transformações vivenciadas por Campo Grande. Lembrando sempre que o processo em questão não pode ser dissociado do que vem ocorrendo na cidade, no estado e até mesmo no país.

Antes, citamos reportagem de cunho comercial, mas que é pertinente ao processo de transformações vivenciadas pelo bairro, estabelecendo vínculo direto com o que objetivamos nessa dissertação.

O caderno de imóveis do jornal Extra, editado em 25 de agosto de 2013 exibe a manchete “Zona Oeste no topo” e como subtítulo, em letras menores “Campo Grande foi o bairro carioca onde o metro quadrado de imóveis mais se valorizou no primeiro semestre de 2013”. Em seguida, o texto informa, com base em dados do Sindicato da Habitação do Rio (Secovi Rio) que “a alta no valor dos imóveis da região no valor da região atingiu 15,3%”. Cumprindo seu papel de vendedor, o corretor Celso Mathias enaltece o bairro ao defender que “aqui tem bons hospitais e colégios e condução para todos os lugares e o custo de vida é menor do que na Barra e no Recreio.”

Para quem reside no bairro de Campo Grande, a comparação não é aleatória, uma vez que alguns moradores do bairro, de maior poder aquisitivo, vão morar nos dois bairros citados, devido ao *status* dos mesmos. Com visão semelhante à de Celso, o vice-presidente da associação de dirigentes de empresas do mercado imobiliário (Ademi), Rubem Vasconcelos identifica como principal motivo dessa valorização, o progresso da região, possibilitado pela construção do túnel da Grota Funda, pois o mesmo resultou na integração da Zona Oeste ao superar o obstáculo da serra.

Rubem Vasconcelos declara ainda que o bairro “vem sentindo o impacto de investimentos em infraestrutura, principalmente na parte do transporte.” Esta afirmação coaduna com a leitura de Sérgio Manoel, da área de Educação, quando cita a implantação do BRT.

O jornal, na mesma reportagem, apresenta o depoimento do instrutor de informática e morador do bairro Carlos Yago Borges. Em sua opinião, a valorização é decorrente das obras motivadas pelas Olimpíadas e por esse motivo “as construtoras resolveram investir na região. À medida que elas forem finalizadas, os valores vão subir mais ainda.” Sua fala demonstra muita preocupação com o que vem acontecendo no bairro, conforme podemos perceber ao afirmar que “esse crescimento é assustador, porque muitas casas estão sendo destruídas para as construções. Na Estrada da Cachamorra não se vêem mais as plantações e os sítios. Agora, há condomínios de luxo. O custo de vida está mais alto também.”

Tal fato transparece uma visão saudosista de quem reside no bairro há muito e muitos anos, mas Carlos Yago tem somente 17 anos. Isto implica no sentimento de perda percebido nas conversas travadas em diversos locais do bairro, conforme já antecipamos mais acima. Acreditamos que as palavras de Carlos Yago encontra eco e reproduz o sentimento dos moradores mais antigos do bairro, o que nos remete às entrevistas realizadas e já relacionadas nesta pesquisa.

Pode-se perceber a divergência de concepções existentes entre os interesses envolvidos. De um lado, a possibilidade de ganhos com a especulação imobiliária, de outro, o convívio angustiante e vinculado ao caminho sem retorno traçado pelo processo de urbanização vigente.

Em nossa interpretação, os depoimentos citados, mesmo que apresentem algumas contradições, tendo em vista que o corretor Celso também é morador do bairro, podem ser associados a Elias (2000, p. 19) quando se refere aos enfrentamentos entre antigos e novos residentes. Todavia, nesse caso, especificamente, acreditamos que preponderam os valores capitalistas evidenciados pelo comportamento do corretor.

Verificamos também entre as “elites” do bairro, a mesma preocupação, conforme publicação do Jornal O Amarelinho Notícias. Criado em 1976, com o nome de Mini Jornal Carioca e voltado para divulgar o cotidiano de Campo Grande e cercanias, o atual jornal O Amarelinho Notícias, é editado mensalmente. Distribuído “gratuitamente” em algumas lojas comerciais, em estabelecimentos de ensino e na ACICG, o jornal aborda temáticas diversas

relacionadas à política, economia e sociedade locais, além de questões relacionadas aos aspectos culturais.

Na edição de outubro de 2013, em seu editorial, sem efetivamente tecer críticas contundentes às obras de construção da estação do BRT na Praça Francisco Barbosa, o jornal demonstra preocupação com o desaparecimento da Fonte Wallace, monumento que adornava o local há várias décadas. Segundo o editorial,

“a peça foi retirada e não há qualquer informação sobre seu paradeiro. A comunidade hoje se pergunta o que teria sido feito com a estrutura, lamentando, é claro, que uma parte da história tenha cedido lugar ao progresso e que a comunidade não tenha sido consultada sobre o destino da peça.”

Ainda de acordo com o jornal, o “ocorrido encerra mais um capítulo na história de governos que insistem em administrar sem ouvir a população.” Citando às manifestações de junho de 2013, afirma que “a mensagem parece não ter ecoado nos governos do estado e do município, que não criam canais efetivos de comunicação entre os dois lados.” Além disso, discorre sobre a iniciativa da ACICG de criar os “Cafés com ideais”, um canal de diálogo para que as autoridades possam expor “os projetos de governo à população.” Na leitura feita pelo jornal, mesmo com todos os esforços olvidados pela ACICG:

Os resultados práticos ainda não são efetivos, a ponto de sinalizar uma perfeita integração entre a população e o governo. Ao contrário, muitas ações simplesmente acabam não passando de peça de retórica, uma vez que boa parte das mazelas abordadas naquelas oportunidades continuam frequentando solenemente a rotina dos bairros da Zona Oeste, especialmente de Campo Grande, bairro de trânsito caótico e com uma crescente população de rua, só para ficar em dois exemplos. Em que pesem o empenho e dedicação da ACICG, a proposta de estimular o diálogo com o poder público ainda não foi alcançada.

Daí em diante, o tom das críticas é amenizado, afirmando que há avanços no sentido da realização do diálogo entre as partes envolvidas. Cita-se então, o episódio em que a ideia da instalação da estação do BRT em frente ao Calçadão de Campo Grande (Rua Coronel Agostinho) foi abandonada devido às pressões da sociedade local. O editorial termina enveredando pelo viés da ciência política, afirmando que:

Nas democracias, os governos existem para organizar a vida em sociedade, segundo normas e conceitos pré-estabelecidos de acordo com a constituição do Estado. Isso significa dizer que essa relação deve ser pautada pelo atendimento aos anseios das pessoas, das comunidades, respeitando seus códigos, tradições e sua história.

E, com base no descrito acima, o governo deveria corrigir o erro e informar à comunidade a localização da referida fonte e onde ela deverá ser instalada.

Evidenciando a relação próxima junto ao poder central, o mesmo jornal em sua edição de outubro de 2013, divulga a reunião ocorrida na sede da Associação de moradores do Jardim Nova Guaratiba. Discutindo as realizações e os projetos para o bairro, estiveram presentes o presidente da Câmara Municipal e o secretário municipal de Governo, Rodrigo Bethlem e o líder comunitário Nei Barros, além de diversos moradores. Ressaltamos que no final do bairro, está instalada a fábrica da empresa Michelin, fabricante de pneus.

Mesmo que tenha ficado cansativo, fizemos questão de transcrever grande parte do editorial por acreditar que o mesmo, por representar o pensamento dos poderes locais estabelecidos, comprova a hipótese aventada nesta pesquisa referente ao receio das elites

locais em, senão perder de todo, ter reduzidos seus poderes e o controle sobre o bairro. Tal assertiva nos reporta ao que Leal (1997) observa ao afirmar o coronelismo como perda da força do poder local diante do reforço do poder central, vinculado ao desenvolvimento das relações capitalistas.

O texto do caderno de imóveis do jornal Extra e o editorial do Amarelinho referente ao “sumiço” da fonte Wallace, até a presente data sem resposta da prefeitura, se locupletam e transmitem a nítida sensação do que está acontecendo no bairro em decorrência das mudanças em andamento e seus desdobramentos políticos, sociais, econômicos e culturais. Desdobramentos estes, inseridos no contexto da adoção das práticas do modelo neoliberal do capitalismo (Sodré, 1999).

Ainda nesse sentido, convém citar o II Fórum de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Local, ocorrido em setembro de 2013 (O Amarelinho Notícias, outubro/2013) realizado pela ACICG. Segundo seus organizadores, o evento tem como missão “a união dos interesses econômicos, mas também sociais, ambientais e culturais. Para isso, a entidade atua realizando encontros com empresários, poder público e comunidade.”

Outro jornal de circulação restrita à Zona Oeste, o Jornal Portal da Zona Oeste (JPZO), também editado mensalmente, embora não mantenha a regularidade de “O Amarelinho”. Em sua edição de outubro de 2013, o jornal retrata os problemas em relação à área da Saúde, citando a falta de médicos no posto de saúde do Mendanha além de apontar a rotina inusitada estabelecida no atendimento na área de ginecologia, pois segundo a matéria, apenas mulheres grávidas recebem atendimento naquela unidade de saúde.

A reportagem, assinada por Marcelle de Oliveira revela ainda a realidade já conhecida por todos e todas que procuram atendimento no Hospital Estadual Rocha Faria: as longas e demoradas filas para conseguir ser consultado pelos médicos.

Tanto a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) como a Secretaria de Estado de Saúde (SES) apresentam números indicativos de médicos contratados para sanar os problemas, que continuam a afligir a população que necessita dos serviços prestados pelo posto de saúde e pelo hospital.

Em relação à importância do bairro, Sérgio Manoel, 60, da área da Educação, afirma que “o bairro é estratégico e é um bairro que tem uma das maiores arrecadações do município do Rio de Janeiro”, além de ter “um número grande de habitantes”, e de estar ocorrendo aumento da escolaridade desses habitantes em virtude da “enorme quantidade de unidades escolares e universidades e uma zona industrial”. Em sua opinião, está ocorrendo o crescimento intelectual dos moradores do bairro, devido ao número de universidades e este fato é muito bom para o governo. Esses aspectos fazem com que os olhos do governo central sejam voltados para o bairro. Compara os momentos vividos por Campo Grande e dispara: “Apesar de ter levado uma época de falar: vamos transformar Campo Grande em uma cidade. Mas daquela época para agora, cresceu muito”.

Janaína, 55, funcionária pública e líder comunitária, entende “que tudo depende da prefeitura” já que a maioria das demandas estão sob a sua órbita. “Então tem que ter um entrosamento com prefeitura, associação de moradores e tem que ter uma liderança ativa para que se possa conseguir as coisas”. Em relação ao atendimento das necessidades do bairro, como saneamento básico, infra-estrutura, entende que só há interesse em épocas de campanha.

Ângelo, 72, economista e ex-administrador do bairro, defende que a importância poderia e merecia ser maior, devido à relevância econômica e populacional do bairro, citando inclusive que o bairro já teve mais “poder” quando elegeu dois deputados federais e dois deputados estaduais, fato evidenciado por Diniz (1982a, p. 100).

Já em relação às transformações pelas quais o bairro vem passando, as observações de Janaína são bastante negativas uma vez que, segundo a mesma “a tendência é piorar porque

“você vê a quantidade de carros que tem nas estradas, a duplicação que foi feita mal e porcamente, não foi feita dentro dos padrões adequados”.

Segundo ele, faltam ciclovias e calçadas para as pessoas passarem. Houve aumento da população com a construção de condomínios sem organização, prejudicando ainda mais o trânsito, que fica cada vez mais lento, fazendo com que as pessoas percam cada vez mais tempo na rua. Ela credita essas questões ao descaso político dos representantes, afirmando que eles só aparecem em período de eleições.

Embora de maneira mais sutil, Sérgio Manoel também critica o aumento desordenado da população, em virtude dos “empreendimentos residenciais, o que acarreta em você perder muito tempo” com deslocamentos de um lado para o outro do bairro. Mesmo responsabilizando o aumento do poder aquisitivo da população (que está comprando automóveis), não houve “preparo, nem infra-estrutura preparada” para tal crescimento. Sua avaliação quanto aos transportes públicos também é negativa, uma vez que grande parte da população ainda trabalha no centro da cidade e os mesmos continuam deficitários em seu atendimento aos passageiros, como os “trens lotados”.

Segundo sua análise, o BRT, embora tenha atenuado o problema, não o solucionou, porque “ainda não vai para o centro de Campo Grande, mas tem uma linha auxiliar oficial. Ele faz questão de ratificar sua preocupação com a questão desse crescimento desordenado também no que se refere à defasagem entre o número de estudantes e a quantidade de escolas. Além disso, joga um peso muito grande nas relações com o poder central, os deslocamentos para o trabalho e também na questão dos serviços públicos (água, esgoto) que geram essa problemática toda, provocando um desgaste. Defende a necessidade de investimentos nessas áreas, para não se transformar em caos.

Em sua opinião, se não “tiver um olhar para esse lado”, haverá reclamações sim, mas ele acredita que está havendo por parte das autoridades um olhar para a Zona Oeste, “visto que o município já implantou a Foz, empresa que vai verificar a parte de água, esgoto e saneamento básico”, que não havia nessa região.

Na compreensão de Ângelo, as transformações podem sim prejudicar as relações com o poder central, mas aponta que “vai depender dos políticos daqui, que têm que cobrar, não podem aceitar tudo o que o poder municipal determina”.

A ex-diretora de escola estadual Cândida acredita que o nível de consciência esteja aumentando e as pessoas vão cobrar das autoridades constituídas, ainda que de maneira tímida, mas a insatisfação se apresenta de forma clara, de acordo com seu ponto de vista, através de várias maneiras.

Em relação às entrevistas com pessoas “comuns” percebemos praticamente as mesmas preocupações, com uma ou outra exceção.

O questionário incluía pergunta relativa às transformações pelas quais o bairro vem passando. Com exceção de apenas uma das entrevistadas, de posição favorável a elas, uma vez que, em sua opinião, o bairro hoje tem mais opções de acesso a bens materiais, em função da construção e ampliação de shoppings-centers, cuja proximidade acarretou mais conforto para os moradores. Todos os outros/as observam essas transformações com muita ansiedade, pois julgam que o bairro está perdendo uma de suas principais características, o contato entre as pessoas, entre os vizinhos. Percebe-se nas entrevistas, um sentimento misto de apreensão e resignação, uma vez as mudanças são compreendidas como parte integrante e necessária do processo de modernização.

O coordenador Sérgio Manoel explicita essa preocupação em sua fala, quando assinala que “antigamente, as pessoas colocavam suas cadeiras em frente ao portão e ficavam conversando e hoje em dia isso está deixando de acontecer.” Ou ainda, quando demonstra sua preocupação com o trânsito e para com a questão da saúde, conforme visto anteriormente.

O mesmo pensamento demonstrou Ângelo, perpassando uma visão de saudosismo diante de tais mudanças, externando preocupação com os novos moradores, que, segundo ele, não sentiriam pelo bairro o mesmo sentimento de quem reside nele há muito mais tempo. Demonstra nítida preocupação com o que esta postura poderia acarretar para o bairro. Reportamo-nos aqui ao que Norbert Elias aponta em *Estabelecidos e Outsiders* (2000), ao estudar as relações entre os moradores de um bairro operário londrino, ao qual denominou ficticiamente Winston Parva.

As inúmeras obras realizadas ou ainda em andamento no bairro também foram alvo de muitas críticas, principalmente no que tange aos problemas dos alagamentos freqüentes em pontos onde anteriormente não ocorriam. Além disso, demonstraram preocupação com os verdadeiros beneficiários de tais obras, caracterizando o sentimento de descrédito quanto às benesses destinadas à classe que vive do trabalho.

A sensação de conformismo e resignação também se fizeram presentes, quando alguns alegaram que “as mudanças são necessárias, pois fazem parte do processo de evolução” e sempre alguém tem que pagar o preço. Esta seria, na opinião destes poucos, a “roda que move o mundo.” Apela para o velho chavão de “que não adianta remar contra a maré, os poderosos sempre fazem o que querem.”

A maioria defende que a população não foi consultada, as obras são para angariar votos (quando se referem ao BRT) e “não mexeram nas questões relativas à infra-estrutura do bairro” para atender a tamanha demanda. Saneamento básico, Saúde, Educação, Transportes, Segurança, são os aspectos apontados como os mais deficitários pelos entrevistados. Demonstram preocupação, ainda, com a quantidade de prédios, comerciais e residenciais em construção ou já construídos no bairro. Os alagamentos ocorridos com freqüência também são associados às obras realizadas.

Chegamos agora a um questionamento que volta e meia assume o papel de principal discussão entre os poderes estabelecidos no bairro. O tema diz respeito ao projeto de emancipação de Campo Grande.

Ângelo se mostra favorável, desde que “seja feito um estudo sério e que procure saber qual a arrecadação, qual a despesa, tudo o que envolve o município, todos os custos deveriam ser contabilizados”, demonstrando sua visão de economista. Vale lembrar que seu irmão, enquanto deputado federal, sempre defendeu a emancipação do bairro.

Para Sérgio Manoel, Campo Grande já possui avanços suficientes em termos de cidade e caso fosse feita uma comparação com outros municípios próximos, já emancipados, Campo Grande estaria em um patamar bem acima.

Para ele, Campo Grande possui indústrias, unidades escolares em diversos níveis e outros fatores positivos. Contudo seu temor refere-se à área de abrangência, caso o bairro se transformasse em um novo município. Esse temor emerge das outras oportunidades em que foi aventado o projeto de emancipação, todos com amplas divergências no tocante a este item. Sérgio cita as três situações que incorreram no sentido dessas divergências: a primeira

Era Campo Grande e tal e pegava Santa Cruz. Na segunda leva veio Zona Oeste, seria município da Zona Oeste, pegaria Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Depois veio outra discussão que passou um tempo aí, que era o município da Barra da Tijuca, não falava-se nem de Campo Grande nem de Santa Cruz. E aí, como é que ficaria esse bairro aí? Essa questão que eu fico assim, sem definir que área seria para essa emancipação. Eu ficaria com muitas dúvidas quanto a questão de ter de passar para o governo de outro município. E as pessoas também. Tem pessoas que não estão preparadas para que Campo Grande se torne município. O fator de ficar sozinho se mantendo.

Por tudo o que vimos, podemos diagnosticar uma posição avessa ao projeto de emancipação. Todavia, ele acredita que a municipalização acarretaria limitações em relação

ao inchaço populacional e seus desdobramentos pelos quais o bairro vem passando, já que seria outro município e as pessoas não teriam tanta facilidade de mudança.

Ao abordar a temática da emancipação, Janaína inicia citando a luta do ex-deputado federal Alcir Pimenta no sentido de concretizar o projeto de emancipação do bairro. Pensando no desenvolvimento de Campo Grande, era necessário o bairro “se soltar da esfera que desfavorecia a nossa área, uma vez que o dinheiro ficava todo no centro da cidade e na zona Sul”.

Em se tratando do tema da emancipação, Janaína adota uma posição favorável ressaltando que o bairro possui tudo para sua realização, mas em sua opinião, há forças muito poderosas que não permitiriam que isso aconteça, “porque o curral eleitoral, eu não gosto muito dessa palavra realmente é aqui. Você acha que eles vão permitir que essa emancipação aconteça? Não vai acontecer.”

Em sua opinião seria muito bom se o bairro se emancipasse, citando inclusive as obras que estão sendo realizadas no bairro. Para ela, estas obras deveriam contar com acompanhamento da população e necessidade de qualidade, mas, lamenta o fato de não haver interesse dos moradores, que não participam politicamente. Segue sugerindo, inclusive formas de participação para inverter o jogo político atual. Essas questões serão abordadas mais a frente.

Em relação a esse aspecto, em grande parte das entrevistas prevalece a imagem do atraso, de que o povo não sabe escolher seus representantes, que prefere trocar o voto. Enfim, o tão costumeiro e comentado pretenso afastamento da participação política (CARVALHO, 2004).

Angélica não entra em detalhes sobre o projeto de emancipação, mas demonstra pessimismo caso o processo se efetivasse, tendo em vista as práticas políticas existentes na região, narradas e vivenciadas por ela.

Perguntamos ainda, como o bairro se apresenta em relação à saúde, à educação, à cultura e à economia?

Apenas Sérgio Manoel, Ângelo e Janaína responderam esta questão. Vejamos seus pareceres.

O primeiro afirma que, em relação à Educação, sua área de atuação, o bairro está muito bem servido, já que possui “cento e quarenta unidades escolares públicas, muitas unidades escolares particulares. Temos muitas escolas de Ensino Médio e cada ano a gente vê que mais escolas estão sendo criadas, enquanto algumas particulares estão fechando.” Ele justifica este fato a questões econômicas, sem aprofundar-se no assunto.

Apointa ainda que aumentou o número de instituições de ensino superior, como a UEZO, Universidade Estadual da Zona Oeste e algumas particulares, citando algumas. Portanto, houve crescimento a nível de Ensino Fundamental, do Ensino Médio, quanto de Ensino Superior.

Na área da saúde, Sergio Manoel diz:

Sempre houve e a gente vê que há uma necessidade muito grande, embora tenha tido crescimento através das UPAS, que dão atendimento 24 horas aqui na área de Campo Grande, além das clínicas da família, que vem ajudar um pouco em determinadas áreas. Então eu acho que aí melhorou, mas ainda há muito a crescer, muita necessidade na área de saúde.

Atesta ainda, que muitas pessoas de municípios vizinhos, por não terem hospital público, acabam procurando atendimento no Hospital Rocha Faria, comprometendo o serviço prestado por aquela unidade. Além disso, cita a persistência da falta de infraestrutura neste hospital para atender a demanda de saúde da região.

Economicamente, Campo Grande vai muito bem, com shoppings centers, surgimento e crescimento de lojas comerciais em diversos pontos do bairro e várias indústrias. Portanto, analisa que os negócios estão crescendo e o movimento está maior. Assim, Campo Grande não apresentaria muitas falhas economicamente. Percebe ainda, redução no poder aquisitivo de algumas pessoas, mas também a saída de moradores para bairros considerados emergentes, como Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

Culturalmente “tem muita coisa boa. Muito artista, muito escritor, porém não valorizados. Temos dois teatros, a Lona Cultural Elza Osborne e o Artur Azevedo.”

Quanto ao Teatro Artur Azevedo, tece uma crítica à burocracia existente para que o mesmo possa ser utilizado. Já em relação à Lona Cultural, é bastante utilizada, envolvendo público e privado. Todavia, conforme seu ponto de vista, a Lona não possui ainda uma estrutura suficiente para atender a todos os eventos lá realizados.

O grande problema do bairro é não fornecer condições para os muitos de seus artistas exporem suas obras. Sugere que o espaço da antiga estação de bondes (tombado e hoje ocupado pela COMLURB) poderia se transformar em centro cultural. Cita também a parceria da FEUC como o espaço para realização de vários eventos, como lançamentos de livros e de obras de artistas plásticos. Devido a todos esses problemas, Sérgio Manoel é bastante contundente em afirmar ser esta “a pedra no caminho” do bairro.

Discordando de Sérgio Manoel, Ângelo critica a postura da atual administração em relação ao aspecto cultural, que diz ter sido abandonado, relegado a segundo plano, não merecendo nem o direito a uma sala no prédio da subprefeitura.

Em sua opinião, a economia tem crescido bastante, junto com a população. Insiste que até “tem muito emprego, pois aqui tem muitos shoppings, clínicas, comércio. Este fasto, segundo ele, provocou mudança em relação ao funcionalismo, que antes configurava um quadro de maioria no bairro.

É lacônico e econômico quando se refere à educação e à saúde, acrescentando ainda a segurança pública, que segundo seu pensamento, deveriam estar sob a responsabilidade do governo Federal. “Acredito que isto se deve ao fato de atualmente pertencer à oposição”.

As respostas de Janaina são marcadas pelo pessimismo em relação a todos os aspectos, mas, ao mesmo tempo, explicitam a necessidade de organização dos moradores do bairro na busca de tratamento igual ao dado a outros, como Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca. Segundo ela, o fato da arrecadação de Campo Grande ser maior do que nesses bairros, faz juz a melhor tratamento por parte da prefeitura, o que não acontece em sua opinião. E ela volta ao ponto da emancipação, reafirmando que “o município do Rio necessita de nossa arrecadação financeira e na hora do voto é aqui que se encontra o maior número de eleitores, mas só somos vistos com essa importância nas eleições, infelizmente”.

Em relação à Educação, não tem um olhar muito otimista, visto que “as construções de vários condomínios e não há construção de escolas para receber essa nova população, não houve esse planejamento na educação infantil. Para o ensino médio estão sendo construídas várias escolas na região”. Segundo ela, seria de trinta e cinco o número de escolas para esse segmento. Lembra que além de valorizar a categoria, também é preciso “acabar com as indicações políticas na direção escolar”. Vale lembrar que o ensino médio é responsabilidade do Governo Estadual e ela é funcionária da Administração direta.

No tocante aos aspectos culturais, a resposta é de que “não tem a atenção merecida”, tendo em vista a importância histórica da região e ela engloba Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz, Cosmos, Paciência, Campo Grande e Bangu. Reitera não haver “interesse político de investimento para preservar e manter nosso patrimônio. Aponta ainda a necessidade de que “precisamos expor nossos interesses e exigir nossos direitos”.

Deixamos a questão da saúde para o final devido à contundência de suas afirmações, segundo as quais Janaina pontua:

Infelizmente a qualidade da saúde está muito ruim. Foram apresentados projetos maravilhosos, mas na prática pouco acontece. O atendimento em nossos postos de saúde está fraco, pois não há quantidade suficiente de médicos, os profissionais que foram contratados como agentes da saúde nem sempre fazem a visita na residência (há muitas reclamações no 1746 em relação às visitas). Nos hospitais de grande porte, depende da direção, é isso mesmo... o diretor bloqueia algumas coisas infelizmente, a climatização das emergências é de péssima qualidade.

3.2 O Grupo do Triângulo

Com formação e atuação elaborada ainda durante o Império – em 1880, Felipe Cardoso ocupou o cargo de diretor do Matadouro de Santa Cruz - a importância desse grupo político está relacionada à fragilidade da organização político-institucional do Distrito Federal na República, que não definiu o seu modelo de capital, em que se tentava conciliar o controle dos poderes centrais com um enorme espaço de manobra para os grupos locais. Ou seja, a configuração política existente permitia a formação de grupos políticos. Inseridos neste contexto, ligado ao Partido Republicano Federalista (PRF), o Terceiro Distrito Eleitoral vai ver se formar e fazer crescer este grupo político local, ligado ao político Tomás Delfino, que o tornava praticamente invencível nas eleições do período.

Exercendo sua influência política desde o Império, o grupo atingiu seu auge quando formado pelas lideranças políticas de três distritos rurais cariocas: os médicos Augusto de Vasconcelos, de Campo Grande, Felipe Cardoso, de Santa Cruz, e Raul Barroso, de Guaratiba, controlavam com extrema rigidez o eleitorado de uma área estratégica para o campo político carioca. Sua força e importância política eram muito grandes, chegando a eleger seus três principais líderes para a Câmara dos Deputados, no pleito federal de 1896, em que os três foram os mais votados. Além disso, os candidatos apoiados pelo grupo sempre recebiam votação expressiva. A votação obtida por Aristides Lobo, em 1892, concorrendo ao Senado, exemplifica com perfeição o poder exercido pelo grupo e em particular por Augusto de Vasconcelos ao apresentar os números do resultado do pleito, declarando que dos 525 votos obtidos por Lobo, 432 foram em cédulas vermelhas confeccionadas e distribuídas por ele entre os eleitores de Campo Grande. Em Santa Cruz, Aristides Lobo obteve 327 dos 329 votos dos eleitores do distrito (FREIRE, 1999).

Denúncias de fraudes eleitorais também eram costumeiras, uma vez que os candidatos apoiados pelo grupo sempre venciam as eleições no primeiro turno, diferentemente de todas as outras regiões. Conforme Freire, “no pleito senatorial de abril de 1892, enquanto que nas freguesias urbanas a participação foi em média de 10% a 15% do total de eleitores, em Santa Cruz, por exemplo, ela foi maior do que 50%” (FREIRE, 2000).

Nas eleições de 1895, em que Lopes Trovão elegeu-se senador as críticas foram bastante duras. O candidato recebeu mais da metade dos votos no 3º Distrito, que, no entanto, tinha uma população correspondente a “30% da população geral do Distrito” (FREIRE, 2000, p. 171). Diante da atuação do grupo, José do Patrocínio chegou a afirmar que o ideal republicano havia desandado (SANTOS, 2011).

O “nome” do grupo foi dado pela imprensa e tem caráter pejorativo. Vale lembrar que o grupo recebia diversas críticas da imprensa carioca, denunciando-se suas práticas políticas baseadas em atitudes clientelísticas, embora não pudesse comprovar estas práticas. Por exemplo, a nomeação de funcionários para o Matadouro Municipal, em Santa Cruz, do qual Felipe Cardoso exercia o cargo de diretor, o que, facultava-lhe o uso do cargo para obter dividendos eleitorais, como nos relata Freire (2000).

As críticas feitas pela imprensa não podem ser utilizadas como análise das práticas políticas adotadas pelo grupo, uma vez que, dependendo da conjuntura, o adversário de ontem podia se transformar no aliado de hoje, de acordo com Freire (2000).

Sua influência política também pode ser reafirmada quando, durante a Administração do prefeito Pedro Ernesto, foram instalados diversos órgãos oficiais, como escolas, repartições públicas, serviços médicos, entre outros. Houve também a construção do Reservatório Victor Konder, em 1928, ampliando o abastecimento de água nos núcleos urbanos da região (MENEZES, 2000).

O historiador Américo Freire (2000) ressalta que há poucos estudos realizados em relação ao grupo político em questão, sinalizando, ainda que os poucos existentes não o analisam de forma aprofundada. Destaca, no entanto, que o “Triângulo era a única fortaleza política da capital” (FREIRE, 1999, p. 11). Além disso, exerceu papel fundamental e de grande compleição eleitoral, com Augusto Vasconcelos atuando como o “conciliador” no jogo político da disputada e complexa capital republicana.

Seguindo a recomendação de Freire em verificar as possibilidades de estudo inerentes à atuação do grupo, finalizamos com o ponto de vista de Santos (2011) ao julgar como verdadeira a preocupação dos representantes do grupo em relação ao abastecimento de carne verde à população. A autora considera que as ações adotadas pelos intendentos demonstravam “outros interesses presentes na política local”. Tal procedimento, prossegue,

afasta a ideia presente na historiografia de que o clientelismo, significando a prática de troca de favores, fundamentava as relações políticas no final do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões mais afastadas da capital da República (SANTOS, 2011, p. 94).

3.3 A cultura política em Campo Grande

Aproveitamos a opinião discordante de Luciana da Silva Santos (2011) em relação às práticas clientelísticas sempre associadas aos representantes das áreas mais distantes do centro da cidade do Rio de Janeiro, que finalizou o tópico anterior, para avaliar a questão da cultura política existente no bairro.

A autora supra citada, escrevendo sobre questão considerada primordial para a dieta da população da época, o abastecimento de carne verde, discorre sobre o grupo do Triângulo, dando ênfase e maior visibilidade ao intendente do Matadouro de Santa Cruz, Felipe Cardoso Pires. Sua pesquisa trilha o caminho adotado por Américo Freire, citando as agruras políticas relacionadas aos processos eleitorais que se sucederam no período e que tiveram o grupo político como principal protagonista, em função das votações sempre expressivas dos candidatos a ele relacionados. Sob esse aspecto, o grupo cumpria papel de mediação entre a população necessitada e o poder público, que poderia atender às demandas decorrentes da vida em sociedade.

Freire (2000) lembrando a questão da ambiguidade relativa ao modelo de capital a ser adotado, indica o importante papel exercido pelo grupo, que, em sua visão, extrapolaria os limites da política local, conduzindo de maneira bastante satisfatória os caminhos entrelaçados da política local e da política nacional.

O hibridismo em relação à situação da cidade permitiu ingerências consideradas exógenas, externas aos olhos dos políticos do grupo do triângulo, permitindo que se organizassem em torno da defesa de seu território político contra candidaturas que fossem contrárias aos interesses dos líderes do grupo, no jogo político estabelecido. Demonstrava também a relação do poder local, exercido pelos três médicos inicialmente, com o poder central, no caso com o governo federal, adotando sempre postura conciliadora, evitando o

choque frontal com o governo federal. Freire e Sarmento (2004) observaram que a memória política do Rio de Janeiro apresenta diversas leituras e variados pontos de vista. Vejamos o conceito de cultura política.

O conceito de cultura política, entendida como cultura cívica, pressupõe o modelo de participação e comportamento político das sociedades democráticas ocidentais e que “remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político” (KUSCHNIR, 2000, p. 23)

Em se tratando da sociedade brasileira, vimos anteriormente que persistem as práticas clientelistas de atuação política, com base na dádiva, na lealdade e empenho individual, estabelecendo a relação entre o eleitor que se identifica como beneficiário do político influente, que possibilitaria o acesso a coisas que, sem essa intermediação, não lhe seria possível alcançar. Ou seja, a política ficaria inacessível sem a interferência das relações pessoais (KUSCHNIR, 2000).

O exemplo das práticas adotadas pelo líder do Grupo do Triângulo, Dr. Augusto de Vasconcelos, citado no tópico anterior, corrobora a dimensão da cultura política adotada pelos seus próceres locais, com base em relações clientelísticas e de favorecimento mútuo.

Para dar concretude aos objetivos desta pesquisa exemplificado no tocante aos políticos do bairro e suas práticas, lançamos mão do fragmento da pesquisa desenvolvida por Diniz por si só, bastante esclarecedor.

Assim, por exemplo, a família Alvarenga exerce influência política na região que engloba Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, desde os fins do século passado (século XIX). Segundo depoimento de um dos seus deputados estaduais, a família destacou-se inicialmente como proprietária de terras na chamada zona rural do antigo Distrito Federal. Posteriormente, outras atividades tipicamente urbanas, como o comércio, tornar-se-iam preponderantes. Além da projeção na agroindústria e no comércio local, profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados, dariam ao núcleo familiar dos Caldeira de Alvarenga significativa visibilidade naquela área, hoje integrante da zona oeste do Rio. Cargos no centro comercial de campo Grande, ou ainda no Rotary Club do bairro, no momento (no ano de 1980) presidido por Paulo Roberto de Alvarenga Rabelo, reforçariam o prestígio familiar. Finalmente, a descendência política da família, através de suas várias ramificações, complementaria o quadro das funções de maior relevância que, no contexto social e político locais, foram exercidas ao longo das gerações que se sucederam. Francisco Caldeira de Alvarenga, várias vezes vereador no antigo Distrito Federal, ingressaria na política nos anos vinte (DINIZ, 1982a, p. 105).

Deduzimos que o fragmento de texto define o quadro político existente no bairro ainda nos dias de hoje, sob uma roupagem, diríamos, mais moderna.

Mergulhando no passado político mais distante, pelos idos de 1890, verificamos a figura do médico pernambucano Dr. Cesário de Melo:

Tão querido do povo, inegavelmente porque jamais alegaria cansaço ou mau tempo para montar no seu cavalo e meter-se pelos mais ásperos caminhos à procura do doente que pedia seu remédio... O sertão carioca faria dele deputado e senador, e entre seus amigos ele incluiria o Presidente Washington Luiz, mais de uma vez presente no seu sítio para saborear suas peixadas, maliciosamente apontadas pelo oposição como as “peixadas cívicas de Santa Cruz (GERSON, 1965, p. 511).

A citação, para além de enunciar a prática de atendimento buscando a compensação através do voto, evidencia, de forma indelével, as relações do poder local com o poder central, através da presença do presidente da República no sítio de Cesário de Melo.

Podemos indicar também o caso do deputado Miécimo da Silva, popularmente conhecido no bairro como “Miécimo bica d’água” em função de sua prática política para arrecadar votos (LOPES, 2007).

Observamos sob este aspecto, as palavras de um ex-assessor da deputada Lucinha, em conversa informal, ao defender as estratégias políticas adotadas por sua ex-chefe. Categoricamente, ele afirma, por exemplo, que o centro social mantido por ela, permite acesso a cursos, a alguns tipos de consulta médica, além de indicações de emprego, criando condições mais favoráveis, segundo sua forma de pensar, para quem procura suas instalações. Defendendo o ponto de vista da naturalização das desigualdades, portanto, justifica as ações da deputada como benesses concedidas aos necessitados. Em sua opinião esse seria o papel do político.

Quando questionados sobre a relação entre os órgãos públicos e as associações empresariais, os resultados apresentaram semelhanças razoáveis, pois todos descreveram a realização de encontros mensais para discutir temas relacionados à Zona Oeste, de forma mais abrangente. Um desses encontros é o Café com Ideias, com a presença de representantes do governo, geralmente um ou mais secretários ou até mesmo, como já ocorreu, do prefeito e do vice-governador.

Cabe ressaltar que no Café com Ideias, somente a “elite” empresarial pode frequentar, conforme nos informou Janaína e Angélica. As matérias publicadas nas reportagens da Revista Sucesso, editada pela Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) caminham na mesma direção, bem como também em reportagens divulgadas no jornal “O Amarelinho”, editado no bairro. Os temas são discutidos de acordo com os interesses desses determinados grupos.

A “gerente” de ONG Angélica, tem seu trabalho voltado para atividades junto a crianças e adolescentes em situação de risco e infratores e sua reinserção social. Ela elabora uma análise bem crítica desses encontros, ao relatar que nesses cafés:

Era de chorar o descaramento”, uma vez que as organizações eram chamadas,” você é um parlamentar, você chamou as organizações para discutir a comunidade, até aí tudo bem. Aí, é um café da manhã descaradamente para fazer a campanha do cara. E lá já tem os que estão em postos determinados, como as coordenadorias de Educação, as unidades de Saúde, como outras associações e outros espaços que já tá fazendo o trabalho de formiguinha todo esse tempo. Ali é só uma culminância, uma confirmação. O que mais me impressiona é o descaramento. É como se não tivesse nada errado nisso ou como se ninguém fosse perceber, como se ninguém fosse fazer uma análise mais crítica do absurdo que é aquilo.

Já o presidente da Associação Industrial e Comercial de Campo Grande, Guilherme Einsenlohr, tem um parecer favorável a essas reuniões no sentido da existência da integração e pondera que ainda há muito o que se concretizar, pois, segundo ele, embora um canal de diálogo tenha sido aberto, efetivamente ainda existem muitas carências necessitando de atendimento.

De acordo com a interpretação de Ângelo, essas esferas estão “bem integradas”, mas existem falhas que às vezes comprometem a relação, gerando ruídos e descontentamentos. A discussão atual sobre a questão do trânsito caótico no bairro é um exemplo notório e concreto, que, conforme veremos adiante, comprovam essa hipótese.

Contando com a participação dos representantes das associações de moradores, toda última quinta-feira de cada mês, no 40º Batalhão de Polícia Militar, acontece o Café Comunitário, voltado para a questão da segurança pública, “não só o policiamento, mas por exemplo, uma rua escura onde falta segurança. Então eles envolvem todos os órgãos governamentais ou não com as associações de moradores, que levam as necessidades do seu local, mesmo o asfaltamento de ruas do bairro”, conforme nos disse Sérgio Manoel. Os

órgãos públicos ali presentes precisam dar uma resposta, sendo cobrado o procedimento no encontro do mês seguinte.

Passamos agora para a questão que gira em torno da imagem divulgada pela mídia, associando o bairro ao contexto de “curral eleitoral”, no sentido da existência de práticas políticas autoritárias e clientelistas em processos eleitorais.

Janáina concorda com a imagem de “curral eleitoral” associada ao bairro, principalmente no que diz respeito ao tempo de eleição (PALMEIRA, 1993) e “desse contexto político, os candidatos chegam efetuando as coisas que já deveriam ter sido executadas”. Alegam que vão fazer, mas querem o nome vinculado à realização, “deixando bem claro que é ele quem está fazendo e que será um trabalho “de graça, não remunerado, mas que no fundo é remunerado porque ninguém trabalha de graça”.

Sérgio Manoel apresenta uma visão discordante, alegando que já “foi muito pior, porque todos os políticos vinham aqui e realmente faziam daqui um curral político (não menciona o período). As pessoas vinham, ganhavam seus “votinhos” e nunca mais voltavam”. Atualmente, ele acredita que:

As pessoas do bairro estão com a mente mais aberta politicamente, não estão aqui só atrás da camisa, do futebol, do churrasquinho, não estão mais afim disso. Porque sabem que depois o pessoal vai embora. E por outro (lado), esse bairro ter eleito três representantes*. Então, na minha visão, que pode ser até uma visão errada, mas no momento em que você começa a colocar pessoas do seu bairro na área política, elegendo essas pessoas para serem seus representantes, pra mim já é um sinal de alguma mudança, teoricamente. Porque não é aquele curral da pessoa vir aqui, receber seu o voto, ir embora e sumir. Agora a pessoa tá aqui, é daqui da região, você sabe onde ele está e vai¹⁰.

Continua sua fala, informando que o presidente e o vice-presidente da Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro, respectivamente Jorge Felipe, de Bangu e Luiz Carlos Ramos, de Campo Grande, são da região. Daí a importância adquirida pela Zona Oeste, em sua opinião.

Atualmente exercendo um cargo político-administrativo na área de Educação, Sérgio Manoel aponta que muita coisa mudou em relação à questão do chamado “curral eleitoral”, pela qual o bairro e a Zona Oeste como um todo, sempre estiveram associados, através de imagem negativamente conhecida.

Vale lembrar que o próprio coordenador, embora tenha sido indicado para o cargo por questões de proximidade com sua residência, conforme sua entrevista, já exerceu o cargo de administrador regional e participa ativamente da política local, com passagens por vários governos.

Ele atribui ao aumento do grau de instrução dos moradores do bairro essa modificação na postura política diante das eleições. Todavia, as últimas eleições realizadas em 2010 e 2012, apontam perspectivas diferentes, ao indicar grande concentração de votos em determinados candidatos, como a deputada estadual Lucinha, em 2010, eleita com quase 70 mil votos (ALERJ, 2010).

Ângelo foi conciso, objetivo e contundente em sua resposta, afirmando que “entregamos mais de 50% da votação sem cobrar nada, temos que exigir ao menos duas secretarias. O candidato vem aqui, pega o voto e vai embora e o bairro recebe migalhas”. Como já foi dito, aponta o caso de seu irmão, eleito em duas oportunidades, com votações expressivas ao cargo de deputado federal. Lamentando que hoje o bairro não tenha nenhuma

¹⁰ Segue argumentando que até o vice-prefeito é da região, embora não seja de Campo Grande. O atual vice-prefeito, Adilson Pires, é de Vila Aliança, sub-bairro de Bangu, bairro vizinho.

representação parlamentar nessa esfera política, conclui sua fala citando a reforma política, ainda não colocada na pauta, defendendo a necessidade do voto distrital.

Quanto à atuação política de Alcir Pimenta, vale lembrar que o mesmo também foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande por mais de uma vez, embora sua imagem esteja sempre associada ao exercício do magistério.

Desde as eleições de 1970, Alcir Pimenta concentrava seus votos na 25ª zona eleitoral, que inclui Campo Grande, Santa Cruz, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba. Nas eleições de 1978, eleito deputado federal, obteve 92% (noventa e dois) dos votos naquela zona eleitoral, sendo 74% somente em Campo Grande (DINIZ, 1982).

Muitos dos discursos de Alcir Pimenta (2006) enquanto deputado federal, faziam referência aos professores, comprovando o estudo de Diniz (1982), ao citar o processo eleitoral envolvendo os políticos de bairro e suas clientelas cativas relacionadas à “máquina” política montada pelo governador Chagas Freitas. Tais fatos apresentam laços clientelísticos nítidos “no que diz respeito à relação representantes - representados, no âmbito do legislativo local”. Defendemos aqui, com base na leitura dos citados discursos, um alcance maior dessa relação, extrapolando a representação a nível apenas local, tendo em vista o exercício de mandato na Câmara dos Deputados em Brasília, o recorrente posicionamento no que concerne ao magistério e aos professores.

Para Ângelo, entretanto, a prática política atual difere do coronelismo da República Velha, considerando o assistencialismo nocivo à sociedade. Contradiz-se, contudo, quando aponta que o TRE ameaça, mas não faz nada, não pune.

Com uma leitura mais reticente, Angélica garante que existe uma relação de total ligação entre as Associações de Moradores, no sentido de cooptação, e também no que tange ao papel exercido pelas regiões administrativas, que, segundo ela, “não se tem pudor enquanto administrador regional ou de subprefeito dizer a mando de quem ele está a serviço de que vereador, de que deputado estadual, não se tem pudor. É tão absurdo e ao mesmo tempo parece tão natural”, tornando qualquer crítica sem valor ou ainda, desqualificando seus autores.

Conforme sua visão, o administrador ou subprefeito ocupa estes cargos apenas como figuração, fingindo atuar junto à comunidade, mas está apenas a serviço do vereador ou do deputado que o colocaram na função, buscando manter e garantir os votos, numa espécie de cabo eleitoral.

A questão do “curral” eleitoral é bastante evidente e seriam esquemas muito bem traçados, articulados, organizados, com planejamento. O trabalho é feito ao longo do período, não só no “tempo de eleição” (PALMEIRA, 1996). Inclusive cita a utilização dos Cafés da Manhã, convocando diversas instituições para discutir a comunidade, mas no fundo, o objetivo principal era “descaradamente fazer a campanha” de determinado candidato. Ocorre que este seria o passo quase que final, pois quem ocupa os cargos (coordenadoria de Educação, unidades de saúde e outras associações) já teriam iniciado o “trabalho de formiguinha” durante todo o tempo que antecedeu ao evento, conforme já assinalado anteriormente.

Angélica cita alguns nomes como o de Romualdo Boaventura, de Almir Rangel e de Argemiro Pimentel, políticos antigos do bairro. Todos já exerceram cargos eletivos. Romualdo está relacionado a uma família tradicional do bairro e que ainda exerce certo poder de decisão, hoje bem mais reduzido. Relata passagem de Almir Rangel, há cerca de quinze anos, enquanto candidato não oficializado, mas explicitamente identificado como tal, em que na comemoração do Corpus Christi, pegou o microfone e fez propaganda de sua candidatura: “Irmãos em Cristo, sou Almir Rangel”. Angélica, mesmo considerando um absurdo este procedimento, alega que o candidato cedia os carros de som (caminhões) para todas as procissões e eventos da Igreja de Nossa Senhora do Desterro e de outras igrejas do bairro.

Podemos relacionar as práticas citadas acima com as descritas por Leal (1997), Vilaça e Albuquerque (2006), Diniz (1982) e Velho (2008), no tocante ao clientelismo exercido em todas as esferas, em um processo delineado a partir das relações estabelecidas entre os candidatos e os eleitores na região. Compromissos são assumidos reciprocamente, em uma relação de dependência entre os atores envolvidos.

Ressaltamos que os diretores de hospitais, bem como de algumas escolas estaduais são nomeados pelo Governo Estadual e o coronel Jairo exerce grande influência nessas nomeações. Verificamos ainda, de acordo com as entrevistas, grande influência política do Coronel Jairo nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Acreditamos que esse procedimento reitera de forma bastante convincente as perspectivas das práticas clientelísticas com base em um arranjo atual, resultando no coronelismo urbano, desta feita apontado por Diniz (1982).

A pergunta analisada a partir de agora faz menção à atuação do parlamentar no tocante à solução dos problemas locais ou se deve agir de forma mais abrangente, com uma ética voltada para as questões mais gerais da política.

Sobre esta questão, Sérgio Manoel inclina-se a vincular o atendimento das demandas locais às políticas públicas. Em sua opinião, o parlamentar tem que:

Agir no geral, mas não esquecer o local. Porque quando ele foi eleito, o povo acreditou naquilo que ele falou e geralmente quando ele fala, ele fala que vai melhorar a base, o local onde ele está, então ele não pode abandonar isso”. Por outro lado, ele também, como político, ele não é só político de Campo Grande, então ele tem que ver as melhorias da base em relação à cidade, em relação ao todo. Acho que ele não pode abandonar esse lado do político geral, mas ele tem de estar mais voltado para resolver a política local.

Por outro lado, o parlamentar, “enquanto político, não é só político de Campo Grande, então ele tem que ver as melhorias da base em relação à cidade, em relação ao todo”. O entrevistado acha que as questões mais gerais não devem ser abandonadas, mas o parlamentar deve estar imbuído no sentido de apontar as soluções dos problemas locais, ou seja, deve se voltar para a política local.

Janaína é de opinião que deve se preocupar com o geral, mas tem que focar nas áreas onde obteve mais votos e mostrar às pessoas que realmente está envolvido com os projetos e as necessidades da região.

Para responder a essa pergunta, Janaína cita a atuação política adotada pelo policial e vereador Edson Zanata, do PT, que, segundo ela, comparece a todas as reuniões e cafés que ocorrem para discutir os problemas da região. “Ele está cobrando realmente em função da Zona Oeste.” Sob o ponto de vista da entrevistada, no geral, o parlamentar “tem que focar as áreas onde teve mais votos, para mostrar às pessoas que realmente está envolvido com as necessidades da região”. Embora seja favorável a diversificação, devendo também zelar por outros bairros da cidade, ela ratifica a questão da responsabilidade com a região, com o local que elegeu o parlamentar. Segundo ela:

Não é porque foi eleito por Campo Grande que não vai olhar para as outras regiões, como por exemplo Madureira, acho que tem que diversificar, mas também com responsabilidade de estar ali na região local” como tem feito o vereador Edson Zanata, um vereador muito interessante, é um policial que participa de todas as reuniões, está cobrando realmente em função da região. Na Zona Oeste ele é bem presente.

Ainda de acordo com Janaína, a troca de favores entre os parlamentares seria válida sim, pois se, por exemplo, um determinado parlamentar tem conhecimento de sua região, tem que haver essa troca sim, porque se ele ou ela conseguir o apoio, pode obter apoio para um

determinado projeto e depois, o outro também o apoiaria, ou seja, tem que haver essa troca, pois “quando você precisar, eu colaboro e estou pronta pra te ajudar”. É o toma lá dá cá, delineado por Leal, Bezerra, Diniz e outros.

Sérgio Manoel justifica, embora demonstrando apreensão, dizendo que “bem, atualmente faz parte. Desde que não seja uma forma comprometedora, você não tenha que pagar um preço alto, que seja uma coisa condizente com sua postura, também você não vai mudar sua forma de ser então é melhor não ter, assim eu não quero.”

Na perspectiva de Ângelo, a negociação faz parte do jogo político. O parlamentar tem que negociar sim, contudo, sem prejudicar sua posição política, seu modo de agir e acima de tudo, tem que exercer a cobrança sobre o poder central.

As negociações fariam parte “de uma troca sadia, porque você não vai ficar atendendo ao poder central e deixar a sua região, o pessoal te massacra aqui”.

De acordo com se ponto de vista, o político não pode ficar atendendo somente aos interesses da prefeitura e abandonar sua região. “isso vai ser bom pro prefeito, tem que ser bom pra nós aqui”. Caso aja dessa maneira, “vai ficar sim sem dizer a que veio.”

Ressalta que pela primeira vez há entrosamento real entre todas as instâncias políticas no Rio de Janeiro (Federal, Estadual e Municipal) e afirma não concordar com essa forma de governar, pois há necessidade de existência de oposição, observando que, mesmo que seja oposição “tem que ter direito, tem que ter”, não pode haver retaliação, independente da situação política, senão não está prejudicando você, está prejudicando o povo.

Ele alega que os eleitores do bairro perderam a condição de “bairristas” perderam a identidade, lembrando que o bairro já elegeu até deputados federais, inclusive seu irmão.

Embora credite às funções parlamentares um aspecto mais amplo, no sentido da palavra política, Angélica defende que o político não pode descuidar dos locais onde recebeu as maiores quantidades de votos, tendo em vista a necessidade de responder às demandas de suas bases eleitorais, mas sem os compromissos clientelistas.

Podemos comprovar a existência de práticas clientelísticas, no sentido do compromisso descrito por Leal (1997, p. 41) e suas características secundárias, de posse do ofício GVJL nº 669/13, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, expedido e chancelado pelo gabinete do vereador Junior da Lucinha, do PSDB em 20 de dezembro de 2013. O documento, endereçado ao Secretário Municipal de Saúde Hans Fernando Rocha Dohmann, contém um pedido de atendimento urgente para moradora de Guaratiba realizar consulta com Cirurgião Geral. Junto ao ofício, encontra-se também o encaminhamento do pedido pelo secretário à clínica da família situada na Estrada do Mato Alto e o retorno da área de saúde ao vereador.

O procedimento acima demonstra de forma límpida o que Bezerra (1999, p. 104) sinaliza em sua pesquisa junto aos parlamentares de Brasília quanto à importância do atendimento dos pleitos na construção da dependência pessoal. É um legítimo exemplo em que o político amplia suas redes de relações, o que lhes permite realizar alianças mais abrangentes e essenciais com setores do “poder público para o atendimento das demandas de seus eleitores” (KUSCHNIR, 2007, p. 52).

De acordo com Kuschnir (2007) na perspectiva do comportamento eleitoral dos habitantes do meio urbano, o mesmo está relacionado às influências culturais e sociais que lhes são imanentes. Ou seja, mesmo vivendo em uma mesma cidade, carregam e mantêm dentro de si um determinado posicionamento em relação à participação política.

Nesse contexto da “cultura” da não-participação política, alguém surgirá para exercer o papel de mediador entre o poder público e a população, que vai procurar o político, “em especial o parlamentar local. Esse político vai cumprir a função de intermediar o contato da população com o poder público (KUSCHNIR, 2007).

Ocorre que essa mediação, de acordo com Diniz (1982^a, p. 44) pode descambar para o clientelismo, que pode implicar a “concessão de benefícios restritos, calcados nos interesses mais imediatos e visíveis”.

E, talvez o que seja mais importante, pelo custo social e cidadão que representa, também:

Cria e difunde uma ideologia da representação, que privilegia um tipo de vínculo paternalista entre representantes - Orepresentados, substituindo o livre acesso de grupos de interesse organizados de forma autônoma pela conexão, entre políticos, entre clientes e órgãos públicos, configurando-se a clássica relação de troca entre votos, por um lado, favores e proteção, por outro (DINIZ, 1982, p. 45-46).

Por todas as questões já apresentadas nesta pesquisa, a considerar que o escopo do quadro de clientelismo urbano, o bairro de Campo Grande se encontra inserido na configuração proposta acima pela autora. As características políticas estão associadas ao pragmatismo e aos problemas decorrentes da violência cotidiana, que apavora maioria absoluta das pessoas. A cultura do medo, disseminada pelos meios de comunicação, proporcionaram, inicialmente com olhar mais complacente, o aprofundamento das práticas clientelísticas. Com medo, os moradores acabaram aceitando as práticas adotadas pelas milícias, Com o tempo, perceberam que viraram reféns desses grupos, que se mantém através do aparelhamento do Estado, conforme Cano e Duarte (2012) e do terror implantado por eles. Podemos citar casos em que o político amplia suas redes de relações, o que lhes permite realizar alianças mais abrangentes e essenciais com setores do “poder público para o atendimento das demandas de seus eleitores” (KUSCHNIR, 2007, p. 52).

Todas as entrevistas, absolutamente todas, mesmo que não aprovem integralmente tais práticas, corroboram as assertivas de Marcos Otávio Bezerra (1999) no que concerne à atuação dos parlamentares junto às suas bases eleitorais. Sem estabelecer qualquer tipo de juízo de valor em relação à atitude adotada pelos parlamentares, o autor demonstra a cobrança exercida pelos eleitores dos mesmos. Indica, ainda, o baixo percentual de reeleição dos parlamentares que não cumprem com a ritualística de atender às solicitações oriundas de seus redutos eleitorais.

Retomamos alguns posicionamentos obtidos juntos aos entrevistados para tornar claro e exemplificar de forma bastante coerente a confirmação das proposições de Bezerra.

O estudo de Nelson Ricardo Lopes (2007) corrobora a larga utilização de práticas clientelísticas pelos políticos do bairro, como Miécimo da Silva, principalmente na região do sub-bairro Mendanha. Através da instalação de bicas d’água, o parlamentar garantia sua votação, inserido no contexto do político de bairro e o apoio da população de baixa renda, conforme demonstrado por Diniz (1982). Salientamos que essa prática ainda hoje é utilizada em relação a outros aspectos da satisfação das necessidades inerentes ao meio urbano.

Citamos mais acima as reuniões mensais com representantes dos mais variados setores da economia e de órgãos públicos onde são discutidos os problemas que afligem o bairro. Na edição de março do jornal “O Amarelinho”, o principal convidado foi o atual secretário municipal de Transportes, Carlos Roberto Osório. O foco da reunião foi o trânsito caótico atualmente instalado no bairro, devido, segundo os participantes, muito mais às obras em andamento e às mudanças no trânsito efetuadas pela Prefeitura do que ao sempre responsabilizado aumento do número de automóveis nas ruas, embora também vislumbrem este fato como componente do problema.

O direcionamento da reunião aponta, conforme a reportagem, para o grande incômodo causado pelos longos engarrafamentos nas principais ruas do bairro e que estariam prejudicando o pleno desenvolvimento da economia, ou seja, acarretando prejuízo. Pressionado pelo presidente da Associação Comercial e Industrial, o secretário concordou de

pronto, obviamente, com a criação de um grupo de trabalho para discutir “soluções para desafogar as ruas do bairro.” Segundo o jornal, a plateia era composta em sua maioria por empresários da região e o vereador Edson Zanata também estava presente.

Nesta mesma edição (nº 496, março de 2014), também é citada mais uma edição do Conselho Comunitário da 40ª Área Integrada de Segurança Pública. A reunião aconteceu no Sítio Primavera, um local privado, mas estranhamente, a manchete da capa do jornal indica a Associação de Moradores do Magarça como o local da reunião.

Objetivando confirmar a não participação popular destes encontros e nas decisões políticas, encontro eco na entrevista de Janaína, ao afirmar que a decisão de aprovar a construção do Park Shopping foi tomada sem que houvesse qualquer tipo de consulta à população como um todo. Somente os empresários participaram das reuniões com o poder público. Enfatizamos essa questão porque o local em que o shopping foi construído era uma área de proteção ambiental. Por isso, a observação.

Voltemos às entrevistas e suas respectivas análises sobre a existência do coronelismo e das práticas clientelistas em Campo Grande.

Angélica garante a existência da prática do coronelismo ao discorrer sobre:

Os feudos dentro das repartições públicas, os comandos. Isso eu vejo que só muda o parentesco, a família se mantém ou os feudos dos poderes constituídos daqueles grupos eu vejo se manter nas unidades de educação, seja na direção, nas próprias CREs, servindo quando não é da família já e do poder, é colocado ali pra manter algum tipo de poder parlamentar ou de outro tipo. Isso eu não vejo muita mudança. Tem lá um lugar ou outro, alguns lugares não repetiram, mas de uma maneira geral eu vejo que se mantém os mesmos grupos. E esses grupos vão trocando. Às vezes eles eram de um determinado bairro e mudam pro poder central, pra secretaria X. Depois eles voltam a assumir uma outra coordenadoria que tá precisando dar conta de algumas situações ali e aquele grupo vai.

Quando se refere às disputas eleitorais, desfila uma série de fatos inusitados, como o desvio de trajeto dos ônibus que levavam as urnas para os locais de apuração¹¹, o sumiço de algumas urnas, o comboio de fiscais dentro dos carros da polícia para evitar o sumiço de alguma urna, a tentativa de “roubo” de uma urna ainda dentro da seção eleitoral por um fiscal de partido. Contudo, nos informa que estes fatos ocorriam há cerca de vinte anos, “mas agora melhorou muito a situação.”

Na análise de Diniz (1982a, p. 114), os “políticos locais têm influência e poder, em suas respectivas áreas, que, por sua vez, correspondem a suas bases eleitorais. Nesse sentido, exercem uma influência que extrapola sua competência formal-legal, na medida em que interferem decisivamente na administração local.” Deriva daí a necessidade de centralização, segundo os critérios adotados pela máquina chaguista, uma vez que essa influência e poder fortalecendo sua visibilidade e prestígio, poderiam reduzir o controle exercido pelo poder central.

Queiroz (1976, p. 167) fundamenta a atuação de Janaína quando de sua participação no mandato do vereador Jerominho, quando afirma que sua pesquisa revelou “a importância das relações pessoais dos cabos eleitorais com o eleitorado, assim como do prestígio individual.” Esse prestígio e a amizade com grande número de amigos, transforma-se em conquista de votos para o político ao qual encontra-se relacionado. Esse fato pôde ser comprovado pelo autor desta dissertação, quando das interpelações feitas por diversas pessoas no sentido de ajuda para atendimento no hospital da região e em outras situações.

Ao narrar o episódio em que conseguiu arrecadar alguns bens usados para uma moradora pobre, atuando na campanha do ex-vereador, assevera o que Queiroz (1976)

¹¹ O local de apuração ficava em Santa Cruz.

explicita, bem como confirma as práticas políticas ainda utilizadas como meio de obtenção de votos. Além disso, amplia suas possibilidades de viabilização de possível apoio em caso de uma futura candidatura própria.

Lançamos mão de entrevistas e principalmente das reportagens publicadas pelos jornais locais, em sua maior parte, referentes às práticas políticas vigentes no bairro, e que demonstram as relações de poder, os compromissos políticos estabelecidos, de acordo com o que apresentamos durante toda a apresentação dessa dissertação.

Sem pretender estabelecer qualquer tipo de comparação, mas mantendo a mesma linha da pesquisa, deter-nos-emos, a partir de agora nas reportagens, artigos e entrevistas divulgadas em jornais de grande circulação na cidade, no jornal O Amarelinho Notícias, de circulação direcionada aos bairros da Zona Oeste, principalmente Campo Grande e também do Jornal Portal Zona Oeste.

A ideia foi apresentar a percepção e o posicionamento da imprensa e seus interlocutores em relação ao bairro e aos interesses envolvidos, sejam políticos, econômicos, sociais ou culturais.

Ressaltamos que a escolha das reportagens nos jornais do bairro tiveram uma dimensão de não cansar o leitor com situações repetitivas, mas não de menor importância. Buscamos associar as matérias publicadas com as entrevistas e com as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa no sentido de justificar a metodologia e o direcionamento da mesma. Também verificamos o posicionamento dos grupos que detêm os poderes locais e que utilizam a forma escrita de comunicação para difundir suas idéias e práticas voltadas para as formas de controle social. Primeiramente, no plano das idéias (Café com Ideias), somente com representantes de alto poder aquisitivo e político. Depois a reunião no 40º Batalhão de Polícia Militar (Café Comunitário), em que a presença das lideranças comunitárias é permitida. Penso que tal fato está e deve ser relacionado ao lugar determinado às classes populares em uma sociedade hierarquizada e baseada na desigualdade social como a brasileira.

Mesmo não se referindo ao bairro de Campo Grande, consideramos importante destacar a reportagem do jornal Extra do dia 17 de março de 2013, intitulada “Removidos pelo progresso.” A reportagem faz referência aos problemas enfrentados pelos/as moradores/as removidos/as de várias áreas da cidade para os apartamentos do Programa “Minha casa, minha vida” no conjunto popular Aveiro, em Santa Cruz, também na Zona Oeste. Entretanto, não há vagas suficientes nas escolas do bairro. Alguns pais chegaram a procurar vagas até mesmo em escolas da 9ª C.R.E. em Campo Grande, sem que obtivessem resultado positivo, segundo a reportagem.

Vejamos as respostas dos órgãos públicos responsáveis. A Secretaria Estadual de Educação alega que, devido ao aumento populacional ocorrido na Zona Oeste, houve problemas referentes às matrículas no turno da manhã em algumas escolas, “mas que foram criadas novas escolas, inclusive na Zona Oeste.”

A Secretaria Municipal de Educação informou que foram criados 57 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs) e foram construídas seis novas escolas de ensino Fundamental na Zona Oeste.

Já a secretaria Municipal de Habitação informou que “os projetos conduzidos pela pasta envolvem a oferta de unidades habitacionais em áreas urbanizadas, dotadas de toda a infraestrutura, inclusive escolas.”

Sem pretender fazer juízo de valor, consideramos contraditórias as afirmações desses órgãos públicos, chamando a atenção que o mesmo problema aconteceu com os novos moradores que vieram para o mesmo programa, só que em Campo Grande, na Estrada do Campinho e também na Estrada dos Caboclos. A falta de vagas nas escolas tornou-se um ponto crítico na região como um todo. Cabe ressaltar que essa informação foi obtida através

de conversas informais com duas professoras de escolas municipais, que pediram para não serem identificadas, temendo represálias, uma vez que o conjunto da Estrada dos Caboclos é área dominada por milícias.

Outra reportagem feita também pelo jornal Extra, edição de 14 de julho de 2013, compara o tratamento dispensado aos monumentos em bairros do Centro, da Zona Sul e da Zona Oeste. A matéria sob o título “Por que lá a história é outra?” apresenta fotografias de vários monumentos, indicando o mal estado de conservação dos que se localizam na Zona Oeste. Inclusive a estátua do Comendador Alvarenga, de tradição política na região, inclusive citada por Diniz (1982).

De maneira semelhante à reportagem anterior, o órgão responsável pela manutenção dos monumentos da cidade, no caso a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços garante “que se faz presente de forma igualitária em todas as regiões do Rio.” A própria reportagem nega a afirmação. Vale lembrar que ambas as reportagens não foram colocadas no caderno direcionado à região e sim no corpo do jornal de circulação mais ampla, ou seja, por todo o estado.

O Jornal O Povo em seu caderno voltado para a Zona Oeste, edição de 12 de outubro de 2013 divulgou a participação do vice-governador Luiz Fernando Pezão, candidato ao governo do estado no já citado 18º Café com Ideias, ocorrido em setembro de 2013. No corpo do jornal, apenas a notícia em si, apresentada da forma tradicional.

O editorial do jornal, no entanto, indica um posicionamento que aponta para as pretensões políticas de seu proprietário, Alberto Ahmed. Logo no início, ficam claras as diretrizes relacionadas ao projeto de aproximação com a região, especificamente Campo Grande, quando afirma que:

A representatividade da Zona Oeste da cidade com destaque para Campo Grande, sua 1ª capital, é preciso ser repensada. É preciso combinar com a sociedade as estratégias de ação com vistas aos resultados almejados, tem que ser planejadas e executadas na íntegra; o resultado é outra questão.

O bairro de Campo Grande é elevado ao posto de 1ª capital da Zona Oeste, donde podemos concluir duas possibilidades: 1) o jornal é favorável ao projeto de emancipação da região; 2) a nítida intenção de não ferir suscetibilidades, no que se refere a Bangu, já que há uma disputa entre os dois bairros pela primazia de bairro mais desenvolvido econômica e culturalmente da Zona Oeste. Tal postura implica em possível angariação de votos em provável candidatura do jornalista Albert Ahmed, sem criar conflitos maiores.

O editorial prossegue em sua análise ponderando a respeito da visita do atual vice-governador e candidato Luiz Fernando Pezão à ACICG aproveitando para explicar o funcionamento, a ritualística do encontro. Conforme o jornal, as autoridades convidadas:

Precisam ouvir as reivindicações e responder objetivamente. No formato atual elas ouvem e respondem superficialmente, aproveitam suas falas para dar publicidade aos seus atos de governos. Nesse momento fica flagrada a falta de responsabilidade com o que falam, pois os resultados são negativos, e mesmo assim, eles têm coragem de lembrar, numa clara demonstração de que sabem que não serão cobrados.

Imediatamente podemos relacionar a forma de interpretar do editorial com a fala de entrevistada Angélica quando citou sua presença no “Café” representando a instituição em que trabalha.

A passagem que transcrevemos agora reitera ainda mais o sentimento de utilizar o evento como propaganda política e possibilidade de arregimentar e multiplicar votos junto aos empresários mais abastados do bairro:

Esse tipo de evento parece ser político quando deveria ser técnico. A boa vontade com que eles aceitam vir aponta para isso. O público também explica: uma parcela muito pequena é de cidadãos comuns ou identificados como lideranças classistas ou comunitárias. A grande maioria é formada por políticos e seus correligionários que estão ali trabalhando por seus mandatos e empregos públicos. Isso justifica as palmas, resultado da formação da platéia.

Voltamos a afirmar que a crítica efetivada pelo jornal tem relação com o propósito de buscar apoio político sem se “queimar” junto aos “donos do poder”, uma vez que não há críticas contundentes aos organizadores da reunião, mas sim aos políticos ou autoridades que a ela comparecem. Lembra aquela velha história de não fechar as portas, pois um dia pode precisar passar por elas.

Ainda na mesma edição, o jornal inclui reportagem sobre a precariedade no atendimento da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), localizada na Av. Cesário de Melo, no bairro São Jorge. A equipe de reportagem informa que encontrou a Unidade “abandonada”, uma vez que não havia médicos para atender aos pacientes. E o hospital Rocha Faria “não atende orientando para as UPAS.”

Ressaltamos mais uma vez que o jornal foi editado em outubro de 2012, mês de eleições e tal procedimento não pode ser considerado apenas como uma simples reportagem, ou seja, estava imbuído de propósitos políticos claros e óbvios.

O caderno do jornal é específico da Zona Oeste e assim como O Amarelinho, também distribuído gratuitamente. Pelo fato de tratar questões da Zona Oeste, os jornais foram também fontes de pesquisa de outros temas, analisados em tópicos incluídos mais adiante nesta dissertação.

Com a intenção de fundamentar e confirmar as prerrogativas ligadas ao poder estabelecido e ao posicionamento das elites do bairro, registramos reportagens alusivas à questão das relações de poder estabelecidas no âmbito da política local e os representantes da região, com reportagens publicadas no Jornal O Amarelinho.

Esclarecemos que, para evitar leitura repetitiva e enfadonha, selecionamos apenas edições que se reportassem diretamente aos objetivos propostos pela pesquisa.

A maneira pela qual as notícias foram divulgadas segue o mesmo direcionamento do que propomos no que tange à preservação e priorização dos interesses locais, conforme Bezerra (1999, p. 103) em relação à categoria base eleitoral:

A base eleitoral está associada ao desempenho da função parlamentar. Ela não é somente o local ao qual o parlamentar retorna, mas é para onde dirige sua atividade. Ressalte-se, portanto, a importância atribuída às bases – em detrimento, por exemplo, da referência a grupos ou a ideia de nação – na definição a respeito da atividade parlamentar.

Mesmo que a argumentação defendida pelo cientista político faça referência ao mandato de legislatura parlamentar de deputado federal, acreditamos que a mesma seja pertinente às situações abordadas pelas reportagens do jornal local, tendo em vista a dimensão de um bairro para com o município ou até mesmo o estado no qual está inserido, como é o caso de Campo Grande e seus representantes.

A nota publicada na edição de janeiro de 2012 projeta de maneira categórica o que por nós foi afirmado enquanto importância política da Zona Oeste. A publicação se refere ao lançamento da campanha do deputado federal Rodrigo Maia e da deputada estadual Clarissa Garotinho, na disputa pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro. A chapa uniu o filho de Cesar Maia, candidato a prefeito e a filha de Anthony Garotinho como vice, em parceria que teve o objetivo de destronar Eduardo Paes.

Iniciamos a argumentação em relação às questões do exercício parlamentar e as relações com a política local com nota publicada na edição de janeiro de 2013, em que a ACICG parabenizou a imprensa da Zona Oeste em reunião ocorrida no dia 21 de dezembro de 2012. O texto é singelo e direto, deixando claro as relações bem próximas entre as entidade empresarial e a imprensa local, ao evidenciar que

O evento foi realizado com o objetivo de agradecer aos profissionais pela parceria entre a imprensa e a ACICG. O presidente da entidade aproveitou para parabenizar a todos pelo grande trabalho realizado em prol da região e salientou que essa parceria tem rendido bons frutos.

O texto finaliza informando que participaram do encontro o presidente da ACICG, Guilherme Leite Eisenlohr, e a secretária de imprensa da ACICG, jornalista Silvia Fernandes, que *também é colunista do jornal* (grifo nosso) em referência. Fica nítida a relação entre os empresários e a imprensa local.

Na mesma edição é citada a reunião do prefeito com a ACICG em que o alcaide garante a total pavimentação da Avenida Alhambra e também a construção de uma ponte sobre o rio Cabuçu, como opção de saída da Estrada do Monteiro e acesso à Estrada da Cachamorra, no bairro Brito. A obra possui desdobramentos e, segundo o jornal, acarretaria melhorias e urbanização nas comunidades do entorno futuramente. Embora já tenha sido citado anteriormente, reiteramos o fato de que a empresa Michelin se localiza exatamente no final do bairro onde a ponte deverá ser construída.

Sabemos que é perfeitamente normal a presença das autoridades governamentais nos bairros, mas chama a atenção o fato de o prefeito comparecer às reuniões com o empresariado local e enviar secretários quando o encontro se dá com lideranças comunitárias. Temos aí, perfeitamente evidenciada a relação do compromisso entre o poder central, na pessoa do prefeito e o poder local, representados pelos empresários mais poderosos. Também comparecem alguns políticos, em geral favoráveis ao executivo e também sua claqué, para demonstrar apoio.

Pelo que tem acontecido no bairro, somos levados a crer que o poder central encontra-se bastante fortalecido, assim como Leal (1997) indica em seu texto, provavelmente apoiado pelos investidores desse modelo de cidade (Revista Caros Amigos; nº 204; março/2014; p. 25) e o empresariado local, mesmo com grande poder interno sucumbe e apóia o projeto, de acordo com seus interesses. Todavia, tenta negociar em alguns aspectos, visando até mesmo sua projeção e a manutenção do poder local.

Ainda na edição de janeiro de 2013, a coluna Panorama Político, de Renato Reis apresenta diversas notas que associam diretamente o exercício da política aos interesses locais. Reproduzimos algumas delas na íntegra, pois avaliamos ser de crucial importância para analisar e fundamentar empiricamente a pesquisa. Outras, somente comentamos. Iniciamos com as notícias da posse do vereador Zico:

REFORÇO NA BANCADA CAMPO-GRANDENSE” – Antônio José Papera de Azevedo, o Zico, radicado na região de Santíssimo, assumiu no início da tarde do dia 2 de janeiro, o cargo de vereador na Câmara Municipal do rio de Janeiro, no lugar da vereadora Cristiane Brasil (PTB), que aceitou o convite do prefeito Eduardo Paes para permanecer à frente da Secretaria Especial de Envelhecimento saudável e Qualidade de Vida (SESCV), como a coluna já tinha adiantado em edições anteriores. A posse de Zico foi realizada no Salão Nobre, conduzida pelo presidente da CMRJ, vereador Jorge Felipe (PMDB). O ato foi prestigiado pelos vereadores Laura Carneiro (PTB), Dr. Jairinho (PSC), Renato Moura (PTC), Marcelo Piuí (PHS) e Carlo Caiado (DEM), além de amigos e familiares. Zico tem 46 anos, recebeu 6.419 votos nas eleições de outubro do ano passado e era o primeiro

suplente do PTB. Ele terá a vereadora Laura Carneiro como companheira de bancada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Além dos dados pessoais e do número de votos do vereador, a nota ressalta a importância do fato de o mesmo se tornar mais um representante da Região Campo Grande, como o próprio título da notícia notabiliza. Paralelamente, coloca em evidência os pares que prestigiaram sua posse, na tentativa de valorizar seu mandato, vinculado ao bairro.

A coluna comenta que “com seis vereadores em mandato, Campo Grande tem o privilégio de reunir em seu território mais de 10% da bancada do Poder Legislativo.”

O colunista argumenta que Campo Grande “deve aproveitar a expressiva bancada que tem como representante e o fato de ter um vizinho como vice-prefeito para cobrar a continuidade de obras importantes como a reforma da rodoviária, a destinação do mercado popular e a implantação do BRT.”

Prossegue ainda solicitando que, enquanto responsável pelo Desenvolvimento Social, o vice-prefeito Adilson Pires deveria passear pelas ruas do bairro e constatar o número elevado de moradores em situação de rua, exclamando que “a situação é de lascar”.

Percebemos nas duas notas publicadas pelo jornal a busca pelo atendimento das demandas locais, de acordo com o que Bezerra (1999, p. 110) aponta em relação aos pleitos já que:

Pela natureza dos vínculos postos em ação, criados e renovados através do atendimento desses pleitos, o registro desses pedidos pode ser visto como uma forma de objetivação das práticas clientelísticas. De outro modo, os esforços efetuados no sentido da racionalização das ações de ordenamento e utilização das informações relativas aos pleitos parecem indicar uma certa preocupação em tornar mais eficaz o atendimento de caráter clientelístico.

Identificamos, então, o caráter dialético proposto por Oliveira (2003, p. 65) no sentido de explicar a implantação das práticas capitalistas no Brasil, que segundo o autor “sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação”.

Outra nota cita a ex-secretária de trabalho e renda do município do Rio, Rojane Calife Jubran Dib, que já exerceu cargo de mando na 9ª Coordenadoria de Ensino (Campo Grande), foi subsecretária de Educação, todos na gestão do ex-prefeito e atualmente vereador Cesar Maia. A nota divulga a entrada da ex-secretária na equipe do mandato atual de Cesar Maia, que acreditamos fazer parte da estratégia de manter “possíveis” votos no bairro. Rojane também exerceu cargo político na Secretaria de Educação do município de Nova Iguaçu no segundo mandato da gestão de Lindberg Farias.

Importante frisar que na edição de março de 2014, a mesma coluna – Panorama Político- publica nota em que a jornalista Wilma Martins, também do bairro, comemorou seu aniversário com a ex-deputada Aparecida Boaventura, atualmente exercendo o cargo de diretora de Operações Imobiliárias da Companhia de Habitação do Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo sem fonte comprobatória, é fato notório entre professores e professoras de Campo Grande o calote dado por essa senhora no corpo docente, ao fechar a escola de sua propriedade, o antigo Colégio Campo Grande, que posteriormente foi adquirido pela Secretaria Estadual de Educação. Hoje, em suas dependências, funciona o Colégio Estadual Jeanete Mannarino. As dívidas trabalhistas, até o momento não foram pagas aos professores.

Os dois casos citados acima, ainda que não estejam vinculados à realidade da área rural, confirmam o posicionamento de Leal (1997, p. 41) ao definir que “desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.” Dessa maneira, à guisa de conclusão, este fato só ratifica o que defendemos nesta pesquisa, já que o exercício de cargos públicos se restringe a determinados

grupos ligados ao poder. No caso de esse grupo não conseguir alcançar seus objetivos políticos, ele se mantém coeso em outra esfera, aguardando o momento mais propício de retornar ao topo. Vilaça e Albuquerque (2006, p. 41) se posicionam nessa mesma direção quando abordam a questão do rompimento do pacto.

Acrescente-se ainda, que o ex-vereador Romualdo Boaventura, também exerceu cargo político na gestão de Cesar Maia, sendo mais um integrante do grupo político destituído do poder local, mas mantendo ainda vínculos com as relações de poder. O nome do ex-vereador figura na organização de diversos eventos no bairro, como a Semana de Campo Grande, em comemoração ao contradito “aniversário” do bairro. Consta também como organizador do carnaval de rua mais badalado do bairro, o bloco da Geriatria, próximo ao centro de Campo Grande, sempre lotado e com enorme possibilidade de votos.

Já podemos verificar através dos relatos que a presença dos políticos visíveis e invisíveis se faz notar. O texto da nota de falecimento de Joaquim Carlos Câncio de Pontes, o Tamba, na mesma edição de março/2014 também acena nesse sentido ao referendar-lhe como “um homem sonhador. Acreditava que podia, através da política, melhorar a realidade do lugar onde nasceu e foi criado.” Fechando a nota, o colunista indica que Tamba foi um militante que superou as limitações e em algumas ocasiões obteve resultados eleitorais superiores a quem tinha muito mais condições.

Ao enfatizar o projeto do vereador Edson Zanata, “considerado pela imprensa como um dos parlamentares mais atuantes da Câmara Municipal do Rio”, na edição de janeiro/2014, o jornal garante que o mesmo “vem colhendo manifestações favoráveis também na Zona Oeste por marcar presença frequentemente em eventos que defendem as causas de relevante importância para a região, como, por exemplo, o projeto Café com Ideias, da ACICG.”

O projeto de lei nº 191/2013 de autoria do vereador em questão, determina a transferência de enfermos emergenciais de hospital público para hospital privado nos casos de ausência de médico especializado, visando redução do número de mortes ocorridas por falta de atendimento na rede pública ou por inexistência de médico especializado. As despesas com o atendimento devem ser prontas e devidamente ressarcidas pelo Poder Executivo Municipal.

O editorial elogia Zanata pela sua participação no “Café”, na mobilização promovida pela 29ª Subseção da OAB (Campo Grande) em apoio à Associação de Defesa dos Consumidores da Zona Oeste contra a cobrança da taxa de esgoto e nas reuniões do conselho Comunitário de Segurança. Em nossa opinião, este procedimento adotado pelo vereador pode ser parte de uma estratégia para conseguir o apoio dos poderes locais, mais precisamente dos empresários, tendo em vista sua filiação ao PT. Baseio minhas informações em conversas mantidas com dois militantes do PT local, que afirmam a mudança na postura do então vereador já há algum tempo. Pressões, visão política mais realista, ciente da realidade local? Tudo nos leva a crer na existência de barreiras intransponíveis para alguns simples “mortais” diante da ordem estabelecida.

Na edição de março /2014, o jornal dá destaque ao pronunciamento do vereador Zanata no tocante ao trânsito caótico do bairro. Apresentando-o como crítico costumado do modelo adotado pela Prefeitura do Rio para a gestão do trânsito em Campo Grande, o jornal discorre todas as críticas feitas por Zanata, inclusive as dirigidas ao secretário municipal de Transportes, Carlos Osório. Percebemos aqui a intenção de exercer pressão sobre o poder central, uma vez que os interesses locais estão sendo prejudicados pela confusão provocada por pretensa má gestão do secretário, acusado, inclusive de não se sensibilizar com os problemas da região.

Curiosamente, na mesma edição, o jornal explicita a presença do secretário Carlos Osório no Café com Ideias, e que o mesmo prontamente atendeu à solicitação dos empresários presentes na reunião. Segundo o jornal, o secretário se “comprometeu a participar dos

debates sobre a melhoria da circulação viária no bairro, o que, no entanto, ainda não foram formalizados. O discurso do presidente da ACICG apela para que os empresários sejam ouvidos quando observa que “somente através do diálogo vamos atingir nossos objetivos. Precisamos estar juntos para resolvermos os problemas. *“Ninguém conhece a nossa região como nós mesmos”* (grifos meus)

O texto discorre ainda sobre a formação de grupo de trabalho para discutir as questões, como já foi sinalizado anteriormente. Contudo, acreditamos tratar-se de bravata do secretário, que está se despedindo da pasta, uma vez que vai concorrer a cargo eletivo nas eleições de outubro. O mesmo está em franca campanha política, configurando, inclusive, o quadro de utilização da “máquina” política relacionada por Diniz (1982).

Encerramos essa análise com a observação de que as reportagens apresentadas não possuem caráter aleatório. Ao contrário, indicam um direcionamento político definido, de uma lado, por posições de manutenção da ordem vigente, no caso dos jornais confeccionados no bairro, por um lado. De outro, a tentativa de inserção política na região, na busca de obtenção de apoio, tanto ao nível popular como entre os membros das elites locais.

Reportamo-nos novamente às análises realizadas por Diniz (1982) no que diz respeito à formação e uso da máquina política para produzir votos e também de Kuschnir (2007) no tocante à questão da cultura política da região. Sob essa ótica, incluímos Palmeira (1996) em sua explanação sobre a disputa política e votos.

Finalizando a questão das práticas clientelísticas, lanço mão do que penso ser de fundamental importância para justificar os objetivos da presente pesquisa. A nota divulgada por Berenice Seabra, no jornal Extra, edição do dia 17 de março de 2013 resume o ponto de vista relacionado à questão do “curral eleitoral”, da aplicação das práticas clientelísticas e do neocoronelismo na região. Ainda que não se limite apenas ao bairro de Campo Grande e sim à Zona Oeste como um todo, o mesmo encontra-se inserido no processo de dominação política vigente e que as forças econômicas e políticas não enfrentam de forma contundente e definitiva, compondo “arranjos” em torno de interesses inerentes a cada grupo.

O título da matéria “A novíssima configuração de forças eleitorais” revela por si só as pretensões políticas destinadas à disputa pelos votos da região e ao mesmo tempo indica uma possível quebra do “poder estabelecido.” Reproduzo toda a nota com o objetivo de permitir a vitalidade e eloquência dos fatos narrados. A nota inicia informando que:

O chefe da Casa Civil da Prefeitura do Rio, Pedro Paulo Carvalho (PMDB), tem perambulado – e muito! – pela Zona Oeste. E sempre na companhia do deputado estadual Coronel Jairo e do filho do moço, o vereador Jairinho, do PSC. As péssimas línguas dizem que o peemedebista quer o apoio da dupla – e principalmente os votos – na região. **A Zona Oeste é reduto eleitoral de pai para filho.**

Antes de prosseguir com a nota, ressaltamos que não foi possível obter a entrevista com o Coronel Jairo, também acusado de participação em grupos de milicianos, mas intocável em suas práticas. A afirmativa em negrito confirma nossa hipótese em relação à existência de práticas clientelísticas que se aproximam do coronelismo proposto por Leal e por Queiroz. Além disso, reitera toda a literatura utilizada para a confecção da dissertação, confirmando também as entrevistas realizadas. A bem dizer, o bairro de Campo Grande está sujeito politicamente, ao domínio exercido por grupos, ligados ou não às milícias, que dividem o poder entre si.

Voltemos agora ao restante do texto da nota. A jornalista utiliza o subtítulo:

“Um ano decisivo” para explicitar as pretensões políticas afirmando que “Pedro Paulo vai disputar a reeleição para deputado federal, mas está preocupado com a sucessão do prefeito Eduardo Paes (PMDB) em 2016. Por isso, quer garantir uma votação expressiva já no ano que vem, Só assim, terá munição para desbancar a

concorrências de Rodrigo Bethlem, Luiz Antonio Guaraná, Antônio Pedro Figueira de Melo...

Fazendo a leitura de forma bem direta, o deputado Pedro Paulo quer garantir sua candidatura a prefeito com os votos da região que possui o maior quantitativo de votos do município, a Zona Oeste, daí sua aproximação com os “coronéis” locais, politicamente analisando. A estratégia de buscar o apoio do coronel Jairo, além de evidenciar seu poder político, ilustra as práticas políticas relacionadas ao coronelismo e ao mandonismo.

A autora termina a matéria com a expressão “Dor de cotovelo”, ao sinalizar a reação do outro grupo político que recebe apoio dos “mandões” locais: “Quem não deve estar gostando nem um pouco do novo chamego lá pelas bandas da Zona Oeste são os Picciani. As famílias são aliadas tradicionais. Em 2010, Jairo pediu votos para o deputado federal Leonardo Picciani”. (PMDB)

Após apresentar as reportagens publicadas em jornais, não necessariamente locais, consideramos relevante destacar a reunião ocorrida no dia 30 de outubro de 2012, no sítio Natureza e Lazer, em Campo Grande. Promovida pelas associações industriais e comerciais de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz e Realengo, a reunião contou com a presença de seis dos 13 vereadores eleitos da Zona Oeste. Embora todos tivessem sido convidados e confirmado presença, apenas Edson Zanata, Eliseu Kessler, João Mendes, Junior da Lucinha, Marcelino D’Almeida e William Coelho compareceram ao café da manhã.

Segundo Wagner Ferreira, presidente da Associação Comercial e Empresarial da Região de Bangu (ACERB) o evento representou:

O primeiro passo de um processo democrático com participação mais ativa das lideranças no contexto da Zona Oeste. É chegado o momento da sociedade dizer aquilo que quer. É um processo que as associações comerciais estão entendendo, este é o primeiro passo de uma longa caminhada da construção de um modelo democrático.

Complementando o quadro de parlamentares da região na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, citamos Dr. Gilberto, Eduardão, Elton Babu, Jairinho, Jorge Felipe, Luiz Carlos Ramos e Renato Moura. Na ocasião, os presidentes das associações e os representantes do Legislativo Municipal apresentaram a “Carta da Zona Oeste – Compromisso com o Desenvolvimento”, documento assinado por todos, em que se comprometeram publicamente a reafirmar os compromissos assumidos com as entidades que representam, bem como a defesa da população que os elegeu.

Resumindo, o documento contém uma série de compromissos assumidos por ambas as partes, sempre direcionados à Zona Oeste, incluindo o legado decorrente dos investimentos direcionados aos grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude, já ocorrida, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O texto assinala a necessidade de as partes envolvidas atuarem juntas, em “permanente diálogo, no sentido de encontrarmos os melhores meios de prover a ZO de políticas públicas voltadas exclusivamente para o seu pleno desenvolvimento.” Este trecho aponta nitidamente a defesa dos interesses da região, confirmando os pressupostos relacionados por Bezerra (1999), Leal (1997), Queiroz (1976), Diniz (1982) e Vilaça e Albuquerque (2006), no que diz respeito ao atendimento das demandas locais por parte do parlamentar eleito. De maneira geral, ele deve voltar-se para suas bases eleitorais.

Paralelamente, o documento implica também no conceito de cidade escassa (BURGOS, 2004) tendo em vista as carências apontadas no referido documento em relação a “maiores investimentos em Saúde, Educação, Esporte e Cultura.”

Vale a pena ressaltar as dificuldades encontradas na realização da pesquisa, já que quando as perguntas giravam em torno da atuação dos milicianos, mesmo em espaços e com interlocutores conhecidos, houve recusa para responder tais questões, afirmando desconhecer as atividades exercidas pelas milícias. Devido a esses problemas, tive até que mudar o esquema de entrevistas. Entretanto, com o tempo, surgiram mais facilidades para realizá-las, mas sempre diante do alerta de que os nomes não seriam revelados.

3.4 - As milícias em Campo Grande

Nos últimos anos, o aspecto que mais tem se notabilizado diz respeito à questão da violência urbana, que não pode nem deve ser vista “apenas como consequência, como algo derivado da ação de outras forças sociais, mas como fenômeno que tem uma densidade e lógicas próprias. E não é fácil de entender” (VELHO, 2007, p. 17).

Neste tópico descrevemos o funcionamento das milícias em Campo Grande, indicando suas possíveis origens, formas de atuação, territórios de domínio, a reação da população diante da ação dos milicianos e, principalmente, problematizamos as relações de poder e os vínculos estabelecidos com base na reciprocidade, a partir de interesses de ambas as partes (Alves, 2003) seja através de cargos eletivos ou do apoio a determinados candidatos, como ocorreu nas últimas eleições com o apoio dos milicianos de Inhoaíba ao candidato Junior da Lucinha.

As reportagens selecionadas aludem aos mais variados fatos, mas que se repetem, tendo em vista as práticas adotadas pelos grupos de milicianos que atuam na região e no bairro.

As entrevistas realizadas conduziram, em grande parte, para a conclusão de que o medo e o terror imperam nos sub-bairros controlados pela milícia. Encontramos posicionamentos favoráveis a esses grupos, sob a argumentação, como alegaram o ex-prefeito e hoje vereador Cesar Maia e o atual prefeito Eduardo Paes, de ser a milícia um “mal necessário.” Seus defensores garantem que ela contribui para a eliminação da violência provocada pelo tráfico de drogas.

Em todas as entrevistas, todas mesmo, a pergunta referente ao posicionamento em relação às milícias causava incômodo perceptível. Por vezes, sorrisos de preocupação, em outras, uma latente vontade de não responder ou, ainda, respostas evasivas, demonstrando cuidado ao elaborá-las. Todavia, em sua grande maioria, o incômodo devia-se ao sentimento de indignação devido ao quadro de terror imposto pelos grupos paramilitares e suas lógicas de extermínio de pobres na periferia, antigas e atuais.

Abordaremos a partir de agora, o posicionamento de cada um/a dos/as entrevistados/as em relação à atuação dos grupos de milicianos e um possível dano causado à imagem do bairro.

O questionamento gira em torno das seguintes perguntas: a atuação desses grupos pode prejudicar a imagem do bairro junto ao governo municipal e até mesmo estadual? Na ausência de segurança e um policiamento satisfatório em nossa região, a atividade das milícias ou de grupos privados armados é justificável, talvez com um mal menor?

Ângelo é direto e econômico em sua resposta. Alega não haver prejuízo, pois “não vai prejudicar não, porque o governo ignora, o governo não enfrenta”, mas comenta que politicamente o governo vai acabar exercendo o controle sobre esses grupos, o que em sua opinião, já está acontecendo.

Admite a existência desses grupos, porém assevera que é “um negócio muito localizado” e não envolve o bairro como um todo, ficando limitado ao reduto desses grupos. Mais adiante poderemos verificar tratar-se de uma opinião equivocada, tendo em vista o

domínio estabelecido sobre vários sub-bairros de Campo Grande, inclusive onde não havia tráfico de drogas no local, motivo tão propalado pela alegação e defesa da instalação das milícias no bairro e até mesmo na cidade como um todo (CANO; DUARTE, 2011).

Além disso, reafirma que a atuação da “família” Jerominho não chegou a afetar a economia do bairro, já que, conforme dito anteriormente, em sua opinião, eles se limitam aos seus redutos, territórios, não extrapolando os limites. Agem somente nos redutos por eles dominados.

Do ponto de vista de Sérgio Manoel, o poder paralelo nunca “pode ser maior que o poder público”. Reconhece que esse poder paralelo existe, mas a seu ver ele “não tem que ser maior”. Registro que nesse ponto o entrevistado gaguejou, riu e não concluiu, alegando ter se perdido na pergunta.

Volto à pergunta e Sérgio Manoel complementa dizendo que “se o bairro tiver esse poder tão forte, o poder público tem que entrar e destruir.” Ratifica comentando que esse poder não pode comandar as ações no bairro.

Alega não ter muito conhecimento para falar se houve alguma melhora na parte econômica, e não vê dessa maneira, preferindo não se aprofundar muito nesta questão. Informa ainda que não é de seu conhecimento a existência de grupos que tenham exercido poder assim tão forte. Relata que “o que a gente lia através dos jornais, foi assim, o poder público conseguiu dominar, isso até onde eu sei. Então eu acho que não chegou a ajudar ou a prejudicar a economia do bairro não, até onde eu sei.”

Em relação à segunda pergunta, enfatiza “que tem que ter policiamento, tem que ter a polícia dominando caso aconteça de verificar esses grupos menores, seja de milicianos, seja de crack, seja lá o que for, qualquer outro grupo.”

Exprime seu pensamento afirmando ser muito complicado o assunto, tendo em vista à falta de efetivo, os policiais acabam dobrando seu turno de serviço para dar conta desse policiamento. No entanto, reitera a posição assumida pelas autoridades nos encontros mensais, os já citados cafés da manhã, de agir com firmeza em relação à manutenção da ordem no bairro, quanto ao surgimento de quaisquer grupos, sem distinção.

Ressalta ainda a atuação do poder público que conseguiu conter e diminuir o poder exercido pelos grupos de milicianos no bairro. E que não vê, “hoje, na mídia uma ação tão forte em cima de grupos na área de Campo Grande.”

Como ex-presidente de seção eleitoral e atualmente responsável por uma ONG que atua junto a crianças e adolescentes em situação de risco, Angélica tem uma proximidade muito grande com diversas situações em se tratando de políticas públicas e atuação parlamentar. Além disso, por sua atuação política, conhece alguns meandros das relações de poder estabelecidas tanto em Campo Grande quanto em Pedra de Guaratiba, onde exerce sua atividade profissional.

Esses bairros possuem muitas coisas em comum, como a história política, as dificuldades quanto aos transportes públicos e, principalmente o que nos interessa aqui, ou seja, o tema que diz respeito à atuação das milícias junto à população mais pobre dessas áreas que ora nos servem de objeto de estudo.

Ela começa analisando a questão da segurança, tendo em vista toda uma cultura do medo instaurada em nossa sociedade, bem como a valorização de aspectos relacionados ao consumo, ou à sensação dos jovens no que tange ao exercício de poder. Roupas de marca, prestígio, virilidade, são alguns dos pressupostos aventados na satisfação dos desejos materiais e subjetivos (ZALUAR; RIBEIRO, 2009).

Baseando-se em suas experiências pessoais e profissionais, nos fornece detalhes de como os milicianos ou grupos ligados a eles atuam no sentido de empoderar-se nos cargos que possibilitam o exercício do poder, utilizando-se das mais variadas formas de ascensão, seja o clientelismo ou a coerção.

Inserido neste contexto, reproduzimos sua fala quando associa a questão da segurança com a política:

Eu acho que, como muitos dos poderes que tá, digamos assim, fazendo a segurança, tanto do que está fazendo a política, muitas vezes tem uma associação direta quando você ameaça o cara da falta de segurança, que você vai virar vítima, você tem que pagar sobre aquela segurança no bairro, dar aquele valor por mês. Ou ligada ao transporte alternativo e tal. Eu acho que quando chega à hora da eleição, isso tudo é usado da mesma maneira, pra te obrigar a votar naquele cara. Só muda a época.

Prossegue, discorrendo sobre a obrigatoriedade de pagar pela segurança, afinal você pode ter um filho jovem, que chega tarde da faculdade. E aí, o que pode acontecer? Ela mesmo responde “abra os olhos para isso”, ou seja, a pessoa tem que corresponder com esses grupos para não se dar mal. E aí, quando “chegam as eleições, determinados políticos caem no colo dessas pessoas, literalmente e são esses políticos que receberão os votos”, afirma.

Em sua opinião, é uma forma de “fazer o cabresto daquela comunidade em relação aquele político, por que é tudo misturado, pois esse poder “paralelo”, de milícia, de poder do tráfico armado muitas vezes são eles que bancam e sustentam esses e outros candidatos.”

Vale registro a narrativa da disputa pelas eleições até mesmo nos Conselhos Tutelares, onde verifica-se não só a presença de milicianos, mas também de religiosos, como foi o caso da Igreja Universal, que inclusive terminou com uma ação do Ministério Público para embargar a eleição. Nem esse órgão conseguiu barrar a eleição.

De acordo com Angélica, chegavam ônibus e mais ônibus levando eleitores:

Porque a eleição do Conselho Tutelar é feita na comunidade, mas a comunidade não conhece e nem discute esse processo. Muito menos sabe para que serve o conselheiro tutelar. Então o voto de cabresto é muitíssimo mais fácil. Então tanto foi mandato em alguns momentos pela Igreja, como em outros momentos pela milícia.

Isto se refletia no atendimento à população, quanto às punições aplicadas, violando os Direitos da Criança e do Adolescente, através de formas absurdas, segundo ela. Isto se repetia com o objetivo de “corrigir” o menor infrator para que o corretivo servisse de exemplo e não ocorresse novamente. Pura demonstração do poder da milícia, causando indignação em algumas famílias. Mas a equipe técnica não tinha vez nem voz.

Angélica credita a essa necessidade de punição ao aspecto da lei do mais forte, vigente na sociedade brasileira, “uma sociedade adultocêntrica” com uma visão que cobra uma atitude do adulto diante de algum ato de “rebeldia” da criança e do adolescente, neste caso específico.

Quanto à melhoria ou não da economia do bairro, Angélica preferiu não se pronunciar, alegando não ter conhecimento suficiente para discorrer sobre o assunto.

Acreditamos que os fatos narrados acima corroboram nossa hipótese em relação à existência de um coronelismo urbano, vinculado a novos grupos que tentam, sobremaneira, exercer e exercem o poder através de suas mais variadas clivagens.

No que se refere a essa questão, Janaína acredita que a atuação dos grupos milicianos pode sim, prejudicar a imagem do bairro. Considera um erro as falas do prefeito e do governador apoiando as milícias. Ela julga que é “como você fizesse parte daquele grupo, você aceitasse o grupo como um todo. Foi o erro do nosso governador considerar melhor ter a milícia porque a gente não tem polícia suficiente e a milícia vai ajudar a polícia.”

Segundo Janaína, a frase do governador, citada acima, foi um equívoco, “porque o tiro saiu pela culatra, pois o grupo começou a cobrar dele coisas que ele não podia dar nem aceitando tudo o que eles queriam. Foi onde começou a guerra.” Ainda de acordo com suas considerações, a milícia queria ultrapassar o poder do governo.

Julgando-se incapacitada para tal empresa, preferiu não emitir opinião sobre os aspectos econômicos relacionados à atuação das milícias e as empresas do bairro.

Ressalto que as entrevistas foram concedidas quase sempre em locais de trabalho, tendo em vista os riscos inerentes e que, com certeza inibiriam os entrevistados/as.

Apesar de certa resistência inicial no tocante ao tema da pesquisa, com o passar do tempo as entrevistas foram sendo concedidas com mais facilidade e pelo que pude perceber, a grande maioria se posiciona contrariamente à presença da milícia, talvez em decorrência da mudança na postura da mídia em relação às ações desses grupos após o episódio do Batan (CANO; DUARTE, 2012). Entretanto, a maioria absoluta se sente atemorizada e, intimidada, acaba “concordando” em efetuar o pagamento. Ou seja, embora aparentemente discordando das práticas violentas dos milicianos, se vê obrigada a “aceitar” suas imposições, quase sempre sob ameaça. Contudo, algumas pessoas consideram as milícias como mal necessário, direcionamento que acompanha a opinião do ex-prefeito Cesar Maia (CANO; DUARTE, 2012), do atual prefeito Eduardo Paes (entrevista concedida ao telejornal RJ TV) e também do governador Sérgio Cabral.

Atentam para este apoio ao relatarem a redução na incidência de crimes, como roubos e furtos a residências, a pedestres e de automóveis, bem como a repressão ao baile funk, considerado incômodo, porque “perturbador” da ordem e considerado atrativo para a violência.

Em diversos relatos foi possível identificar a questão da insegurança em relação, principalmente aos assaltos e pequenos furtos e ao tráfico de drogas, mas em todos se identifica nitidamente a sensação de terror imposta por esses grupos. As práticas de persuasão remetem a ameaças diversas, prática de assaltos a residências, inclusive com ações mais contundentes, boatos diversos com o objetivo de disseminar o medo e “convencer” os moradores de que a solução estaria na contratação da “segurança particular” por eles oferecida.

Aqueles/as que por ventura se recusam a pagar a taxa cobrada pelos milicianos vivenciam constante preocupação. A proprietária de uma loja voltada para a venda de alimentos e artigos para animais, localizada no bairro São Claudio, teve sua residência “vigiada” por alguns dias, até que seus filhos a convencessem do pagamento para evitar “problemas.” Em relação a esse aspecto, convém ressaltar, é claro, o uso corrente da violência. Conforme Cano e Duarte (2012), o tráfico de drogas inexistia em alguns sub-bairros, ficando nítida a preocupação com a arrecadação e não com a segurança da população.

Uma das pessoas entrevistadas narrou que um vizinho seu, comerciante, proprietário de um bar de porte médio no sub-bairro São Cláudio, é obrigado a comprar a cerveja vendida pelos milicianos para que possa continuar exercendo suas atividades. Em outra entrevista, uma moradora do bairro Oiticica, conta que, devido à disputa entre os grupos pelo controle da área, recentemente, um integrante da milícia local, foi morto com 23 tiros, que teria sido a quantidade de pessoas eliminadas por ele. Fato que por si só, demonstra o retorno às práticas “sensibilizadoras” utilizadas pelos integrantes dos grupos paramilitares da região. Tal fato não foi noticiado pela mídia, talvez devido ao apelo de ano de eleições e de Copa do Mundo.

Outro relato aponta para mais um ato ilícito, entre os tantos cometidos pelos milicianos, no sub-bairro Brito, uma vez que impedem a instalação de bocas-de-fumo, mas eles mesmos vendem a droga, adquirida na Vila Kennedy pelo chefe do grupo, fato que, caso verdadeiro, desconstrói toda a argumentação de “proteção” dada à comunidade contra o tráfico de drogas (ZALUAR; RIBEIRO, 2009; CANO; DUARTE, 2012).

Na pracinha do Largo do Correia, afirma outro entrevistado, aos domingos à tarde, a milícia local promove um pagode. Os donos de bar e barracas do entorno são proibidos de vender cerveja e refrigerantes, estando liberados apenas para vender lanches e salgados.

Vários são os fatos narrados ao longo das entrevistas, relacionados à atuação dos grupos milicianos, atestando sua presença ainda muito forte em Campo Grande. Todavia, os relatos se limitam às questões mais relacionadas ao cotidiano, principalmente no tocante à questão mais imediatista da segurança (CANO; DUARTE, 2012; ZALUAR; RIBEIRO, 2009).

A associação com candidatos a cargos eletivos aponta para uma espécie de “terreno movediço” ou desconhecido. Invariavelmente as respostas assumem caráter evasivo, refletido no posicionamento do “deve haver sim, a gente não sabe com certeza, mas deve haver”. Ou ainda “bem, você sabe que tem, que em alguns locais o voto já está definido, só “pode” votar no candidato “aprovado” pela milícia.

Sabe-se das restrições impostas a determinados candidatos para fazer campanha política às eleições no bairro como um todo, mas não se afirma com veemência o apoio da milícia ao candidato fulano de tal. Parece que a experiência de Jerominho, Natalino e Carminha Jerominho, representantes da “Liga da justiça”, serviu como lição e transformou as formas de atuação no sentido mais estritamente voltado à campanha eleitoral. Em nossa opinião, as relações de poder, assim como as demonstrações de poder passaram por mudanças, devido à opinião pública, principalmente após o já citado episódio do Batan (o seqüestro e tortura dos jornalistas do Jornal O Dia) e à CPI das milícias, levada a cabo pelo deputado estadual Marcelo Freixo. Mas o processo continua vigindo, só que de forma mais discreta, velada. Diversos crimes estão sendo cometidos, mesmo à luz do dia, porém, rapidamente o corpo da vítima é retirado do local, antes da chegada da polícia, conforme ocorrido em data recente na rua localizada atrás da escola municipal em que leciono, no bairro Amazonas, reduto de grupos milicianos.

No tópico anterior, utilizamos os jornais locais como fonte de pesquisa, no que se refere às relações clientelísticas existentes no bairro e as ligações entre os grupos sociais. Curiosamente, no que se refere às atividades e práticas relacionadas às milícias, localizamos apenas uma única nota publicada. Na capa do jornal O Amarelinho Notícias, editado em março de 2012, aparece a foto da ex-vereadora Carminha Jerominho, informando a recondução da mesma ao mandato de vereadora. Foi essa a solitária nota divulgada em relação ao nome de alguém, ao menos publicamente associado aos grupos de milicianos. Até mesmo quando o pastor Dijânio foi preso no bairro Amazonas, acusado de ser o contador da milícia denominada Liga da Justiça, além de matador frio e desumano (Jornal Extra, 07/12/2012), os jornais locais não se pronunciaram.

Inicialmente, um dos objetivos dessa pesquisa era comprovar a relação existente entre os “donos do poder” tradicionalmente falando e as milícias, acreditando na existência de uma relação hierarquizada entre esses dois grupos. Entretanto, com o desenrolar da dissertação, houve momentos em que inverti a lógica, inclinando-me pela avaliação de pretensa submissão das elites locais aos desmandos dos detentores da força bruta, para além do Estado.

Partindo de uma análise histórica, Zaluar & Conceição relatam as origens das chamadas milícias, seu conteúdo histórico, suas efetivas realidades em diversos países, explicando seus significados e assinalando a apropriação indevida do termo para designar os grupos de policiais, ex-policiais, alguns bombeiros e civis que formam grupos que, supostamente, garantiriam a segurança dos moradores/as em troca do pagamento de uma taxa. Além disso, lançam mão da oferta de serviços ilícitos, da obrigatoriedade de comprar produtos mais caros, como água e botijões de gás, da necessidade de pagamento para permitir a circulação de Kombis e vans que atuam no transporte alternativo, de candidaturas de seus líderes a cargos eletivos, além, é claro, dos métodos violentos de intimidação e de eliminação de pretensos criminosos. (ZALUAR & CONCEIÇÃO, 2007).

Cano e Duarte (2012, p. 13) cientificam que o:

Tema das milícias adquiriu notoriedade no Rio de Janeiro no ano de 2006, quando o termo foi cunhado para descrever grupos de agentes armados do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários etc.) que controlavam comunidades e favelas, oferecendo “proteção” em troca de taxas a serem pagas pelos comerciantes e os residentes.

Mesmo guardando determinadas diferenças em suas formas de composição e atuação, podemos relacionar as milícias atuais com atividades de controle baseadas na coerção e eliminação dos indivíduos considerados indesejáveis em determinados locais, como os esquadrões da morte, a polícia mineira, os grupos de extermínio. Sempre se fazendo presentes nas áreas mais pobres da cidade ou de sua área metropolitana, como a Baixada Fluminense, Itaguaí, São Gonçalo.

Em sua tese de doutorado publicada em 2003, José Cláudio Alves analisa a questão histórica do uso da violência praticada contra as classes sociais desfavorecidas e sua freqüente criminalização. Sua abordagem permite identificar a dimensão de como os aparelhos repressivos atuam, junto aos interesses políticos e econômicos de determinada localidade, visando garantir o *status quo*. A proximidade alguns municípios da Baixada Fluminense, como Seropédica e Nova Iguaçu com Campo Grande, além das semelhanças históricas, sociais, econômicas das regiões e relatadas em seu livro de forma séria e brilhante, serviram de inspiração para minha pesquisa.

Ao tratar dos grupos de extermínio, José Cláudio (2003) aponta que os vínculos entre a Polícia Militar e o esquadrão da morte podiam ser identificados não só pelas reportagens publicadas pelos jornais, mas também pelas “próprias características dos homicídios que ocorriam” (ALVES, 2003, p. 130). Da mesma forma, as “medidas punitivas adotadas contra policiais” (idem) atestavam a efetiva participação dos mesmos nos assassinatos cometidos em nome da “segurança” pública.

Consideramos importante frisar que alguns programas veiculados pelo rádio e pela televisão, representantes parlamentares, políticos eleitos ou não, sempre se manifestaram favoráveis à atuação desses grupos. Embora seja controverso e polêmico, concordamos com o posicionamento de que tais programas objetivam influenciar a opinião dos ouvintes e espectadores. De maneira alguma os julgamos como incapazes e facilmente influenciáveis pelos meios de comunicação. Apenas constatamos a disseminação de formatos específicos de tentativas de massificação e controle dos grupos dominantes sobre os dominados. Nesse contexto os meios de comunicação exercem seu papel, de acordo com seus interesses.

Na análise feita por Zaluar e Conceição (2007, p. 91) as milícias configuram “fenômeno novo no Rio de Janeiro, efeito das mal-sucedidas políticas de segurança pública ou da falta de algo que se poderia chamar assim”.

As pesquisadoras negam o caráter paramilitar das milícias compostas por ex-policiais, afirmando que as mesmas são formadas por “policiais que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que lhes fornece treinamento e armas.” De forma contundente e bastante realista, comparam as milícias aos primórdios da máfia, além de assinalar resquícios de autoritarismo, asseverando que

Estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros estados. A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira” (ZALUAR E CONCEIÇÃO, 2007, p. 91).

Através do conceito de sociedade política armada a questão da permanência da estrutura militar citada acima adquire concretude quando Dreifuss (1989, p. 26) afirma que “as forças militares do país são resultantes de um processo de configuração, consolidação, expansão e projeção de uma verdadeira sociedade, com sentido e alcance político, apoiada nas armas.”

Na perspectiva de sua análise, Dreifuss (idem) considera que os familiares dos militares também passam a fazer parte dessa “sociedade” militar, que incorpora também o conjunto de polícias militares outras entidades afins como parte dessa estrutura de poder. Também estão incluídos nesse “corpo” os “centros, clubes e agremiações sociais, culturais e políticas, todos submetidos ao comando da sociedade política armada.

Ainda que a análise de Dreifuss faça referência ao período de redemocratização e elaboração da Constituição promulgada em 1988, era recorrente a utilização do recurso de retorno dos militares ao poder, sempre sob o tom de ameaça. No caso de surgir qualquer possibilidade de radicalização do processo de participação popular, seja do ponto de vista político ou que os movimentos sociais colocassem em risco os interesses dos grupos dominantes, logo eram lançados argumentos aventando a possibilidade de um retorno ao regime ditatorial.

Na perspectiva de Dreifuss, a sociedade política armada criou seu próprio “Estado”, através de suas “comunidades político-ideológicas de informação, coação e coerção e pelas instâncias legal-normativas e administrativas particulares a esta sociedade” (DREIFUSS, 1989, p. 27) Esta afirmativa nos leva à percepção do enorme abismo existente entre as instituições militares e a população desfavorecida e explorada.

Convém lembrar que, durante as “Jornadas de junho” muito se propagou a respeito do Estado autoritário para coibir as manifestações.

Retornando aos estudos realizados por Cano e Duarte, o texto indica que, posteriormente ocorreu maior abrangência e diversificação das atividades exercidas pelos grupos de milicianos nas comunidades e favelas sob seu domínio. Estes ampliaram seus lucros com “o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço de TV a cabo” (CANO; DUARTE, 2012, p. 13).

Os autores observam ainda que, inicialmente, a perspectiva do debate público estabelecido em relação ao controle exercido pelos grupos de milicianos, apontava para a tolerância e até mesmo apoio a estes grupos. A leitura que se fazia afirmava que os moradores destes locais estavam reagindo contra a criminalidade, assimilado como “mal menor” diante da realidade imposta pelo narcotráfico. Enfatizando o pensamento corrente, citam a posição favorável do prefeito da cidade na época¹², ao definir os grupos de milicianos como “autodefesas comunitárias” (CANO; DUARTE, 2012, p. 13). Até mesmo cientistas sociais escreveram a respeito¹³. Diversos setores da sociedade, contrários a essas práticas, comparavam as milícias ao crime organizado, alegando que aquelas comunidades estavam submetidas a um processo de extorsão, praticado pelos grupos de milicianos.

Referente ao “apoio” dado por parte da população aos milicianos, lembramos as palavras de Nilton, pedreiro que realizou obra em minha residência, quando da “tomada” da comunidade do Vilar Carioca, em Inhoaíba, pela milícia da Liga da Justiça há alguns anos. Num misto de indignação e resignação, esperava que a milícia pusesse fim ao recrutamento das meninas consideradas mais bonitas pelos traficantes, algumas bem novas, para que se

¹² O prefeito da cidade era Cesar Maia.

¹³ BURGOS, M.B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras. In __ (org) A utopia da comunidade – Rio das pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, 2002).

tornassem suas amantes. Os pais, diante do terror imposto, não reagiam, mas não concordavam com a prática. Essa expectativa existia em função do que se falava a respeito da “paz” existente nos locais controlados por milicianos e o pagamento da taxa de proteção era interpretado como uma troca justa. Cultura do medo, insegurança, omissão e abandono por parte do Estado, aliados a lógica do mercado, permitiram a ascensão do processo de terceirização da segurança pública, nos anos 90 do século XX.

Contraditoriamente, o perfil dos milicianos, pelo fato de serem mais velhos e agiriam com mais discrição comparados aos meninos do tráfico, não pode ser absolutizado. Relatos contidos na pesquisa elaborada por Cano e Duarte (2012) apontam para constantes brigas entre eles, uso de roupas de marcas para chamar atenção, além de alguns namorarem meninas muito novas, na mesma dimensão da demonstração de virilidade e poder. Portanto, cai por terra o argumento que garantiria o sossego dos moradores. Nas escolas em que trabalho, já houve casos de meninas envolvidas com milicianos, inclusive acarretando problemas junto ao funcionamento de uma dessas escolas.

A mesma pesquisa confirma o clima de terror vigente entre os moradores dos bairros controlados pelas milícias, considerado pior do que nos bairros dominados pelo tráfico. Segundo os pesquisadores, o medo de se pronunciar a respeito das atitudes dos milicianos impera. Este posicionamento foi por mim confirmado logo no início desta dissertação, obrigando-me a mudar a metodologia em relação às entrevistas. Até mesmo entre os informantes ligados a cargos de mando esta questão ficou nítida.

Apesar dos protestos de vários segmentos da sociedade considerados mais progressistas, incluindo defensores dos direitos humanos e, talvez até por isso, o tema das milícias foi sendo levado em “banho-maria” até 2008, quando uma equipe de jornalistas do jornal “O Dia”, fazendo matéria exatamente sobre o tema, foi seqüestrada e torturada pelos milicianos na favela do Batan, em Realengo. Este seqüestro funcionou como divisor de águas, pois provocou a mudança na forma como a mídia e a sociedade avaliavam a atuação das milícias. O episódio ganhou espaço na mídia, sendo tratado de maneira diferente da forma que até então vinha sendo percebida. Reportamo-nos às considerações de Cano e Duarte (2012, p. 11) ao tratar da questão:

Em 14 de maio de 2008, jornalistas do jornal carioca “O Dia” foram seqüestrados por milicianos na favela do Batan, na Zona Oeste do rio de Janeiro e, durante horas, submetidos a formas extremas de abuso físico e psicológico. Eles estavam realizando uma pesquisa em sigilo para fazer uma matéria justamente sobre a atuação da milícia nesta parte da cidade. Esta ocorrência alertou a mídia e a sociedade em geral para o fenômeno. O que se alastrara por anos nas regiões mais periféricas da cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense e que aterrorizava o cotidiano de cada vez mais pessoas, virou finalmente um caso notório, levando, entre outras ações, à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, naquele mesmo ano.

Cabe aqui, sem ironia, agradecimento aos jornalistas do jornal “O Dia”, uma vez que tornaram públicas e colocaram na ordem do dia as preocupações de um grupo de pessoas moradoras do bairro em relação às ações empreendidas pelos “responsáveis pela tranquilidade das famílias campograndenses”, como ouvimos certa vez.

As milícias atuavam, enquanto milícias, desde os anos 90, mas somente com o sequestro dos jornalistas no Batan assumiu a pauta principal do debate junto aos atores sociais protagonistas em uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela injustiça. A violência física contra os jornalistas trouxe à baila a violência física e também simbólica, efetivada pelos milicianos, ligados ao Estado, impostas aos moradores das favelas e bairros periféricos da cidade.

Um tipo de violência que, aliada a tantas outras carências, tornam a vida de seus habitantes ainda mais precária. E, no entanto, de diversas maneiras, essa população tão espoliada sobrevive e ainda é capaz de brincar com as dificuldades enfrentadas. É só passear pelas ruas do Barbante, da “invasão” no Agulhas Negras para perceber que há resistência. Nem sempre da forma que acreditamos ser a mais correta, seguindo parâmetros estabelecidos por teorias muitas vezes distantes daquela realidade. Mas com uma dinâmica própria.

Não aquela resistência proposta pelos manuais, de acordo com o que pretendem os sempre tão “conscientes e politizados”, que irão levar a luz aos “alienados”. Muito menos a resignação evidenciada na fala dos grupos dominantes, desejosos de perpetuarem seu poder.

Partindo de uma análise histórica, Zaluar & Conceição relatam as origens das chamadas milícias, seu conteúdo histórico, suas efetivas realidades em diversos países, explicando seus significados e assinalando a apropriação indevida do termo para designar os grupos de policiais, ex-policiais, alguns bombeiros e civis que formam grupos que, supostamente, garantiriam a segurança dos moradores/as em troca do pagamento de uma taxa. Além disso, lançam mão da oferta de serviços ilícitos, da obrigatoriedade de comprar produtos mais caros, como água e botijões de gás, da necessidade de pagamento para permitir a circulação de Kombis e vans que atuam no transporte alternativo, de candidaturas de seus líderes a cargos eletivos, além, é claro, dos métodos violentos de intimidação e de eliminação de pretensos criminosos (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007).

Na análise de Zaluar e Conceição (2007, p. 91) o controle sobre o território é a característica mais importante do poder exercido pelas milícias, diferenciando-se dos outrora existentes grupos de extermínio formado por policiais que cobravam “apenas de comerciantes locais e matavam por encomenda, sendo mais próximos dos pistoleiros sertanejos do que dos negociantes da segurança hoje encontrados na cidade”. Por outro lado, negam que formas de segurança privada com formato de milícias em áreas pobres compartilham das mesmas características de atuação.

As autoras defendem que a expansão das milícias no município do Rio de Janeiro, se deu a partir do surgimento e do conseqüente resultado positivo obtido na favela de Rio das Pedras, depois de um período conturbado e violento de domínio exercido pela polícia mineira até o final dos anos 80. A partir da década de 1990, depois de muitas disputas e agindo de maneira mais sutil, o policial Félix Tostes assume o comando das ações, decretando novas formas de procedimento no exercício do poder sobre a população da favela. Tal procedimento proporcionava maior sensação de segurança aos moradores. Alguns anos mais tarde, surgiram lideranças comunitárias ligadas a práticas assistencialistas em comum acordo com a polícia mineira, mantendo a ordem local, livre da presença do tráfico, de assaltantes e outros agentes incômodos.

A pesquisa realizada pelas autoras revela a diversidade entre as milícias, condicionada por uma série de variáveis que influenciam no modus operandi das mesmas. Contudo, o resultado obtido indica que os moradores das áreas controladas por milícias identificam tanto as práticas antigas como as novas com interesses financeiros, associados ao poder político e militar concebido através do controle do território. Não associam a atuação dos milicianos aos valores relacionados à solidariedade e luta pelo bem comum.

Na entrevistas realizadas para esta pesquisa, ficaram bastante evidentes as proposições acima descritas, uma vez que, sem exceção, até mesmo entre quem acredita na pretensa segurança existente nas áreas dominadas por milicianos, o que prevalece é a questão econômica e o poder adquirido pelos representantes das milícias, inclusive com a disputa por cargos eletivos na esfera municipal e na esfera estadual.

Corroborando este aspecto, a eleição do ex-policial e líder da milícia denominada “Liga da justiça”, atuante em Campo Grande e adjacências, seguida de Natalino e Carminha Jerominho, a “Carminha Bat girl” aos cargos de vereadores, confirma de forma concreta as

pretensões de legitimar suas práticas coercitivas e clientelísticas. O objetivo era estender os domínios pelas regiões mais próximas, conforme entrevista concedida por Janaína, que trabalhou no gabinete de Jerominho durante certo período.

A CPI das Milícias, instaurada após o seqüestro dos jornalistas do jornal “O Dia”, já citado mais acima, também discutiu o termo milícia. Reproduzimos as descrições elaboradas por profissionais ligados à área criminal ou às ciências sociais, constantes em seu Relatório Final (2008).

Para o delegado Marcus Neves,

Milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil.

Os estudiosos Jaqueline Muniz e Domicio Proença consideram o termo “milícia” inadequado, pois, para eles, “tratam-se de gangues formadas por policiais e ex-policiais que vendem segurança contra eles próprios. Para Domicio, o conceito de milícia é: arranjo de gente armada querendo prover segurança fora da lei. Todo e qualquer grupo que age de forma ilegal.”

O delegado Pedro Paulo Pinho também considera inadequado o termo “milícia” que se refere originalmente a policial militar. Para ele, o que existe hoje no Rio de Janeiro é a “polícia mineira”, termo que qualifica o policial que caça bandidos e achaca a comunidade.

Já para o delegado Cláudio Ferraz:

As milícias se enquadram no conceito internacional de crime organizado. Primeiro, auto-padrão organizativo; segundo, a racionalidade do tipo de empresário da corporação criminosa que oferece bens e serviços ilícitos, tais como drogas, prostituição, e vem investindo seus lucros em setores legais da economia; terceiro, a utilização de métodos violentos com a finalidade de ocupar posições proeminentes ou ter o monopólio de mercado, obtenção do lucro máximo sem necessidade de realizar grandes investimentos, redução dos custos e controle da mão-de-obra; quarto, valer-se da corrupção da força policial e do Poder Judiciário; quinto, estabelecer relações com o poder político; sexto, utilizar a intimidação e o homicídio, seja para neutralizar a aplicação da lei, seja para obter decisões políticas favoráveis ou para atingir seus objetivos.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o procurador Antonio José Campos Moreira, do Ministério Público, observa que tecnicamente “milícia” configura o crime de quadrilha destacando que o crime organizado é hoje, em todo o planeta, uma atividade empresarial, um negócio. Para o procurador, “não há crime organizado sem que haja um braço no Estado – braço na polícia, braço no poder político, braço, inclusive, nas esferas de Poder Judiciário, de Ministério Público.”

‘Tendemos a concordar com as duas últimas análises, tendo em vista a variação das formas de obtenção de lucro pelos organizadores das milícias, inclusive, conforme reportagem publicada pelo jornal “Extra” no dia 07 de dezembro de 2012. A reportagem anunciava a prisão do pastor Dijanio Aires Diniz, acusado “de ser líder de uma milícia que atuava na Zona Oeste e usava a própria seita, a Igreja Pentecostal Deus é a Luz, como escritório do crime.”

Já o jornal “Meia Hora”, aborda a notícia com o chamativo título “Templo é dinheiro”, em nítida provocação aos segmentos neopentecostais. Mais irônico e taxativo, o jornal chama a denominação religiosa de “quartel-general” da milícia. Em mais essa oportunidade, registramos o silêncio por parte dos jornais da região.

De acordo com a polícia, o miliciano usava o templo, localizado no sub-bairro Amazonas, em Campo Grande, para fazer empréstimos a juros e também realizava a cobrança aos que atrasavam o pagamento da dívida contraída. Ou seja, para a polícia, a igreja servia de disfarce para que ele pudesse se aproximar e explorar a fé das pessoas. A reportagem informa que o pastor negou todas as acusações, mas que o líder religioso liderava o “esquema com o ex-policia militar Carlos Henrique Garcia Ramos”.

O caso da prisão do “pastor” Dijanio, além de comprovar a atuação das milícias enquanto empreendimento econômico-financeiro, remete-nos aos procedimentos político-ideológicos mantidos em função da luta de classes, tendo em vista a localização do “templo”, próximo ao conjunto de prédios denominado pejorativamente de “Carandiru”, ocupado, em sua grande maioria por trabalhadores e trabalhadoras pessoas de baixa renda. Inserida na lógica do vale-tudo neoliberal, a milícia obtém lucros exorbitantes através de atividades as mais diversas, estendendo seus domínios por toda a região.

A escola da rede municipal em que leciono fica bem próxima à igreja em que o pastor-miliciano foi autuado. Na época da prisão de Dijanio, alguns alunos posicionaram-se contrários à prisão do pastor, alegando perseguição política e religiosa (sic). Disseram ter ouvido de seus responsáveis que o pastor estava sendo vítima por professar o credo protestante. Nenhum comentário a mais. Imperam o medo e a lei da mordça.

Voltando à reportagem, em tópico denominado “Os fatos”, verifica-se a participação de outras pessoas, pois foram expedidos treze mandados de prisão, sendo que no dia da diligência, onze foram presas. Os crimes de agiotagem, formação de quadrilha, cobrança de taxas de segurança, extorsão e adulteração de combustíveis foram as causas das prisões. Ainda segundo o jornal, até mesmo os milicianos temiam o pastor.

De acordo com o Relatório Final da CPI das Milícias (p. 222) os bairros sob o domínio de milícias em Campo Grande são Agulhas Negras, Comunidade Bela Vista, Centro de Campo Grande, Vila Ieda, Conjunto Amazonas, Barbante (ou Nova Cidade), Carobinha, Comunidade Magarça, Conjunto Votorantim, Santa Margarida, Vila Nova, Vila Califórnia, Santa Maria, Santa Rosa Rio da Prata e Tingui. Podemos afirmar que existem mais outros sub-bairros submetidos ao domínio de grupos milicianos. Passados quase seis anos da publicação do relatório da CPI das Milícias, garantimos que, independentemente do tratamento dispensado pela mídia aos grupos milicianos, houve expansão de áreas controladas pelas milícias. As entrevistas realizadas confirmam este crescimento.

Em relação à mudança na abordagem pela mídia, embora tenham modificado seus métodos de atuação (CANO; DUARTE, 2012) evitando notoriedade e sensacionalismo, os grupos de milicianos continuam no bairro. Os mesmos autores apontam que o bairro liderou a quantidade de ligações efetuadas contra as milícias através do Disque-denúncia entre janeiro de 2006 e junho de 2011 e também pelo Disque-milícia no ano de 2008 (p. 32 e p. 43). A nova postura assumida pela sociedade como um todo após o episódio do Batan provavelmente influenciou no crescimento do número de denúncias ao órgão.

Vale registro, a título de confirmação da expansão dos tentáculos e a configuração de máfia das milícias. Conforme citado no Relatório Final da CPI das Milícias (2008), o miliciano Alexandre De Souza Ferreira, vulgo Broa, participante do sequestro seguido de tortura aos jornalistas no Batan foi visto praticando crimes a mando de Natalino e fazendo campanha política para Carminha Jerominho.

Outro aspecto que ratifica a inserção das milícias na lógica do mercado diz respeito aos mandatos parlamentares alcançados por alguns de seus integrantes. Em Campo Grande, conforme já notificamos, a “Liga da Justiça” elegeu seus antigos e principais líderes, Jerominho e Natalino, hoje cumprindo pena, além da filha de Jerominho, Carminha, não reeleita nas eleições de 2012. Tal posicionamento, aliado às falas do ex-prefeito Cesar Maia e à postura de Eduardo Paes antes da divulgação do Relatório Final da CPI das Milícias

endossam a visão da milícia enquanto projeto político. Cano e Duarte (2012) ratificam este outro objetivo proposto por esta pesquisa. Os dois políticos mudaram seus discursos após a divulgação do relatório.

Creditamos na mesma conta os problemas enfrentados por Carminha Jerominho durante a campanha eleitoral de 2008. Como é de conhecimento dos moradores do bairro, a disputa pelo controle da milícia, levou o ex-policial Toni Ângelo, atualmente preso, a atacar a comitiva da vereadora quando entrava na comunidade Vilar Carioca, em setembro de 2012. A candidata só saiu da comunidade acompanhada por policiais, que encontraram marcas de tiros no local. (Jornal Extra; 16/09/2012).

O mesmo jornal em sua edição de 29/10/2012, publicou matéria anunciando a saída da ex-vereadora do bairro, reportando também a perda do poder exercido pela família. Segue a reprodução na íntegra da matéria para comprovar a disputa pelo poder e pelo controle dentro da milícia:

Derrotada, Carminha Jerominho sai de casa, com medo de ser morta pelo miliciano Toni Ângelo” – Carminha Jerominho está com medo. A vereadora do PT do B, cujos 6.234 votos nesta eleição não foram suficientes para reconduzi-la ao palácio Pedro Ernesto e acabaram por sepultar os planos da família de se manter no poder, saiu de sua casa, em Campo Grande, por temer ser morta pelo miliciano Toni Ângelo.

A filha de Jerominho e sobrinha de Natalino Guimarães, acusados de comandar a maior milícia do Rio e presos desde 2008, diz ter sofrido ameaças de Ângelo durante todo o processo eleitoral. A mais grave ocorreu em setembro, quando Carminha fazia campanha em Vilar Carioca, uma das áreas de Cosmos (na verdade Inhoaíba) dominadas pelo grupo de Ângelo. Segundo ela, o miliciano e cerca de 40 comparsas a expulsaram da favela com tiros para o alto. Dirigindo um *Porsche Carrera*, o criminoso teria ainda mandado as mulheres que trabalhavam com a vereadora tirarem a camisa e irem embora da favela só de sutiã. Toni também ameaçou moradores: quem ousasse votar em Carminha sofreria represálias.

O fator mais grave (para a derrota) foi o terrorismo imposto pelo Toni para que as pessoas não ajudassem na minha eleição deste ano – avalia Carminha: - Ele disse que vai me matar pessoalmente.

A derrota de Carminha nas urnas não foi o primeiro revés para os Jerominho. A votação dela em 2008 já havia sido menor do que as de Jerominho e Natalino. Naquele ano, foi presa pela Polícia Federal dias antes da eleição, mas depois inocentada. Teve o mandato cassado pó suposto caixa dois em 2009. Este ano, a Justiça devolveu seu mandato. Em entrevista ao extra no dia 2 de outubro, Carminha afirmou que havia recebido a informação de que só três candidatos teriam autorização para fazer campanha na área dominada por Toni Ângelo.

-Eu ouvi dizer que só poderiam trabalhar três pessoas lá dentro. O Guaraná, a Lucinha e o Beraldo – afirmou a vereadora, referindo-se ao vereador Luiz Antônio Guaraná (PMDB), ex-secretário de Obras de Eduardo Paes, ao então candidato Junior da Lucinha (PSDB), filho da deputada Lucinha, e a Alex Beraldo, PM que se candidatou pelo PTN. Após a afirmação, no entanto, Carminha não quis dar detalhes sobre o suposto benefício dado pelo miliciano aos três. Na quinta-feira, na Câmara, a vereadora recuou:

-Eu não posso dar mais informação, porque apenas ouvi dizer.

Guaraná e Junior negaram qualquer envolvimento com Toni Ângelo. O filho de Lucinha disse que sua votação acompanhou a da mãe.

-Não faz sentido. Nunca tivemos acordo com milícia, e minha mãe sempre foi eleita – rebate Junior.

O ex-candidato Alex Beraldo não foi encontrado para comentar a afirmação feita por Carminha.

O motivo de reproduzir a notícias na íntegra está relacionada ao fato de que a mesma dá significado e traduz vários objetivos desta pesquisa. Primeiramente, demonstra de maneira clara e singela a relação clientelística existente, vinculados à disputa entre as facções rivais no confronto pelo poder, conforme Leal (1997), Queiroz (1976), Diniz (1982), Palmeira (1996),

Vilaça e Albuquerque (2006) e Bezerra (1999). Em segundo lugar, remete ao que Grynspan defende em relação aos chefes locais e sua forma de atuar, seja pela eleição, seja pelo uso da força. Em terceiro lugar, identificamos um novo tipo de coronelismo, desta feita relacionado ao acesso aos bens de consumo oferecidos pelo modelo de capitalismo atual, muito embora mantenha as características do coronelismo analisado por Leal. Por último, confirma a relação entre o poder local e o poder central, no caso do suposto apoio ao candidato Luiz Antonio Guaraná, embora não houvesse comprovação do apoio da milícia ao ex-secretário de Eduardo Paes.

Por fim, a justificativa dada em relação aos votos obtidos por Junior da Lucinha corrobora análise no sentido da manutenção do poder em mãos de uma família.

Nesse sentido, a edição do dia 30 de outubro, aborda a opção da Zona Oeste, área dominada por milícias, pela renovação, elegendo Elton Babu, em Santa Cruz e Junior da Lucinha, em Campo Grande, afirmando que as duas votações confirmam o poder dos dois currais eleitorais na região. A reportagem justifica sua afirmativa informando que nos últimos dez anos, “não houve pleito na Zona Oeste em que os apelidos Lucinha e Babu não figurassem na lista dos mais votados.” A nota coloca ainda, que essa realidade não sofrerá mudanças a curto prazo.

Também associa os dois vereadores eleitos aos grupos de milicianos – Elton é irmão do deputado Jorge Babu – condenado por comandar a milícia atuante em Barra de Guaratiba, Paciência e Inhoaíba. Tanto Elton Babu quanto Junior da Lucinha negaram seu envolvimento com as milícias. A escola particular em que trabalho fica na Rua Seabra, onde reside a deputada Lucinha, no bairro Brito, próximo ao centro de Campo Grande. Muitos moradores apóiam incondicionalmente a parlamentar, inclusive pelas práticas clientelísticas adotadas por ela, como pedidos de emprego, intervenção junto aos órgãos públicos, por exemplo. Alguns fazem campanha abertamente, motivados pela proximidade com a parlamentar, que, em troca, atenderia suas solicitações. Bezerra (1999) esclarece essa forma de atuação claramente.

Os dois vereadores eleitos negam qualquer tipo de relação com as milícias da região. Porém, os números falam por si próprios.

O fato de trabalhar desde 1998 na escola, me permite contato com responsáveis, comerciantes e moradores que reafirmam o que Bezerra (1999) aponta em relação à troca de votos. Muitos argumentam que é melhor dar o voto para alguém do bairro, conhecido, do que para alguém que “aparece somente na época da eleição e depois vai embora. Já que político é tudo igual, pelo menos é nossa vizinha”, alegam os eleitores.

Ocorre que o bairro também é controlado por milicianos. Inclusive a escola paga a taxa estipulada e o funcionário cumpre seu papel rigorosamente, estacionando sua moto em frente ao portão da escola nos horários de entrada e saída. Foi dessa maneira que consegui a entrevista de um dos nossos ex-alunos, Diogo, naquele momento “trabalhando” para a milícia pois estava sem emprego. Como citado anteriormente, funciona a lógica empresarial.

Fica a dúvida: existe acordo entre as partes? Lamentavelmente, o ex-assessor da deputada e também meu ex-aluno, morador de casa defronte da escola e cujo padrasto ocupa cargo (negociado) dentro da Secretaria Municipal, não me concedeu a entrevista. Marcamos encontro por diversas vezes, mas na hora sempre ocorria algo impedindo a concretização da entrevista ou simplesmente não obtinha retorno. Ressalto que, por ter estudado na mesma turma de minha filha mais velha, o quase-entrevistado freqüentava minha casa com certa freqüência, pois mantenho contato com vários ex-alunos dessa escola. Acredito até que esse fator pode ter contribuído para a negativa em conceder a entrevista, pois em certa ocasião, pronunciou a seguinte frase: “Ah, você é de esquerda, nunca vai apoiar a Lucinha. Eu sou de direita mesmo”.

Contudo, apesar de afastado do mandato da deputada, devido a questões pessoais, lembro de tê-lo ouvido comentar que a “Carminha pediu autorização para entrar nas áreas da

Lucinha”. Talvez este fato, junto com a presença do Luiz Antonio Guaraná, expliquem a pulverização dos votos e os somente 31. 182 votos conquistados, por Junior da Lucinha nas eleições de 2012, sendo 27.156 obtidos em áreas controladas por milícias.

A matéria editada no dia 28 de outubro de 2012, no jornal Extra com o sugestivo e emblemático nome de “Novos donos do velho Oeste.” O jornal informa que “analisou os resultados eleitorais de 1811 urnas localizadas nas 12 zonas de bairros da Zona Oeste. Sob influência de grupos paramilitares.”

Fizemos toda esta confabulação para mostrar o quão é difícil penetrar nos meandros da política da Zona Oeste, mais precisamente, em nosso caso, na política campograndense. Recorro a Becker (2007, p. 124) ao recomendar que “duvide de tudo que lhe for dito por qualquer pessoa que detenha poder.”

Em relação à associação entre as milícias e os candidatos a cargos eletivos o já citado Relatório Final da CPI das Milícias (2008, p. 67), cita o acordo firmado entre o líder da milícia de Rio das Pedras, Félix Tostes e o vereador Nadinho. Embora limitado ao território em questão, não se pode negar a possível relação entre as milícias e os políticos eleitos, alguns com o apoio dos grupos milicianos. A nota do jornal Extra, publicada em 15/09/2012, com base em relatórios da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança, divulga, sem citar os nomes, o apoio dos grupos paramilitares da Zona oeste e da Baixada Fluminense a vinte e cinco candidatos a vereador. Entre eles, dezesseis policiais militares, dois policiais civis, um bombeiro e um agente da Polícia Rodoviária Federal. Os outros candidatos não tiveram suas atividades divulgadas. Segundo o jornal, “dez candidatos disputam a vaga na Câmara do Rio, todos com redutos em regiões dominadas por grupos paramilitares em Jacarepaguá, Santa Cruz, Campo Grande, Sulacap e Realengo”.

Baseando-se no já inúmeras vezes citado Relatório Final da CPI das Milícias, Cano e Duarte (p. 18) abordam a questão da concentração de votos de alguns candidatos áreas controladas por milícias. O texto cita especificamente a favela de Rio das Pedras, em Jacarepaguá. Já a reportagem do jornal Extra, aludindo a Junior da Lucinha e Luiz Antonio Guaraná, faz menção aos bairros de Cosmos e Inhoaíba, sob controle do grupo de Toni Ângelo. Guaraná sempre apresentou alto índice de votos em Jacarepaguá, também em áreas controladas por milícias. Apropriando-se da declaração proferida por Eduardo Paes em 2008, durante sua campanha à Prefeitura do Rio, inclinamo-nos a reiterar a existência de um projeto político “patrocinado” pelas milícias, junto aos poderes legais estabelecidos, buscando legitimação de suas práticas e ramificações em todos os setores da sociedade.

Identificamos em várias situações vivenciadas ao longo desta pesquisa, conforme veremos quando do relato do funcionamento da ONG Tesloo junto ao poder público municipal como parte do modelo histórico de sociedade hierarquizada e desigual, pois as milícias exercem seu poder, invariavelmente, sobre as classes historicamente exploradas. Mesmo que nos últimos anos o acesso a bens de consumo tenha aumentado, o exercício da cidadania encontra-se cada vez mais restrito e incompleto. E não nos referimos aqui de forma genérica e desconectada do restante da sociedade. Os relatos contidos na entrevistas confirmam o descaso do Estado em relação aos diversos aspectos básicos pertinentes à vida humana.

Este processo segue na direção do anunciado por Cano e Duarte (2012, p. 61) em que um dos entrevistados considera que as milícias tiveram início no governo de Anthony Garotinho, com Álvaro Lins. Segundo o depoimento, o governador teria convocado os presidentes de associações de moradores e pedido para que estes colaborassem com o governo, informando onde estava escondido o armamento, o marginal. Nesse sentido, consideramos sintomático e extremamente simbólico o aperto de mão entre o vereador Deco e a vereadora Carminha Jeromino, estampado na foto publicada pelo jornal Extra na edição do dia 25 de outubro de 2012, quando Deco reassumiu seu mandato.

Consideramos importante registrar que compareci à Secretaria de Segurança Pública, devidamente documentado com a intenção de pesquisar os nomes dos candidatos envolvidos, e verificar quais deles foram eleitos. O objetivo era fundamentar empiricamente a pesquisa, notadamente no que diz respeito ao possível neocoronelismo em curso na cidade. Como se não bastasse o insucesso da empreitada, ainda tive que amargar o comentário da recepcionista, que, demonstrando medo, pois era moradora de Campo Grande, recomendou que eu mudasse de tema. Mais um fato a corroborar o regime de terror implantado pelas milícias, já detectado por Cano e Duarte (2012, p. 36).

Analisando o fenômeno das milícias, o sociólogo Luiz Eduardo Soares, vincula a "origem das milícias ao descontrole da segurança privada informal e ilegal" (CANO; DUARTE, 2012, p.17) e segundo ele, está relacionada ao "bico", isto é, às atividades realizadas pelos policiais fora de seu horário de trabalho, buscando aumentar os baixos salários que recebem enquanto funcionários públicos.

Em Campo Grande, como em toda a Zona Oeste, a atuação de grupos de extermínio data de alguns anos, conforme podemos verificar no excelente trabalho de Alves (2003), em processo bem semelhante ao ocorrido na Baixada Fluminense, foco de seu estudo.

Acreditamos que a estrutura da sociedade brasileira, baseada na enorme desigualdade e na injustiça que criminaliza a população pobre, bem como em determinados fatores relacionados aos aspectos culturais, como a prática da violência histórica sobre a maioria dos que não têm acesso aos bens sociais.

O período que nos é caro para a pesquisa, ou seja, o início das atividades dos grupos de milicianos enquanto prática de milícias em Campo Grande é bem recente, a partir do final dos anos 90, se desenvolvendo nos anos 2000, muito devido ao medo generalizado em relação ao suposto domínio exercido pelos traficantes de drogas (CARVALHO, 2000). Os diversos fatos divulgados pela mídia, como os confrontos entre facções rivais, o fechamento de lojas e escolas a mando dos traficantes, a sensação de insegurança passada pelas notícias, causava pânico na população. Vários foram os estudos realizados a respeito dessa realidade que apavorava a população carioca, deixando-a sobressaltada.

O texto de Burgos, sob o título "Cidade, Território e Cidadania", publicado em 2005 na Revista Dados traz excelente reflexão sobre os problemas que afligiam a população. Discorrendo sobre os problemas inerentes à questão das favelas no Rio de Janeiro, o texto parte do conceito de "controle negociado", a partir de uma retrospectiva histórica das favelas, ensejando pelo conceito de "cidade escassa", tendo em vista as carências existentes naquelas áreas. O autor lança mão da categoria território para designar o fenômeno urbano que marca o a cidade.

Muito bem, e como fica Campo Grande nessa história? É correto afirmar que a partir da decadência dos laranjais e após o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de loteamento acarretou mudanças sensíveis na estrutura do bairro, rompendo com as características rurais, assim como em todos os centros urbanos pelo Brasil afora (MENESES, 2000, p. 126-127).

Como toda periferia das grandes cidades brasileiras, o bairro sofreu o impacto das transformações relacionadas ao processo de desenvolvimento industrial e modernização tardia. Falta de planejamento, sem infra-estrutura, construção de conjuntos habitacionais para "sanear" os bairros mais próximos ao Centro, sem a mínima estrutura. Aqui vale citar que a filmagem de "Cidade de Deus" foi feita no Conjunto Sepetiba II em 2002 e retratava os primórdios da CDD real nos anos 60 e 70. A ficção demonstra claramente o abandono a que a região sempre esteve relegada pelo poder central, bem como o desprezo para com a população mais pobre. O fato é que as remoções continuam acontecendo de forma arbitrária, agora sob a supervisão da Fifa. Daí, a hipótese de possível perda do poder por parte das elites locais e a busca por sua manutenção.

De acordo com nosso ponto de vista, as milícias substituíram os grupos de extermínio que atuavam na região (ALVES, 2003), adotando nova roupagem. Atuando sob a lógica capitalista, do mercado, as milícias passaram a investir em várias frentes para obtenção de lucros (CANO; DUARTE, 2012). Os requintes de crueldade continuaram os mesmos. Em alguns bairros a presença da polícia mineira impunha respeito e fazia com que houvesse certa tranquilidade entre os moradores. Com o advento da expansão e consequente mercantilização do tráfico de drogas, a situação mudou e os grupos de milicianos, em geral formados por policiais entraram em ação.

Sua prática para invadir os bairros é sempre a mesma: de repente vários assaltos e furtos começam a acontecer. Pouco tempo depois, aparecem homens oferecendo “segurança” contra o que está ocorrendo no bairro. Logo no início, caso alguém não concordasse com a cobrança, provavelmente sofreria retaliações (CANO; DUARTE, 2012). Depois do episódio do Batan, o processo foi amenizado, mas o clima de ameaças permanece, conforme constatamos em todas as entrevistas realizadas para esta pesquisa. Temos a convicção de que não se trata apenas de terror em relação a perda de bens materiais, mas de projeto de um Estado policial, mantido com base na coerção e na repressão e pior, com a conivência e o aparelhamento mantido pelo próprio Estado.

Vários foram os relatos contidos no corpo deste trabalho sobre as práticas adotadas pelos grupos de milicianos, mas até agora procuramos embasar e corresponder os mesmos com os objetivos propostos em relação ao campo da política e das relações de poder. Os fatos identificados a partir de agora continuam com o mesmo direcionamento, apenas modificado pela narrativa mais ligada ao campo policial, constatação a qual chegamos depois de analisar as situações ocorridas no bairro, embora seja constante a questão do papel do Estado em todas as esferas de poder. Procuramos demonstrar através das reportagens relacionadas o quanto a milícia se faz presente na região e seus respectivos interesses, como é de conhecimento daqueles/as que residem no bairro. Em sua absoluta maioria, utilizamos as notícias publicadas pelo jornal Extra, por considerá-lo de maior seriedade na abordagem do fato em si, não considerando a posição político-ideológica.

A página policial da edição do dia 30 de setembro de 2012 traz como manchete o assassinato do ex-PM Carlos Ari Ribeiro, “apontado como o principal matador da maior milícia do Rio.” Carlão foi morto em Inhoaíba, em operação conjunta da 40ª DP (Honório Gurgel), da 15ª DP (Gávea) e da coordenadoria de Recursos Especiais (Core). A maioria dos mandados de prisão contra Carlão referia-se ao artigo 121 do Código Penal – homicídio simples e qualificado. Carlão já havia fugido do Batalhão Especial Prisional (BEP), em Benfica. O texto aponta Carlão como um matador frio e violento ao cometer seus crimes. Segundo a nota, Carlão também era responsável pela contabilidade da Liga da Justiça, a mando de Toni Ângelo, líder do grupo.

Em nota divulgada na edição do dia 31 de outubro de 2012, o jornal discorre sobre as ameaças feitas por integrantes da milícia comandada por Toni Ângelo a membros da Cooperativa Rio da Prata, sendo impedidos de circular por Campo Grande, Cosmos, Sepetiba e Santa Cruz. Segundo a nota, os motoristas seriam “obrigados a pagar uma taxa de R\$350 por semana para poder explorar o serviço.” Mais uma vez percebemos a atuação da polícia somente a partir de denúncias feitas pelos principais interessados. Apresenta ainda os dados do miliciano Toni Ângelo.

Em 02 de novembro de 2012, o jornal Meia Hora publicou a notícia da condenação de Luciano Guinâncio Guimarães, “ex-soldado da PM ligado à milícia Liga da Justiça e filho do ex-vereador Jerônimo Guimarães, o Jerominho. Luciano foi condenado a 17 anos de prisão pelo crime de homicídio qualificado contra Ilton do Nascimento, em abril de 2007.” Ilton foi assassinado porque os milicianos queriam assumir o controle de uma linha de vans na região.

Voltamos ao jornal Extra, editado no dia 09 de dezembro de 2012 publicando a notícia da retirada dos tapumes do canteiro de obras da Transoeste em Campo Grande. Operários denunciaram que os tapumes foram retirados porque estavam prejudicando a visualização do bando, permitindo que inimigos e policiais utilizassem as barreiras como esconderijo. A prefeitura divulgou nota negando a interferência de milícias. O jornal acrescenta ainda os erros cometidos na obra e as justificativas da paralisação da mesma.

A reportagem publicada pelo mesmo jornal, no dia 06 de abril de 2013, deixa claro que a questão das milícias no Rio de Janeiro adquiriu proporção nacional. Embora seu foco seja a corrupção existente dentro da corporação, a matéria revela a preocupação da secretária Nacional de Segurança Pública diante da limpeza promovida no interior da PM do Rio de Janeiro. Regina Miki, declara preocupação com o número de policiais expulsos, porque as milícias do Rio cresceram muito por causa dessas expulsões de PMs. Ela cita ainda seu receio de ser mal interpretada e prontamente afirma que a polícia não deve ficar com o policial de qualquer jeito. Ela afirma categoricamente que “toda polícia que deu certo no mundo passou por reestruturação. A corporação do Rio tem que ser reestruturada.”

Já a matéria publicada pelo mesmo jornal, desta feita em 15 de maio de 2013, relata o uso da violência cometida pelos milicianos de Guaratiba, liderados por Toni Ângelo, contra o morador que “se recusou a pagar propina.” Segundo investigação policial, o episódio, ocorrido no fim de 2012. O morador teve sua casa incendiada. Este caso, mais uma vez evidencia o clima de terror estabelecido na região.

Ao referir-se à disputa por domínio de territórios entre milícias e tráfico no bairro de Jacarepaguá, o delegado titular da 32ª DP (Taquara), Antônio Ricardo Nunes, revela que a polícia tem enfrentado dificuldades no combate às milícias porque “a milícia utiliza mais a inteligência do que a força bruta, e hoje não é só policial que faz parte dela. Qualquer um que tente tomar o controle de uma área pela força é miliciano”. Essa declaração foi emitida na matéria “Entre o tráfico e a milícia, mora o medo”, publicada pelo jornal Extra, no dia 14 de abril de 2013, a respeito dos confrontos que estavam ocorrendo no bairro de Jacarepaguá. A pesquisa de Cano e Duarte (2012) já fazia alusão às mudanças nos métodos e na lógica de atuação dos grupos paramilitares.

Na condição de morador do bairro, realmente são perceptíveis as mudanças no modo de agir desses grupos. Os relatos dos quais temos conhecimento apontam para a redução nas demonstrações de violência em espaços públicos ou privados a qualquer hora do dia, conforme aconteciam antes do seqüestro dos jornalistas na favela do Batan, em Realengo. Entretanto, o próprio episódio que ocasionou a prisão de Toni Ângelo, ocorrida em julho de 2013, indicam, por um lado, a certeza da impunidade em relação aos atos cometidos e de outro, a manutenção do uso da violência contra seus desafetos em qualquer lugar e hora.

No caso em questão, conforme reportagem estampada pelo Jornal O Globo, datada do dia 27 de julho de 2013, a prisão do miliciano, citado pelo jornal como braço direito de Ricardo Teixeira da Cruz, o Batman ocorreu às 4 horas da manhã, ocorreu depois de tiroteio no Bar do Baco, na Estrada do Monteiro. Na verdade, o nome do local é Baco's Bar e fica na Rua Luiz Barata, próximo à Estrada do Monteiro, em bairro de classe média, próximo ao centro de Campo Grande. Toni Ângelo e seus seguranças agrediram o agente penitenciário Anderson Terra de Souza, que segundo o jornal, não tem envolvimento com milícias, mas é filho do também ex-pm Júlio César Oliveira, conhecido como Julinho Tiroteio, desafeto de Toni. Segundo o jornal, Anderson reagiu à agressão com tiros, ferindo Toni na nuca e no rosto, mas foi morto pelos seguranças. Em seguida os mesmos seguranças levaram Toni para o hospital Oeste D'Or, onde o miliciano foi preso. O tiroteio dentro de um bar que funciona também como casa de shows, por si só evidencia o terror, o desrespeito e a continuidade do uso da violência às claras.

A reportagem informa ainda que a polícia montou forte aparato de segurança para evitar qualquer tipo de tentativa de resgate do miliciano. Podemos atestar esta informação, pontuando o fechamento do trecho da Rua Olinda Ellis, onde está situado o hospital, por vários dias, causando grandes transtornos a quem precisava passar pelo local, um dos principais acessos ao centro do bairro.

Julgamos plenamente de acordo com os objetivos desta pesquisa, reproduzir fragmento do pronunciamento do delegado Alexandre Capote sobre a importância da prisão de Ângelo, que em sua opinião demonstra o enfraquecimento da quadrilha. Comemorando a atuação de Toni, o delegado declara que a prisão

É, sem dúvida, muito importante. Como ele comandava a quadrilha com mão de ferro e era muito desconfiado, o seu afastamento provoca no primeiro momento uma desarticulação na quadrilha. Era ele o homem que negociava com policiais e políticos envolvidos, controlava a entrada de dinheiro, o pagamento de propinas, tudo. Com a prisão, poderemos avançar muito mais no esclarecimento dos crimes e na desarticulação total da quadrilha.

O pronunciamento do delegado é contundente e esclarecedor no que tange aos interesses envolvidos. Todavia, até a data de hoje nada foi divulgado no sentido de esclarecer o que existe por trás da atuação das milícias. As notícias publicadas pela mídia escrita e televisada, em relação às taxas cobradas e a expulsão dos moradores que não as pagam, referentes ao Programa “Minha Casa, Minha vida”, em Campo Grande, contrariam as previsões do delegado quanto à desarticulação do grupo. Até porque, outros fatos, sem a mesma notoriedade, mas de conhecimento dos moradores, continuam acontecendo.

A reportagem escolhida para finalizar este tópico respeito às relações entre a ONG Casa Espírita Tesloo, presidida pelo major reformado da PM Sérgio Pereira de Magalhães Júnior e a prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. São três matérias publicadas pelo jornal O Dia. A primeira, divulgada no dia 25 de outubro de 2012, tem como manchete o seguinte título: “Presidente de instituição que recebe verba pública para gerir centros de dependentes químicos, major reformado da PM tem no currículo tiroteios que levaram 42 à morte em três anos”. O corpo da notícia faz a “apresentação” do major, relatando sua incrível precisão em combate, uma vez que quase sempre os supostos criminosos “foram atingidos na cabeça e no peito.”

Além desses feitos, também é citada a investigação em que é apontado como suspeito de fazer parte de grupo de milícia com outros três policiais militares que dominam comunidades no bairro de Sulacap, bem próximo a Realengo, bairro onde residem todos eles. O texto também cita que a ONG foi criada em 2002, pelo major Sérgio Magalhães e um grupo de amigos e parentes. Sua mãe e seu irmão, cabo da PM exercem cargos na ONG e a mulher faz parte do grupo administrativo.

A segunda reportagem, publicada no dia seguinte, 26 de outubro, traz a alegação do major, argumentando que todas as mortes ocorreram em legítima defesa. A quantia paga à ONG pela prefeitura também chamou a atenção (em torno de 28 mil por menor), levou o jornal a fazer pesquisa conferindo o valor dos imóveis no bairro Cinco Marias, onde estão situados os imóveis. Contudo, a matéria já explicita que o elevado custo na manutenção das crianças nos abrigos e a suspeita de irregularidades no valor dos aluguéis dos imóveis (o contrato de locação não foi apresentado), entre outras razões, fizeram o Tribunal de Contas do Município que a Secretaria Municipal de Ação Social não assinasse mais nenhum contrato com a ONG. O jornal assinala ainda que a ONG presta atendimento a usuários de drogas, mas consta na lista negra do TCM devido ao processo de “atualização de 408 mil famílias do cadastro único, feito pela prefeitura dos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família. A ONG, que nunca prestou este tipo de serviço, ganhou o contrato em setembro de

2011” e não prestou contas devidamente, com relatórios e dados informativos quanto ao funcionamento incompletos. O prefeito Eduardo Paes não quis comentar a reportagem.

Para terminar, a terceira matéria informa que a Prefeitura seguiu a determinação do TCM e não renovou nem vai assinar novos contratos com a Tesloo e seus cinco centros de atendimento a dependentes químicos. Um desses centros fica no bairro de Paciência, considerado por todos que o conhecem como depósito de dependentes químicos, principalmente de usuários de crack e conforme já citado na entrevista de Janaína, a mesma foi impedida de fazer visita no local, depois de denúncia sobre as condições de internação a que estão submetidos os “recolhidos da rua” pelo Poder Público. As informações de vizinhos dos “abrigos” e de estagiárias que trabalharam neles, relatam maus tratos e castigos físicos e mentais aos menores considerados mais rebeldes pelos “funcionários”. Entretanto, não dispomos de fontes documentais para estes relatos, que incluem até a morte dos classificados como “irrecuperáveis”, no caso do “abrigo” de Paciência.

Apesar do tom melodramático, as três reportagens do Jornal O Dia referendam a questão da proximidade entre o Poder Público e as milícias, até mesmo no que diz respeito ao papel do Estado, nesse caso, na falta de políticas públicas voltadas para a área da saúde. Fica nítido também a montagem do já citado projeto que associa as instâncias governamentais e o poder público, tendo em vista a assinatura dos primeiros contratos em 2005, ainda na gestão do prefeito Cesar Maia, estendido também na gestão de Eduardo Paes, ambos com opiniões favoráveis a atuação das milícias como “mal menor” ou qualquer outra denominação por eles utilizadas. Num plano maior, identificamos o processo de privatização instilado pela doutrina neoliberal (LAURELL, 2002)

Finalizando a parte da questão sobre a atividade das milícias, praticamente todos os entrevistados tecem a crítica ao papel exercido pelo Estado, que, segundo suas interpretações, “não faz o que deveria fazer”. Concebemos aqui o ideário neoliberal, apontando críticas, desqualificando a função do Estado e ao mesmo tempo estimulando o processo de privatização/terceirização. Inclusive da segurança (ZALUAR; RIBEIRO, 2009).

3.5 – Políticos visíveis e políticos invisíveis

Este tópico tem como objetivo analisar o papel exercido por pessoas que atuam junto à população mais vulnerável quanto à denominada política democrática (KUSCHNIR, 2000) com o propósito de criar algum tipo de aproximação e possibilidade de favorecimento pessoal em troca do voto, mesmo que essa atitude represente, como dito anteriormente, um ato consciente de inserção no mundo da política (idem), o que não descaracteriza, mas ao contrário, fortalece a prática clientelista.

Para explicitar meu objetivo recorro ao exemplo concreto de ex-aluno meu que atuou durante alguns anos como assessor da inicialmente vereadora e atualmente deputada estadual Lucinha, fazendo contatos e arrebanhando votos nos mais variados territórios da Zona Oeste, que permitiram votações muito expressivas nos pleitos em que ela concorreu, bem como recentemente nas eleições municipais de outubro de 2012, tornando possível eleger o candidato Junior da Lucinha, filho da deputada.

A eleição de Junior da Lucinha, como o próprio nome adotado pelo candidato, hoje vereador, sugere uma prática política que se assemelha ao “compromisso” citado por Leal (1997) e Queiroz (1976) e Vilaça e Albuquerque (2006). Todavia, reportamo-nos também ao que Diniz (1982a) denominou de “clientelas eleitorais cativas”, tendo em vista a trajetória política de seu avô, Alberto Ferreira Pinto, o Ferreirinha, durante muito tempo uma liderança no bairro, atuando junto ao PDT de Leonel Brizola, quando este ocupou o cargo de governador, sua mãe, Lucinha e em menor escala, de seu tio, Jorginho Amaral, que também concorreu ao cargo em 2012, mas não foi eleito.

Vale salientar que, de acordo com um dos entrevistados, vizinho e amigo de infância do vereador Junior da Lucinha, este ainda não alçou vôo próprio, mas inclina-se no sentido de apoiar o governo central, conforme demonstrou na aprovação do Plano de cargos e salários dos professores da rede Municipal de Educação. Na opinião do entrevistado, Junior, em função da grande capacidade de conquista de votos na região, poderia ter votado contra a imposição do plano. O entrevistado aponta, ainda, que a deputada Lucinha, atualmente no PSDB, faz oposição ao governo estadual.

Já em relação ao candidato e também vereador Luiz Antonio Guaraná, nos remetemos à análise de Eli Diniz, ao referir-se às diversas táticas adotadas pelo modelo chaguista para conquistar e ampliar o espaço na política local. Com o intuito de evitar uma fragmentação excessiva que prejudique a estrutura e o poder central, “um outro objetivo está voltado para a definição das fronteiras e das prerrogativas das lideranças locais, em suas respectivas zonas de domínio público” (DINIZ, 1982a, p. 115). Sendo assim, a eleição de Guaraná estaria relacionada à questão de manutenção dos interesses do governo municipal na região.

Na análise de Diniz (1982a, p. 114), os “políticos locais têm influência e poder, em suas respectivas áreas, que, por sua vez, correspondem a suas bases eleitorais. Nesse sentido, exercem uma influência que extrapola sua competência formal-legal, na medida em que interferem decisivamente na administração local.” Deriva daí a necessidade de centralização, segundo os critérios adotados pela máquina chaguista, uma vez que essa influência e poder fortalecendo sua visibilidade e prestígio, poderiam reduzir o controle exercido pelo poder central.

Sendo assim, a votação de Guaraná se encaixaria corretamente na prerrogativa acima citada, tendo em vista a possibilidade de a prefeitura estender e manter o controle sobre a região, uma vez que o vereador é um dos homens de confiança do prefeito Eduardo Paes.

Cabe aqui também o papel exercido por membros de instituições religiosas, das associações empresariais que optam, quase sempre, por não se expor com candidaturas a cargos eletivos, mas participam ativamente das negociações de apoio e acordos políticos no bairro, conforme foi possível comprovar através das situações enumeradas nessa pesquisa, como por exemplo, a reunião convocada pelas entidades patronais da região com os vereadores eleitos em 2012. Naquela ocasião, foi assinada a “Carta da Zona Oeste”, documento em que os parlamentares do Legislativo municipal se comprometem destinar seus mandatos de acordo com as necessidades e demandas das áreas em que receberam a maioria de seus votos.

A entrevista concedida por Janaína indica a crença nas práticas clientelísticas como “naturais”, ao narrar a atitude tomada em relação à senhora que sequer possuía utensílios domésticos e que, após o encadeamento da rede de pessoas ligadas a ela, acabou por praticamente “montar” casa para a pessoa necessitada. Esta, por sua vez, ficou por “demais agradecida.” Em sua visão, a função das lideranças comunitárias, dos políticos é essa, ou seja, atender aos necessitados, aos despossuídos. Para além de sua função, Janaína vislumbrava também, conforme relato em off, uma possível candidatura.

Destaco, visando reiterar a importância dos políticos invisíveis, que foi o pedido feito por Beatriz que possibilitou o contato com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, Guilherme Einselohr., mas como já dito anteriormente, o mesmo não concedeu a entrevista.

Refiro-me também àqueles e àquelas que, através do exercício de determinados cargos, conseguem vagas em escolas, cirurgias em hospitais públicos e particulares, transferências entre escolas, entre CREs (Conselhos Regionais de Educação), no caso da Rede Municipal de Educação e entre Coordenadorias Metropolitanas (no caso da Rede Estadual de Educação), sempre em nome de seus “padrinhos” ou “protetores” políticos, numa espécie de “rede” (GRYNSZPAN, 1990).

Também podemos verificar através dos relatos que a presença dos políticos visíveis e invisíveis se faz notar. O texto da nota de falecimento de Joaquim Carlos Câncio de Pontes, o Tamba, na mesma edição de março/2014 também acena nesse sentido ao referendar-lhe como “um homem sonhador. Acreditava que podia, através da política, melhorar a realidade do lugar onde nasceu e foi criado.” Fechando a nota, o colunista indica que Tamba foi um militante que superou as limitações e em algumas ocasiões obteve resultados eleitorais superiores a quem tinha muito mais condições.

Consideramos emblemática e relevante para confirmar as prerrogativas relativas a este tópico, a nota divulgada e já citada, no jornal O Amarelinho editado em março de 2014, dando conta da comemoração de aniversário da radialista Wilma Martins. A jornalista jantou com as ex-deputadas Andréia Bueno e Aparecida Boaventura. Essa última exerce atualmente o cargo de diretora de Operações Imobiliárias da Companhia de Habitação do estado do Rio de Janeiro. Em que pese simples fato de o encontro possibilitar dividendos eleitorais, a ex-deputada Boaventura nunca deixou de ocupar cargo público, sempre atuando junto aos órgãos competentes. Em nossa opinião, o jantar assinala a manutenção dos vínculos entre os representantes do poder estabelecido, ainda que fora do jogo político em dado momento e sob determinadas circunstâncias, e o poder central, nesse caso, a ex-deputada Aparecida Boaventura.

Seu irmão, Romualdo Boaventura também está sempre relacionado a alguma participação em eventos que podem proporcionar capital político. Atualmente, está atuando junto ao grupo do ex-prefeito Cesar Maia.

A homenagem feita pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro a Alberto Ferreira Pinto e Silva, o Ferreirinha, ex-administrador regional e pai da deputada Lucinha apontam na direção do importante papel realizado por ele e que rendeu frutos para a deputada, detentora de enorme e representativa quantidade de votos na região.

Devido ao seu grande potencial político, Lucinha, como é chamada a deputada, domina eleitoralmente enorme fatia dos eleitores da Zona Oeste.

Apresentados alguns dados sobre sua trajetória política, iniciada na década de 1980 como ativista do Movimento Popular Organizado na década de 1980.

Lucinha foi uma das fundadoras, junto com outras lideranças, do Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ). Hoje pertence aos quadros do PSDB.

Encerro com as palavras do vereador Junior da Lucinha, em entrevista concedida ao jornal O Amarelinho, em edição de março de 2012, ainda enquanto candidato ao cargo de vereador, que deixa claro as pretensões políticas e de um projeto que acena para a continuidade do poder na região. Respondendo ao repórter se estava realmente preparado para assumir o cargo e renunciar em parte aos prazeres que a vida aos 30 anos oferece, observamos a seguinte resposta:

“Sim, a Zona Oeste está carente de nomes. Hoje, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba só têm uma deputada estadual. De Campo grande temos quase um milhão de habitantes e só uma deputada estadual e nenhum deputado federal. Estamos carentes de representantes.”

O resultado das eleições de 2012, com as expressivas votações obtidas por Junior da Lucinha e Luiz Antonio Guaraná em áreas controladas por milícias foi associado pelo jornal Extra, edição de 30/10/2012 ao apoio desses grupos. Os dois vereadores eleitos negam qualquer tipo de associação com os grupos de milicianos.

3.6 – Poder político e violência

“A experiência da violência é uma experiência de violação de direitos individuais ou civis e, portanto, afeta a qualidade da cidadania brasileira” (CALDEIRA, 2000, p. 343).

Em relação à afirmativa acima, Soares (2000) nos diz que, embora a violência se manifeste em diferentes espaços da sociedade brasileira, durante muito tempo persistiu a imagem de um país livre de maiores conflitos e demonstrações de violência mais marcantes, perdurando a imagem de um povo pacífico e ordeiro.

Para José Murilo de Carvalho (2001) os poucos direitos civis conquistados no Brasil não foram associados aos direitos políticos, advindo uma situação em que a busca por melhoria se deu através da aliança com o Estado. A essa relação, o autor denominou *estadania*.

Tendo em vista a complexidade do quadro de violência vivido pela sociedade brasileira, alguns autores consideram que o mesmo deve ser analisado sob dois pontos de vista. De um lado, como alheia e avessa às tentativas democratizantes, seja marginalizando o pequeno criminoso ou reprimindo através da ação militar qualquer manifestação de trabalhadores/as. Por outro lado, a violência surge através de lutas dos movimentos sociais em sua busca de reconhecimento ou ressignificação social para superar a exclusão social. Ou seja, uma visão de ameaça à convivência e que remete a uma possibilidade de rearticulação social, econômica e política (PEREIRA *et al*, 2000).

Buscando explicar o fenômeno da violência em nosso país, Velho (2008, p. 17) partindo de uma concepção que passa pela história, afirma que “o Brasil dos últimos 50 ou 60 anos constitui-se num caso limite de mudança acelerada, certamente não-linear, com descontinuidades, crises e acirrados conflitos”.

Referindo-se à questão da chamada violência urbana, o mesmo autor dá sequência em sua análise argumentando que a violência é um fenômeno que não se pode compreender isoladamente, uma vez que o mesmo faz parte da complexidade das metrópoles. Tecendo críticas a explicações que condicionam a violência como relação de causa e efeito a partir de determinados conceitos, alega que é “importante perceber a violência não apenas como algo derivado, consequência, produto, resultado, de outras forças sociais, mas como fenômeno que tem uma densidade e lógica próprias” (VELHO, 2008, p. 17). Importante frisar a diferenciação estabelecida por Velho ressaltando que “conflito não é necessariamente sinônimo de violência” (*idem*) dirimindo qualquer possibilidade de direcionamento para um tipo de sociedade em que não houvesse conflito.

Tomando como referência os relatos contidos em “Dos barões ao extermínio – uma história da violência na Baixada Fluminense” (ALVES, 2003) seus processos históricos aparentados e até mesmo a proximidade da Zona Oeste com o município de Nova Iguaçu, tornou-se praticamente impossível não identificar as semelhanças da relação entre poder político e violência nas duas regiões.

Adorno (1998) comparando as milícias com a formação das máfias em fins do século XIX e início do XX, afirma que o crime organizado reaparece na contemporaneidade sob a forma de “economia subterrânea”, verticalizada e verticalizadora, mas, ao que tudo indica limitada ao narcotráfico. Sua atuação compreende diversas esferas legais e ilegais, de modo a garantir seu funcionamento. Estendendo seus tentáculos, se adquire poder através da cooptação ou da eliminação também de membros do Legislativo e do Judiciário.

Para Machado da Silva (2004) não é correto discorrer em termos da existência de um contra-poder porque as milícias, a gangue juvenil, a máfia, se baseiam em princípios como honra, lealdade, companheirismo e cooperação. Nega também a possibilidade de implicarem um “capitalismo aventureiro”, porque “reorientam as práticas violentas para o “exterior”, mantendo inalterada a compreensão do uso da força como meio de obtenção de interesses e não como princípio de organização das práticas” (SILVA, 2004, p. 76).

É certo que existem condutas diferenciadas, Zaluar e Conceição (2007) mas, mais certo ainda, é possível perceber o apoio da maioria da população das áreas dominadas por milícias, no que Machado da Silva (2004, p.76) chamou de “paz armada”.

A violência das ações, as táticas de intimidação sobre a população menos favorecida, as candidaturas de alguns líderes milicianos na atualidade ou seu apoio a determinados candidatos, assim como as candidaturas de chefes dos grupos de extermínio dos anos 70 e 80 Alves (2003), demonstram que as práticas se atualizam e se complementam, evidenciando um comportamento de participação no aparelho de Estado para legitimar suas ações, uma vez que dominam a população dos territórios e são apoiados pelos detentores do poder (WEBER, 1999).

Nesse sentido a milícia atuaria como braço armado dos poderes locais, inserida no contexto de uma “sociedade política armada” (DREIFUSS, 1989).

Segundo este autor, a estrutura de poder da Sociedade Política Armada compreende os serviços de mar, terra e ar e instâncias paralelas, os familiares (que são incorporados), “o conjunto de polícias militares e outras entidades afins - sob o seu comando operacional -, e os centros, clubes e agremiações sociais, culturais e políticas” (DREIFUSS, 1989, p. 26).

O autor sinaliza que a sociedade política armada gerou “seu próprio ‘Estado’ através das comunidades político-ideológicas de informação, coação e coerção, e pelas instâncias legais - normativas e administrativas particulares a esta sociedade” (DREIFUSS, 1989, p. 27).

Além disso, tem suas normas de obediência regidas pela hierarquia, pela disciplina coesão e verticalidade, com conceitos político-ideológicos e legais próprios e baseados na crença de sua ação voltada para a violência, particularmente voltada para identificar o inimigo interno, dependendo da situação em que se encontra. Seu objetivo é a manutenção da ordem e da estrutura vigente, como componente da sociedade política dominante, assumindo seu caráter conservador (DREIFUSS, 1989).

Mesmo que entendida como uma extensão das atividades relacionadas às ações militares e até pela sua composição, defendemos que a milícia poderia ser incluída como integrante da sociedade política armada, portanto a serviço dos poderes dominantes.

Indiscutivelmente, a população metropolitana do Rio de Janeiro vive sob a égide de um cotidiano violento. E baseado no que constatou Velho (2007, p. 21) os mais pobres, os moradores das áreas mais carentes, das favelas e dos conjuntos habitacionais, estão submetidos ao jugo das quadrilhas criminosas. Ocorre que essa interpretação, correta à época, não observou as outras possibilidades existentes, como por exemplo, o controle exercido em sub-bairros de Campo Grande onde residem moradores de classe média, como o bairro Adriana, o São Claudio, onde vigoram o clima de terror e a falsa sensação de segurança, o que nos leva a concluir que o domínio das milícias não se restringe apenas ao controle social, embora também configure seu quadro instrumental de exercício do poder. O texto não aventou o domínio das milícias sobre os moradores. Defendemos que esse procedimento está relacionado ao já proclamado apoio de parte da população e das autoridades aos milicianos, tendo em vista o acontecimento que transformou a forma de se encarar as milícias somente ter ocorrido em 2008.

CONCLUSÃO

Em pleno século XXI, ainda que se trate da periferia do município do Rio de Janeiro, uma cidade cosmopolita, onde é possível vislumbrar uma miríade de possibilidades nas diversas esferas da vida sócio-político-econômica, deparamo-nos com questões capazes de causar estranhamento e que sugerem uma relação no mínimo atípica entre as práticas políticas existentes e as votações obtidas na região.

A cada dia que passa e com maior intensidade reiteramos a crença na necessidade premente de analisar e discutir as transformações, em todas as esferas, sejam elas políticas, econômicas, populacionais, culturais, pelas quais o bairro-objeto da pesquisa vem passando.

Em relação à pesquisa bibliográfica não tive maiores problemas. Entretanto, ao ir a campo para realizar as entrevistas, ainda que com pessoas conhecidas em sua grande maioria e em lugares sem riscos para a efetivação dos contatos, ficou nítida a sensação de medo diante do pronunciamento da palavra milícia ou do nome “Liga da Justiça” (o maior grupo miliciano da região), que tem expandido suas atividades, atuando até mesmo em segmentos religiosos.

Este medo, ainda que em alguns casos as opiniões sejam favoráveis à atuação da milícia, deve-se ao fato do quadro de disputa fratricida entre seus membros, já prevista, inclusive, em análises científicas (ADORNO, 1998). Estas desavenças culminaram, inclusive, com a retirada estratégica da ex-vereadora Carminha Jerominho, que abandonou momentaneamente o bairro, mudando-se da região. Acreditamos que os representantes políticos, salvo algumas exceções, não querem ver seus nomes associados a práticas e métodos que possam prejudicar seus interesses e objetivos políticos em uma sociedade movida por uma pretensa modernidade. Tendo que aparentar uma postura progressista devido à manutenção de seu *status quo*, bem como os compromissos assumidos com seus patrocinadores de campanha, precisam manter uma boa imagem junto aos eleitores do bairro.

Entretanto, não podem permitir a mobilização política destes eleitores, o que poderia colocar em risco a estrutura clientelística vigente. Uma solução seria a repressão direta, mas, como já dissemos, tal atitude poderia acarretar prejuízos políticos. Outra seria apoiar, veladamente, determinados procedimentos punitivos, sem que isto imputasse em risco no campo da luta política, o que sugere uma aproximação ainda maior com os grupos de milicianos na tentativa de manter o controle político e social na região, explícito na fala de apoio do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro ao grupo que agia em comunidades de Jacarepaguá, quando de sua campanha à prefeitura em 2008 (*YOU TUBE*).

Não pretendemos incorrer em julgamentos pré-definidos, mas a negativa do presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) nos deixou com sentimento de dúvida quanto ao posicionamento dos empresários locais no que diz respeito aos grupos milicianos. É certo e do conhecimento de todos, que os lojistas da Rua Coronel Agostinho, o Calçadão de Campo Grande, contratam segurança privada para defender seu patrimônio. Este grupo, liderado pelo César, aparentemente tem funcionamento legalmente constituído, atuando de forma diferente do modo de agir das milícias, embora também empreguem a violência com muita frequência.

Ao realizar as leituras, verificamos a existência de práticas clientelísticas em nossa região, assim como em outras partes do país, conforme descreve Bezerra (1999) em relação aos procedimentos de um deputado federal e sua atuação, com ações voltadas para quatro categorias (estado, município, comunidades e eleitores). Essas categorias se combinam e são reagrupadas com um tipo de demanda (recursos e pequenos favores) e o parlamentar deve atender todas elas, sob pena de não conseguir a reeleição.

Todos os textos indicam a prática clientelista como uma questão bastante nociva ao desenvolvimento da cidadania e da democracia, observando que ela se dá em função da

relação entre dominantes e dominados. Oportunamente apresentam as mudanças pelas quais as relações de poder se renovam e se atualizam, de acordo com o contexto histórico e com as necessidades políticas, econômicas e sociais inerentes a cada momento no sentido do exercício de poder.

No cerne da questão, percebemos estes posicionamentos em uma realidade muito próxima, afetando diretamente um bairro afastado do centro urbano do município e seus moradores, que, consciente ou inconscientemente, são vítimas da violência cometida pelos “donos” do poder local, seja ela de forma legítima ou simbólica.

Entender as relações de poder existentes, seu funcionamento, seus meandros e suas contradições, as perspectivas dos moradores da região, pode significar avanço, embora com passos curtos, na tentativa do exercício de uma cidadania mais autônoma e construída em bases efetivamente democráticas.

Acreditamos que a estrutura da sociedade brasileira, baseada na enorme desigualdade e na injustiça que criminaliza a população pobre, bem como em determinados fatores relacionados aos aspectos culturais, como a prática da violência histórica sobre a maioria dos que não têm acesso aos bens sociais.

Dessa forma, acreditamos que as práticas atuais de eliminação de seres humanos obedecem à lógica determinada pelo processo de acumulação de capital, cabendo a cada um o seu lugar no processo de estratificação social promovido pela intermitente e absurda desigualdade. Dentro dessa ótica, ao ocupar lugares pré-definidos por grupos sociais que exercem o poder político e econômico, seres humanos são considerados descartáveis sob o ângulo do individualismo e do consumismo. Caso ocorra alguma anomalia relativa ao descumprimento ou tentativa de inversão dessa ordem, prontamente aparecem as forças responsáveis por manter a “normalidade” no universo das classes dominantes.

No que pese algumas exceções, os arautos da redenção e da democracia em sua maioria são opressores cuja função é evitar toda e qualquer possibilidade de mudança que ocorra de baixo para cima. Através da história do Brasil, podemos enumerar diversos movimentos desarticulados ou mesmo eliminados pelos grupos dominantes. Desde as rebeliões indígenas, os quilombos, as revoltas rurais ou urbanas, as lutas pela libertação, a repressão aos trabalhadores, o peso da bota dos ricos e poderosos se fez sentir. No entanto, a resistência popular nunca deixou de existir, conforme atestam os próprios movimentos citados. .

No contexto do processo de modernização e industrialização brasileiras, tardiamente ocorridas, também buscou-se o responsável pelas mazelas decorrentes do modelo perverso e ignóbil do capital. Com o êxodo rural, os nordestinos foram os primeiros a pagarem o preço pelas transformações provocadas, fato confirmado na pesquisa de Teresa Pires Caldeira (2011) sobre o bairro da Mooca, em São Paulo. Também os moradores das favelas que enfrentaram o processo de remoções no Rio de Janeiro em passado recente (Zaluar; Alvito, 2006) e continuam enfrentando até os dias de hoje. Na Zona Oeste e na Zona Norte, os problemas causados pela construção de vias expressas, retirando moradores que residiam no local há décadas. Enfim, poderíamos elencar diversos processos criados para manter sob controle a classe que vive do trabalho.

Conforme citado em diversas passagens desta pesquisa, muitos dos trabalhos consultados obedeciam a uma lógica dualista, numa abordagem que implica uma visão dicotômica entre o meio rural e o meio urbano, associando o primeiro ao atraso, ao conservadorismo, à incapacidade de assimilação das novas relações capitalistas, de caminhar sozinho e precisar da “proteção”, à falta de instrução. Enfim, as práticas reinantes no meio rural atravancavam o desenvolvimento do país, possibilitando a continuidade da dominação e das relações pessoais no meio urbano, Este é associado ao novo, ao moderno, ao progresso, a

tudo que avança e acarreta o desenvolvimento, à industrialização, à urbanização, ao mundo das relações individuais e impessoais.

Discordamos desse ponto de vista, uma vez que o mesmo não consegue justificar a permanência daquilo que é considerado por seus teóricos como alheio e contrário às teorias do desenvolvimento. Os estudos de Oliveira (2003) argumentam que a revolução burguesa no Brasil não seguiu o modelo padrão de substituição “das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais.” No Brasil, esse processo aconteceu sem a ruptura total do sistema, devido a razões imanentes ao mesmo e também estruturais. Seu ponto de vista menciona que no Brasil, houve “uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade” (2003, p. 63), ou seja, a abrangência e o alcance são bem maiores.

Diferentemente, no modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais era total, comprometendo sobremaneira o desenvolvimento das forças produtivas, já que elas exigiam a produção dos bens de capital e sem a presença da burguesia, não haveria expansão do capitalismo. Daí, a ruptura total. Já, no Brasil, as classes proprietárias rurais eram apenas parcialmente hegemônicas, o que lhes permitia o controle das relações externas, voltado para o atendimento de seus interesses. E o modelo de reprodução do capital foi mantido, mesmo com a crise do capital. Não houve necessidade de ruptura.

Concordamos quando Oliveira aponta que houve uma espécie de acomodação entre o modelo econômico brasileiro, baseado na agro-exportação e o processo de substituição de importações, derivando daí um novo, mas adequado modelo de acumulação, sem romper com o antigo. E nesse novo modelo, o populismo cumprirá o papel de adequar os dois modelos estabelecendo, ainda segundo Oliveira (2003, p. 64):

O populismo é a larga operação dessa adequação que começa por estabelecer a forma de junção do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação do trabalho criará as condições para isso.

De acordo com nosso entendimento, não há oposição no que tange aos modelos de acumulação, embora estes sejam diferentes. Portanto, não ocorre a destruição completa do antigo modo de acumulação, ligado ao modelo primário agro-exportador, daí a “preservação” de características que impedem a penetração e a consolidação total das novas formas capitalistas de produção. Não há antagonismo, mas complementaridade. A relação é dialética e não dualista.

Temos plena convicção no que pretendemos comprovar com a presente pesquisa, ou seja, a existência concreta de um clientelismo com cara nova, onde seus protagonistas se utilizam de tudo o que o mundo do consumismo pode lhes fornecer, ou seja, reafirma o que relacionamos como processos complementares e que se retroalimentam. Enquanto explicações pertinentes ao aspecto econômico, elas são contundentes e palpáveis.

Ocorre que, por tudo o que pôde ser visto na montagem e confecção deste estudo, e partindo do texto de Marilena Chauí (2004) estamos totalmente de acordo com a afirmação da autora ao definir a sociedade brasileira como autoritária e que conserva vários traços que são comuns às mais diversas esferas das relações sociais, que se apresentam de forma verticalizada e hierarquizada. As relações de mandonismo e obediência podem ser e são cotidianamente reforçadas até mesmo em ditados populares como “Manda quem pode e obedece quem tem juízo,” evidenciando os traços de autoritarismo tão presentes entre nós, que exercemos atividades profissionais em escolas. Palavras, gestos, atitudes demonstram fácil e repetidamente a estrutura autoritária da sociedade. Desta feita, deste modo de agir inibe “o surgimento das instituições democráticas” (DAGNINO, 2004).

Acreditamos que as práticas clientelísticas são decorrentes também da desigualdade social, fruto dessa sociedade onde a miséria, a fome aparecem como os aspectos mais visíveis, inseridas no contexto de ordenamento social com base hierárquica e desigual (DAGNINO, 2004).

Podemos afirmar que, durante toda a pesquisa procuramos comprovar que o bairro de Campo Grande vivencia a experiência, junto com alguns bairros vizinhos, de táticas e estratégias de controle, vinculadas a mecanismos ligados à acumulação de capital. Esse controle é exercido pelas milícias, que invariavelmente utiliza meios violentos para exibir sua força e poder. A abordagem de Grynspan (1990) sobre a trajetória individual de Tenório Cavalcanti pontua questões, como as relações de cunho particularista, marcadas pela informalidade, perceptíveis nas práticas vigentes por quem exerce o poder em Campo Grande.

As entrevistas realizadas junto às pessoas que ocuparam ou ocupam cargos políticos confirmaram estas alocações. Também o acesso aos diversos bens de consumo e recursos se fez notar. Contudo, as relações clientelísticas existentes entre todas as esferas da representação política, citadas principalmente pelo jornal O Amarelinho, permitem concluir pelo acerto de nossas hipóteses no sentido de comprovar o exercício do poder pelos grupos milicianos junto a determinados interesses da região. Estas ligações, acreditamos, ocasionaram atual situação em que os moradores do bairro encontram-se submetidos.

Para finalizar, sinalizamos a leitura da obra que consideramos de fundamental importância para embasar teoricamente o que defendemos neste trabalho. Ou seja, que atualmente a milícia ocupa o lugar do “coronel” já respeitado ainda durante a fase Imperial, atingindo seu ápice durante o período da República Velha. O livro Coronel, Coroneis, de autoria de Vilaça e Albuquerque, reeditado em 2006, mesmo com postura conservadora em relação aos mais pobres, responsabilizando-os pela sua pobreza, traz uma consideração primordial comprovando o objetivo maior desta pesquisa.

A interpretação dos autores é direcionada aos traficantes de drogas, mas é possível associar, com tranquilidade, o texto aos milicianos, tais as semelhanças nos procedimentos e às práticas adotadas. Encerramos essa dissertação de forma a demonstrar a coerência em nossa argumentação quanto à apropriação do termo:

Aludindo aos migrantes e suas dificuldades de inserção social no novo meio, Vilaça e Albuquerque (2006, p. 33) adiantam que:

O mais comum, entretanto, é uma inserção parcial, fragmentada, marginalizadora desses migrantes. E sua submissão, nas favelas, cortiços, mocambos, ao jugo de poderes quase absolutos, paralelos ao Estado, que emergem naquelas comunidades à imagem e semelhança dos que estruturaram o mundo do qual eles provieram.

Buscando confirmar de maneira eloqüente nossa pesquisa, permaneço em Vilaça e Albuquerque (2006, p. 34), acreditando que concluímos nossa pesquisa quando afirmam que:

Essas formas de domínio, quase sempre associadas ao crime organizado, ignorando e desafiando os poderes públicos, reproduzem, no meio metropolitano, com mais violência, crueza e audácia, a personagem de chefe temido e de benfeitor generoso do coronel, seu protótipo rural.

Em outras palavras, as práticas de dominação, sejam elas com o uso da violência ou não, o envolvimento com as questões políticas locais, o apoio silencioso ou explícito a determinados políticos, a proximidade com os órgãos do Estado responsáveis pela manutenção da ordem e a manutenção da cultura do medo, conduzem à conclusão do exercício das práticas inerentes ao coronelismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade na contemporaneidade, *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, S. Paulo 10 (1), maio de 1998.

A DIJÂNIO O QUE É DE DIJÂNIO E A DEUS O QUE É DE DEUS. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2012.

ALVES, José Claudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

AMADO, Guilherme. Famílias Babu e Lucinha mantêm força dos currais eleitorais na Zona Oeste. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2012/familias-babu-lucinha-mantem-forca-dos-currais-eleitorais-na-zona-oeste-6581017.html>>. Acessado em: 08 de abril de 2014.

_____. Derrotada, Carminha Jerominho sai de casa, com medo de ser morta pelo miliciano Toni Ângelo. *Globo*. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2012/familias-babu-lucinha-mantem-forca-dos-currais-eleitorais-na-zona-oeste-6581017.html>>. Acessado em 08 de abril de 2004

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*; Rio de Janeiro, Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política; 1999.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*, 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular; 2008

BOTTARI, Elenilce Chefe de milícia da Zona Oeste é preso após ser baleado durante briga em Campo Grande. *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013. Disponível em [HTTP://oglobo.globo.com/rio/chefe-de-milicia-da-zona-oeste-toni-angelo-presos-apos-ser-baleado-durante-briga-em-campo-grande-9217096](http://oglobo.globo.com/rio/chefe-de-milicia-da-zona-oeste-toni-angelo-presos-apos-ser-baleado-durante-briga-em-campo-grande-9217096)>. Acessado em 08 de abril de 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Tradução Fernando Tomaz – 15ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. In *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo/Tradução de Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro, São Paulo, Ed. 34 EDUSP, 2000.

CAMMACK, Paul. O “Coronelismo e o “Compromisso coronelista”: uma crítica; *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Nº 5, março/1979, UFMG.

CANO, Ignácio ; DUARTE, Thais. *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, 5ª ed.- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In CARVALHO, José Murilo de. *Rev. Pontos e bordados*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

_____. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo; Companhia das letras; 1987

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In: *Linguagens da violência/* organizadores, Carlos Alberto Messeder Pereira ...et al, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados, In: *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, In: *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Thamyres. Miliciano que fugiu do BEP é cercado e morto pela polícia. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2012.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

_____. Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma? In: *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 4, nov/1982.

DREIFUSS, René. *O Jogo da direita na Nova República*, 2ª ed. Ed. Vozes, Petrópolis, 1989.

ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*; Tradução Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2000.

FREIRE, Américo, In: O Rio de Janeiro em três perfis: trajetórias individuais e o campo político carioca, Rio de Janeiro, FGV, *Textos CPDOC* n° 35, 1999.

_____. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*, Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FRÓES, José Nazareth de Souza. & GELABERT, Odaléa Ranauro Enseñat. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*, Rio de Janeiro; [s.n], 2004

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*, Livraria Brasiliana Editora, 4ª edição, Rio de Janeiro; 1965

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*, 2ª Ed. Civilização Brasileira, 2010.

GOMES, Antero. De casa nova, mas sem escola para os filhos. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 17 de março de 2013.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, editora UFRJ, 1997.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti, Rio de Janeiro, FVG, *CPDOC*, 1º semestre de 1990.

HERINGER, Carolina. Draco investiga ameaças de milícias a motorista de vã. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – *Censo 2010*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 25 jan. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Índice de Desenvolvimento Humano – IDH*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 25 jan. 2013.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*, Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *O cotidiano da política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

LAURELL, Asa Cristina (org). *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*, 3ª Ed.; São Paulo: Cortez; 2002

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 3ª Ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. *Coronelismo e Chaguismo na Zona Oeste do Rio de Janeiro: Clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d'água no Mendanha*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n.1, jan/jun 2004.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Deco: menos de duas horas no cargo. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2012.

MANSUR, Andre Luis. *O Velho Oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Ibis Libris, 2008.

_____, *O Velho Oeste carioca* – Mais histórias da ocupação da zona oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba), do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro, Ibis Libris, v.II, 2011.

MILÍCIAS: APOIO A 25 CANDIDATOS A VEREADOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Extra*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2012.

MENEZES, Dilson de Alvarenga. *Desastre ecológico na Baía de Sepetiba*, Rio de Janeiro, Copiarte, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). Pesquisa Social Teoria, método e criatividade. *Coleção Temas Sociais*; 25ª edição; Petrópolis/RJ; Ed. Vozes, 2007.

MULHAULL, Terry, MORAIS, Jorge Ventura de. ‘Mapeando o reino’ da sociologia histórica: Reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, 1998, pp. 25-50

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Marcelle. SUS: Moradores sofrem com a falta de médicos. *Jornal Portal da Zona Oeste*. Rio de Janeiro, outubro de 2013.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio (org.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; organizadores... [et al]. – *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

PIMENTA, Alcir. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro, Copiarte, 2006.

PRATA, Silmo. Reunião na Associação de Moradores do Jardim Nova Guaratiba. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, outubro de 2013.

PROJETO GARANTE PRIORIDADE NA ATENÇÃO AO PACIENTE. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, janeiro de 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.

REIS, Fábio Wanderley. Participacion, Movilizacion e Influencia Política: “neocoronelismo” em Brasil, Santiago, Chile, In *Revista Latinoamericana de Ciência Política*, 1971, publicada por Escuela Latinoamericana de Ciência política y Administración Pública de la FLACSO.

REIS, RENATO. II Fórum de responsabilidade social e desenvolvimento local. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, outubro de 2013.

_____. Reforço na bancada campo-grandense. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, março de 2014.

_____. A propósito. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, março de 2014.

_____. De volta à Câmara. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, março de 2012.

_____. O casamento anunciado. *O Amarelinho*. Rio de Janeiro, março de 2012

RIO DE JANEIRO (RJ). Assembleia Legislativa. *Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008

SANTOS, Luciana Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: O Grupo do Triângulo, In *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, 2011 (*on line*), acesso em 15 de janeiro de 2012 .

SARMENTO, Carlos Eduardo. Uma ‘misteriosa força’ ronda o eleitor. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2010.

SEARA, Berenice. A Novíssima configuração de forças eleitorais. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 17 de março de 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência; In: *Linguagens da violência*. Organizadores Carlos Alberto Messeder Pereira... et al. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

SOARES, Rafael. Por obra dos milicianos. *Extra.Globo*. Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Graphia, 1999.

VELHO, Gilberto. *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: *Weber: Sociologia*. COHN, Gabriel (organizador); FERNANDES, Florestan(coordenador). Coleção grandes cientistas sociais. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

ZALUAR, Alba; RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONCEIÇÃO. Izabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? In *São Paulo em perspectiva*, nº 2, p. 89-101, jul/dez 2007.

VÍDEOS

Fala do candidato Eduardo Paes defendendo a existência das milícias; disponível em <http://www.youtube.com/watch?V=DXY7DRa2PXA>, 2008.

ANEXOS

MAPAS

A - MAPA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Mapa disponível em: <http://maps.mootiro.org/project/26> Acesso em 22/06/2014

B - MAPA DA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Mapa disponível em: <http://www.encontrariodejaneiro.com.br/zona-oeste-rj/mapa-da-zona-oeste-do-rio-de-janeiro.html> Acesso 22/06/2014

Compõem ainda os bairros de: Barra de Guaratiba, Cosmos, Deodoro, Gericoim, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Magalhães Bastos, Mallet, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santíssimo, Senador Camará, Senador Augusto Vasconcelos, Sepetiba, Sulacap, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar e Vila Valqueire, segundo o Censo de População de 2010.

LISTAS

C – LISTA DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADOS		
NOME	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Cargos de Mando		
Sérgio Manoel	Cargo político-administrativo da área da Educação	Campo Grande
Janaína	Líder comunitária e funcionária pública	Campo Grande
Angélica	Gerente de ONG	Pedra de Guaratiba
Angelo	Ex-administrador de bairro	Campo Grande
Cândida	Ex-diretora de escola	Campo Grande
Outros		
Entrevistado 1	Comerciante	Campo Grande
Entrevistado 2	Agente de Saúde	Campo Grande
Entrevistado 3	Comerciante	Campo Grande
Entrevistado 4	Professor	Campo Grande
Entrevistado 5	Professor	Campo Grande
Entrevistado 6	Estudante	Campo Grande
Entrevistado 7	Funcionário Público	Campo Grande
Entrevistado 8	Professor	Campo Grande
Entrevistado 9	Aposentado	Campo Grande
Entrevistado 10	Inspetor de escola	Campo Grande
Entrevistado 11	Professor	Campo Grande
Entrevistado 12	Produtor Rural	Campo Grande
Entrevistado 13	Estudante	Campo Grande
Entrevistado 14	Comerciante	Campo Grande
Entrevistado 15	Estudante	Campo Grande
Entrevistado 16	Comerciante	Campo Grande
Entrevistado 17	Inspetor de escola	Campo Grande
Entrevistado 18	Professor	Campo Grande
Entrevistado 19	Professor	Campo Grande
Entrevistado 20	Comerciante	Campo Grande

D – RELAÇÃO DE PERGUNTAS FEITAS AOS ENTREVISTADOS

QUESTIONÁRIO	
Cargos de Mando	
1	- Qual a importância política do bairro junto aos governos municipal e estadual?
2	- Como você enxerga as transformações pelas quais o bairro vem passando? Elas podem prejudicar essa relação?
3	- A relação entre os órgãos públicos e as associações empresariais se dão de maneira satisfatória? E com a associação de moradores?
4	- Politicamente, a mídia divulga uma imagem do bairro associada ao contexto de 'curral eleitoral', no sentido da existência de práticas políticas autoritárias e clientelistas em processos eleitorais. Você concorda com esta visão?
5	- Em sua opinião, o parlamentar eleito pela região tem que atuar exclusivamente pensando no desenvolvimento local ou levando em conta princípios políticos e éticos mais gerais?
6	- Você considera que a atuação dos grupos de milicianos pode prejudicar a imagem do bairro junto ao governo municipal e até mesmo estadual? Houve alguma relação com a economia da região?
7	- Em relação a emancipação do bairro, que volta e meia vem a tona, como você se posiciona? De uma forma geral, como o bairro se apresenta em relação a saúde, à educação, à cultura e à economia?
Outros	
1	- Você conhece os representantes parlamentares da região?
2	- Em sua opinião, quais seriam as suas funções?
3	- O que você acha das transformações pelas quais o bairro vem passando?
4	- Em relação à atuação dos grupos de milicianos, qual a sua opinião?